

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

**GÉSSICA MARIA SILVA SÃO JOSÉ**

**O TRABALHO DA MEMÓRIA E DA EDUCAÇÃO NA LUTA PELO  
RECONHECIMENTO DO QUILOMBO DE BARRA EM RIO DE CONTAS-BA**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA  
ABRIL DE 2024**

**GÉSSICA MARIA SILVA SÃO JOSÉ**

**O TRABALHO DA MEMÓRIA E DA EDUCAÇÃO NA LUTA PELO  
RECONHECIMENTO DO QUILOMBO DE BARRA EM RIO DE CONTAS-BA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestra em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória Cultura e Educação.

Projeto Temático: Memória e história das ideias pedagógicas contra-hegemônicas no Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA  
ABRIL DE 2024**

S24t

São José, Gêssica Maria Silva.

O trabalho da memória e da educação na luta pelo reconhecimento no Quilombo de Barra em Rio de Contas. / Gêssica Maria Silva São José, 2024.

134f.

Orientador: Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2024.

Inclui referência F. 113 – 118.

1. Memória - Identidade Quilombola. 2. Quilombo de Barra. 3. Resistência. I. Santos, Cláudio Eduardo Félix dos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 305.80960

Catálogo na fonte: **Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890**  
UESB – *Campus* Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The work of memory and education in the fight for recognition of quilombo de Barra in Rio de Contas-BA

Palavras-chave em inglês: Memory; Resistance; Quilombo de Barra

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Mestra em Memória: Linguagem Sociedade

Banca Examinadora: Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos (presidente), Prof. Dr. Fábio Mansano de Mello (titular), Profa. Dra. Lia Vargas Tiriba (titular)

Data da Defesa: 01 de abril de 2024

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

## FOLHA DE APROVAÇÃO

GÉSSICA MARIA SILVA SÃO JOSÉ

### O TRABALHO DA MEMÓRIA E DA EDUCAÇÃO NA LUTA PELO RECONHECIMENTO DO QUILOMBO DE BARRA EM RIO DE CONTAS-BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestra em Memória: Linguagem e Sociedade

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 01 de abril de 2024.

#### Banca Examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos -  
Presidente  
Instituição: UESB

Prof. Dr. Fábio Mansano de Mello  
Instituição: UESB

Profª. Dra. Lia Vargas Tiriba  
Instituição: UFF

Documento assinado digitalmente  
 CLAUDIO EDUARDO FELIX DOS SANTOS  
Data: 19/04/2024 11:03:55-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
Ass.: \_\_\_\_\_

Documento assinado digitalmente  
 FABIO MANSANO DE MELLO  
Data: 19/04/2024 09:32:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
Ass: \_\_\_\_\_

Documento assinado digitalmente  
 LIA VARGAS TIRIBA  
Data: 05/04/2024 20:35:56-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
Ass.: \_\_\_\_\_

## **DEDICATÓRIA**

A todos(as) moradores(as) do Quilombo de Barra  
em Rio de Contas-BA.

A todos(as) os(as) trabalhadores (as).

A todas(os, xs) educadoras(es, xs) do Quilombo.

## AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade por ter acreditado na minha proposta de pesquisa, por ter me proporcionado uma formação tão enriquecedora e essencial para minha formação humana/profissional e pessoal.

A CAPES/CNPq pela bolsa de estudos que me auxiliou nas despesas cotidianas durante o mestrado; sem a bolsa provavelmente não conseguiria concluir o curso.

Ao meu professor/orientador, amigo, irmão, músico, Cláudio Eduardo Félix dos Santos por ter contribuído com essa Dissertação com tanto cuidado, atenção, respeito e zelo; por me inspirar cotidianamente a seguir em frente nos estudos e na vida vencendo os obstáculos comigo.

Aos membros da banca de avaliação desse trabalho: Professora Doutora Lia Tiriba e Professor Doutor Fábio Mansano pela leitura atenta, crítica que muito contribuiu para o aprimoramento da pesquisa e da escrita dessa Dissertação.

A Carmo, Bezinha, Maria de Diola, Sebastiana, Claudete Silva, Edilma Santos e a todos os moradores (as) do quilombo por terem confiado em mim para descrever suas memórias e escrever sobre suas histórias, pela recepção, a atenção e o tempo disponível para que essa Dissertação acontecesse; não tenho palavras, espero retribuir com este trabalho o mínimo que vocês merecem, gratidão.

A minha mãe de leite, Zuleide Mineiro (Dudu) por sempre me acolher com tanto carinho, sem seu suporte essa pesquisa não teria acontecido, da mesma forma agradeço a Rany pelo apoio e ajuda nesse processo de construção; vocês foram minha alegria durante a pesquisa de campo.

A Lindaura Tereza, ex-professora, amiga e companheira de luta que foi umas das interlocutoras dessa pesquisa me levando a Sebastiana e me acolhendo em sua casa na pesquisa de campo.

Aos colegas do mestrado e doutorado em memória pelos aprendizados compartilhados, assim como, pelas aflições e inseguranças durante o curso, e pelas boas amizades que ficaram, em especial: Priscilla, Lyra, Oliveira, Viviane, Humberto (Caprica).

A Ana Cristiane minha amiga, irmã, que por vezes foi uma mãe, por ter me acolhido em sua casa em um dos momentos mais difíceis da minha vida, e por me ensinar sobre generosidade, amizade, companheirismo e ser forte, “*ser uma mulher preta*” e forte.

Aos amigos músicos do Bossa Nossa, Luciano PP, David Prates, Rafaell Barreto, Cláudio Félix por acreditarem na arte em meio a pandemia e me proporcionarem momentos de tanto aprendizado e alegria nos encontros, ensaios, shows; no projeto do Bossa Negra.

Aos amigos músicos do Quintas do Samba, Genesis Alves, Péricles Bomfim, Dida Show, Diego Bitencourtt, Daniel Santos, Góes, Isaías Oliver, Alessandro Marchini, Rafaell Barreto, por me apoiarem e me proporcionarem as quintas feiras mais “quentes” e lindas de toda minha vida, com muito samba e alegria na Venda do Marçal, Bairro Brasil; aproveitando para agradecer também a Vilminha pelo carinho e acolhimento, assim como a Aline e Alan pela receptividade do Quintas no Lá Pança; os melhores momentos desses anos, com certeza, foram ao lado de vocês.

A meu companheiro João Daniel (JD) pelo cuidado, carinho, atenção e suporte nesse último ano do Mestrado, pelas loonnnggaassss conversas, pelos sambas, os encontros, os docinhos, as comidinhas, os presentes, pela paciência (e haja paciência, rs), pelo amor, por tudo.

As minhas amigas Roberta Rodrigues, Bruna Nunes, Mônica Dutra, Márcia Lemos, Cleide Lima, Samylle Teles, Beatriz Galvão, Camille Correia, Nancy Trindade, Stela Moreira; sem o apoio e a alegria de vocês tenho certeza que a caminhada seria mais difícil.

Aos meus amigos João Roque, Roberto Oliveira, José Rubens pelo impulsionamento e a preocupação diária com meus passos nessa pesquisa.

A todos os responsáveis pelo Arquivo Municipal Público de Rio de Contas (APMRC), pela Biblioteca Municipal de Rio de Contas (BMRC) e pela Associação das Comunidades Quilombolas de Rio de Contas (ACQRC), por me receberem com toda disposição e carinho, e principalmente por manterem as memórias de nossa cidade vivas, bem preservadas e guardadas, em especial a tia Lu (secretária da Associação).

Ao asé por me sustentar nos dias de agonia, e por me trazer tanta felicidade, em especial ao meu òrisà Oşun por me proporcionar Orí apéréé, a minha Aye kuru Pomba Gira Rosa Vermelha por me ajudar nas batalhas do mundo espiritual/material(Laroyê)!

Ao Bàbáloòrisà Loro de ògìnyán (asé Omí T’Ogún), a Mãe Conça de Nanan, meu Babakekerê Johnatan de Òşòòsì, a Yakekerê Naete de Oníra (e toda sua família), Babá Jorginho de Lógun Èdè, Iyálàse Ana Laura de Yemojá, e Babálàse Pedro Francisco (Kinho) de Òşòòsì.

Mojubá! Adupé!

Eu vim da mãe África, eu vim do quilombo  
Já fizeram tanto pra eu tombar, mas eu não tombo.  
Se eu me for agora, vem meu filho atrás  
Vem por todo lado de lá o meu povo é muito mais  
Tenho em mim virtudes, tenho sangue guerreiro  
Eu propago a paz e a paz eu aconselho.  
Eu vim da mãe África, eu vim do quilombo  
Já fizeram tanto pra eu tombar, mas eu não tombo.  
'Travessei o mundo no porão do negreiro  
Cantei, trabalhei, labutei nesse terreiro  
Hoje sou poeta, só me curvo ao meu pai Oxalá  
Camará, vim de Aruanda, mas um dia eu volto lá.  
Êpa Babá!  
Eu vim da mãe África, eu vim do quilombo  
Já fizeram tanto pra eu tombar, mas eu não tombo.  
(Samba de Dandara/Jacke Severina/Maira da Rosa)

## RESUMO

O objeto desse trabalho diz respeito à relação entre memória, cultura e trabalho educativo no processo de luta pelo reconhecimento do quilombo da Barra no Município de Rio de Contas, Bahia. Nosso marco temporal foram os anos de 1980 a 2002. Todavia, recorreremos a estudos e pesquisas sobre a história do território em períodos anteriores. Nossa problematização pode ser sintetizada na seguinte pergunta de pesquisa: a partir da memória de educadoras e educadores que trabalharam na escola do quilombo da Barra entre 1980 e 2002, qual a contribuição do trabalho educativo, da cultura e da própria memória coletiva para o processo de reconhecimento oficial do território e do processo, ainda em curso, de construção da identidade negra-quilombola? Para responder nossa indagação nos valem fontes históricas documentais e orais, acerca da história do quilombo da Barra, bem como dos depoimentos dos sujeitos de pesquisa visando a apreender a memória coletiva no quilombo e qual a sua importância na construção do ser quilombola na comunidade. A partir da análise da trajetória das educadoras (es) do quilombo de Barra buscamos identificar a contribuição das práticas pedagógicas desses professores (as) na preservação dos aspectos ancestrais e culturais da memória coletiva da sua comunidade. Uma de nossas conclusões é de que o trabalho da memória e da educação (escolar e não-escolar) foram de grande importância na luta do povo quilombola da Barra, tanto no esforço de professoras e professores que passaram pelo quilombo por ensinar o conhecimento sistematizado escolar (esforço esse prejudicado pela histórica ausência de políticas educacionais que atendessem às pessoas no espaço rural, especialmente o povo negro remanescente de quilombo), quanto pela apropriação/ressignificação das tradições culturais, como a religiosidade, o artesanato e o samba do Mendengó/Bendengó, na luta pela conquista do território e o difícil enfrentamento ao racismo estrutural no Brasil que sintetiza a opressão étnica e de classe do povo negro nesse país.

**Palavras-Chave:** Memória; Resistência; Quilombo de Barra.

## ABSTRACT

The object of this work concerns the relationship between memory, culture and educational work in the process of fighting for the recognition of quilombo da Barra in the Municipality of Rio de Contas, Bahia. Our time frame was the years 1980 to 2002. However, we used studies and research on the history of the territory in previous periods. Our problematization can be summarized in the following research question: based on the memory of educators who worked at the Barra quilombo school between 1980 and 2002, what is the contribution of educational work, culture and collective memory itself to the process of official recognition of the territory and the process, still ongoing, of building the black-quilombola identity? To answer our question, we made use of historical documentary and oral sources, about the history of the quilombo da Barra, as well as the testimonies of the research subjects, aiming to understand the collective memory in the quilombo and its importance in the construction of the quilombola being in the community. From the analysis of the trajectory of the educators from the Barra quilombo, we sought to identify the contribution of the pedagogical practices of these teachers in preserving the ancestral and cultural aspects of the collective memory of their community. One of our conclusions is that the work of memory and education (school and non-school) were of great importance in the struggle of the quilombola people of Barra, both in the efforts of teachers who passed through the quilombo to teach systematized school knowledge (this effort was hampered by the historical absence of educational policies that served people in rural areas, especially the remaining black people of quilombo), as well as by the appropriation/resignification of cultural traditions, such as religiosity, crafts and samba from Mendengó/Bendengó, in the struggle to conquer territory and the difficult confrontation with structural racism in Brazil, which synthesizes the ethnic and class oppression of black people in that country.

**Keywords:** Memory; Resistance; Quilombo de Barra.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jornal, Salvador, 1986.....	42
Figura 2 - Título das terras do quilombo, consultado em abril 2023.....	51
Figura 3 - Jornal Tribuna, 23 de dezembro de 1999, APMRC.....	54
Figura 4 - Pe. Claumino Carlos, site dos Joseleitos, 2023.....	59
Figura 5 - Presidente da Associação dos Moradores, principal liderança do quilombo de Barra, Carmo Joaquim e Gêssica Maria, pesquisadora, Abril 2023.....	68
Figura 6 - Athanázio José, arquivo pessoal, Edilma Santos.....	77
Figura 7 - Maria de Diola, arquivo pessoal, outubro de 2023.....	83
Figura 8 - Sebastiana ao lado esquerdo da foto e Conceição ao lado direito junto com seus alunos de Barra, Bananal e Riacho das Pedras, arquivo pessoal de Sebastiana.....	88
Figura 9 - Bezinha e sua mãe, Dona Amancia, arquivo pessoal, 2021.....	98
Figura 10 - Arquivo Municipal de Rio de Contas, Abril, 2023.....	122
Figura 11 - Carmo Joaquim em frente a sua casa no quilombo de Barra, registro feito pela pesquisadora dia 05 de Abril de 2023.....	122
Figura 12 - Jornal A Tarde, 1999.....	123
Figura 13 - Ofício enviado ao gerente do DNOCS em 1998, registro encontrado no APMRC.....	124
Figura 14 - Recibos da Comissão de Acompanhamento do DNOCS, 1987, documento encontrado no Arquivo Municipal de Rio de Contas, Abril, 2023.....	125
Figura 15 - Ata de reunião, Março, 2003, documento encontrado na Associação dos Moradores Quilombolas, Abril, 2023.....	125
Figura 16 - Ata de reunião, Março, 2003, documento encontrado na Associação dos Moradores Quilombolas Abril, 2023.....	126
Figura 17 - Documento Fundação Palmares.....	127
Figura 18 - SERPA, 1995, Jornal Soweto à Brasileira.....	128
Figura 19 - Ata da solicitação da construção da escola de Barra pelo vereador Athanázio José, Arquivo Público Municipal de Rio de Contas, 1948.....	129
Figura 20 - Documento da Secretária de Finanças, solicitação da construção da hidrelétrica de Rio de Contas Bahia pelo vereador Athanazio José, 1953.....	130
Figura 21 - Loja de Artesanato no Quilombo de Barra, pesquisa de Campo, Gêssica Maria, 2023.....	131

<b>Figura 22 - Escola Municipal de Barra do Brumado, pesquisa de campo, Gécica Maria, 2023.....</b>	<b>132</b>
<b>Figura 23 - Igreja de São Sebastião localizada no centro do quilombo, pesquisa de campo, Gécica Maria, 2023.....</b>	<b>133</b>
<b>Figura 24 - Cemitério, Barra, Abril, 2023.....</b>	<b>134</b>

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACQRC - Associação das Comunidades Quilombolas de Rio de Contas

APMRC - Arquivo Público Municipal de Rio de Contas

BMRC - Biblioteca Municipal de Rio de Contas

CIRCEA - Centro Integrado Riocontense de Educação Aplicada

FCP - Fundação Cultural Palmares

HAPROL - Habilitação de Professores Leigos

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

INTERBA - Instituto de Terras da Bahia

MNU - Movimento Negro Unificado

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

PAMP - Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**TABELA DE COLABORADORES (Fotos e entrevistas)**

<b>COLABORADOR (A)</b>	<b>ATIVIDADE</b>
Carmo Joaquim da Silva	Líder da comunidade, Presidente da Associação dos moradores do quilombo, ex-professor do quilombo de Barra.
Isabel Prizilina (Bezinha)	Ex-professora do quilombo de Barra, artesã, líder do Samba do Medengó/Bendengó.
Edilma Santos	Neta de Athanásio José.
Sebastiana Lopes	Ex-professora do quilombo de Riacho das Pedras, irmã de Conceição, ex-professora do quilombo de Barra, já falecida.
Maria de Diola	Ex-professora do quilombo de Barra.
Claudete Lopes	Filha de Conceição, ex-professora do quilombo já falecida. Sobrinha de Sebastiana.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 Orí, corpo, quilombo, ancestralidade: categorias e perspectiva teórico-metodológica .....</b>	<b>21</b>
<b>2 LUTA CONSTRUÇÃO E RECONHECIMENTO LEGAL DO QUILOMBO DE BARRA: ENTRE HISTÓRIA, IDENTIDADE E MEMÓRIA .....</b>	<b>27</b>
<b>2.1 O naufrágio do navio negreiro, o quilombo e a ocupação do território pelos colonizadores: a construção da história e de memórias sobre o quilombo de Barra e da cidade de Rio de Contas-BA .....</b>	<b>30</b>
<b>2.2 A construção da barragem Luis Vieira: memórias do Estado e dos conflitos de classe, a tragédia que possibilitou a conquista do título de quilombo remanescente .....</b>	<b>36</b>
<b>2.3 Criação da Associação Dos Moradores dos Quilombos Remanescentes e a conquista do título coletivo das terras .....</b>	<b>49</b>
<b>2.4 Classe social, racismo e relações de poder entre o quilombo de Barra e o povoado de Mato Grosso .....</b>	<b>54</b>
<b>2.5 Apropriação e identificação do ser quilombola: a memória como instrumento indispensável na construção deste processo .....</b>	<b>61</b>
<b>3 MEMÓRIAS DO TRABALHO EDUCATIVO NO QUILOMBO DE BARRA: CONTRIBUIÇÕES PARA O RECONHECIMENTO DO QUILOMBO REMANESCENTE E NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA .....</b>	<b>69</b>
<b>3.1 Memórias dos primeiros passos do trabalho educativo em Barra: como a população negra/quilombola do Alto do Sertão da Ressaca no início do século XX teve acesso à educação pós-libertação da escravatura? .....</b>	<b>69</b>
<b>3.2 Um negro em destaque na sociedade de classe de Rio de Contas no início do século XX: memórias de Athanásio José dos Santos, o vereador responsável pela construção da Escola Municipal de Barra .....</b>	<b>74</b>
<b>3.3 A importância das mulheres na construção das memórias do trabalho educativo desenvolvido no quilombo de Barra: entre educação e religiosidade, trabalho escolar e não escolar .....</b>	<b>78</b>
<b>3.4 Memórias e histórias da educação no quilombo de Barra nas década de 1970-1980: a atuação de Bezinha e Carmo na formação dos seus nas décadas de maiores conflitos do quilombo .....</b>	<b>90</b>
<b>3.5 Manifestações culturais, trabalho e educação: memórias do artesanato e do samba do bendengó/mendengó .....</b>	<b>102</b>
<b>4 CONCLUSÃO .....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO A – Entrevistas Carmo e Bezinha .....</b>	<b>119</b>
<b>ANEXO B – Fotografias da pesquisa de campo e documentos do APMRC .....</b>	<b>122</b>
<b>APÊNDICE A – Perguntas norteadoras para a pesquisa .....</b>	<b>135</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desenvolver um trabalho de pesquisa sobre Quilombo (palavra de origem quimbundo), em primeira instância requer que tenhamos de forma muito clara o significado da palavra responsabilidade<sup>1</sup>, seja no âmbito acadêmico, social ou pessoal. O conceito de quilombo em nossa pesquisa é pensado como um possibilitador de uma memória coletiva ancorada no corpo negro. O quilombo como um território corporal mediador ou interlocutor de linguagens, um decodificador dos debates sobre o pensamento “afrodiaspórico”<sup>2</sup>, uma narrativa que toma um corpo produtor de signos e símbolos novos, corpo que se constituiu no processo de rupturas, continuidades e adaptações, fluxos e refluxos no espaço do Atlântico Negro após a conquista das Américas (NASCIMENTO, 2021).

A importância dos quilombos para a população negra pode ser compreendida pelo fato de esse evento histórico fazer parte de um universo simbólico em que seu caráter libertário é considerado um impulsionador ideológico para a afirmação social, racial e cultural do grupo. Entretanto, existem muitos equívocos na análise desse fenômeno na história e memória do Brasil (NASCIMENTO, 2021). Os lapsos presentes na história dos negros e negras do Brasil provocam uma ruptura dessa população com o seu passado, e o desconhecimento, os silenciamentos e apagamento dessas memórias dificulta o entendimento da atual situação do grupo em nossa sociedade.

No final da década de 60 para o início da década de 70, e na continuação das suas pesquisas, a historiadora Beatriz Nascimento (2021) já nos alertava sobre a carência de uma investigação mais profunda sobre os quilombos do Brasil, justificando essa necessidade pelo fato da “visão a respeito do quilombo”, transmitida pelas obras de orientação didática dos antigos livros, repetirem conceitos racistas, ultrapassados e preconceituosos, ao mesmo tempo em que a mesma destaca a importância dessa literatura para evidenciar o grau de envolvimento que os quilombos tiveram com acontecimentos históricos de grande significação para a história e memória oficial. Ainda sobre as interpretações presentes nessa documentação oficial da historiografia brasileira daquela época Nascimento (2021) diz:

---

<sup>1</sup> Responsabilidade é um substantivo feminino com origem no latim e que demonstra a qualidade do que é responsável, ou obrigação de responder por atos próprios ou alheios, ou por uma coisa confiada. A palavra responsabilidade está relacionada com a palavra em latim *respondere*, que significa "responder, prometer em troca".

<sup>2</sup> Código e símbolo cultural que se expandiu no mundo por meio da diáspora, ou seja, através da migração forçada dos povos africanos.

As interpretações sobre os “quilombos” a partir da documentação oficial e baseadas numa metodologia da história descritiva remetem-se a dois princípios que estão vinculados à formação dos historiadores. De um lado, o liberalismo clássico, vindo dos ideais da Revolução Francesa, faz com que alguns autores os interpretem à luz dos princípios de igualdade, sem atentar para as estruturas internas dos quilombos, que mantêm desigualdades sociais em seu seio, embora não idênticas às desigualdades de um sistema moderno. De outro lado, alguns autores se mostram mais enfáticos ao procurar nos “quilombos”, justamente a partir do acirramento da luta armada em reação ao ataque da ordem opressora, um embrião revolucionário, segundo os princípios marxista-leninistas de mudança social. Traduzem inclusive o motivo do estabelecimento do “quilombo” dentro dessa perspectiva. (NASCIMENTO, 2021, p.108).

Ao analisarmos essa e outras falas de Nascimento (2021) identificamos as mobilizações, reações e resistências dos negros quilombolas ao regime/sistema escravista. O anseio por liberdade era um dos principais motivadores para que os escravizados(as) procurassem os quilombos, esse caráter libertário que paira sobre as discussões que envolvem o tema acompanha outras dinâmicas históricas do tempo passado e do tempo presente que necessitam de novas análises e compreensões das complexidades que existem internamente e externamente nos quilombos. Estas dinâmicas se desenvolveram junto ao avanço da sociedade capitalista burguesa e a estratificação das classes, para que possamos entender suas particularidades precisamos em primeira instância reconhecer os quilombos como sistemas sociais resistentes que possuem certa autonomia na sociedade global.

Observamos o quilombo como um sistema histórico alternativo e para entendermos as lacunas que ficaram após o seu “aparente” desaparecimento da história do Brasil a partir do final do século XIX (NASCIMENTO, 2021), é necessário reproduzir trajetórias, memórias, histórias, assim como, influências ou sobrevivências que os quilombos projetaram na história da população negra no século XX e na contemporaneidade.

A proposta deste trabalho acompanha meus passos enquanto pesquisadora desde o início da minha trajetória acadêmica quando ingressei no curso de Licenciatura em História na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) em 2015.

Nascida na sede de Rio de Contas-BA faz parte da minha memória os movimentos culturais do quilombo de Barra que sempre estiveram presentes nos trânsitos entre a sede, a comunidade e os distritos, dentre eles, o samba do *bendengó/mendengó* sempre foi à manifestação artística-cultural que mais me encantava, desde os tempos de criança, e que mesmo atravessando anos e limites impostos pela distância, permanece a me encantar e influenciar.

Importante registrar também que estudei parte do ensino fundamental e do ensino médio nas mesmas escolas públicas que tinham alunos quilombolas e como sempre tive um olhar atento e sensível às questões sociais passei a observar os impasses e desvantagens que os mesmos enfrentavam para chegarem até a escola na sede. Entre estradas de difíceis passagens, transportes coletivos precários, sede e fome, nossos colegas chegavam às salas de aula com vontade de aprender e o desejo “por uma condição de vida melhor” que poderia ser realizado através da educação.

Logo quando ingressei no curso de Licenciatura em História na UESB (2015) ao procurar sentidos e conexões que me fizessem desenvolver um trabalho de conclusão de curso (tcc) pensei: “Quero saber mais sobre a história da minha cidade (Rio de Contas!)” “Quero entender melhor o início de tudo” – indagava “Como surgiram os Quilombos?” “Por que o racismo é tão forte em minha cidade?” [...]; a busca pelos entendimentos dessas e de outras questões sempre fizeram parte da minha formação de vida e acadêmica. Elas são fruto dos embates sociais, provenientes do racismo, do preconceito e discriminação que todos nós negros e negras (afro-indígenas) brasileiros, enfrentamos cotidianamente.

A partir disso, iniciei as pesquisas sobre o quilombo de Barra em Rio de Contas-BA, e ao aproximar os laços com a professora do DFCH<sup>3</sup>, Núbia Regina Moreira, do curso de Ciências Sociais da UESB, sob sua orientação, desenvolvi o trabalho de conclusão de curso **Mulher Quilombola: Trajetória e Memórias de Bezinha**, que através das memórias da professora do quilombo, Maria Isabel Prizilina, popularmente conhecida como “Bezinha”, artesã e líder do samba do mendengó/bendengó na comunidade, contribuiu para a construção de uma parte da história e memória do quilombo.

Ao finalizar a graduação em História em agosto de 2021(em meio à pandemia da COVID-19) escrevi um pré-projeto para ser submetido a uma vaga no programa de Pós-Graduação (Mestrado) *Stricto Sensu* em Memória Linguagem e Sociedade, também da UESB, sendo assim selecionada com a proposta de desenvolver esta dissertação como parte do projeto matricial **Memória e História das ideias e experiências pedagógicas Contra-hegemônicas no Brasil**, orientada pelo professor Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos.

Nossa investigação diz respeito ao papel da memória e do trabalho educativo desenvolvido pelas professoras e professores na escola e com a comunidade do quilombo de Barra na luta pela construção do ser quilombola e no reconhecimento do território pelo Estado brasileiro entre os anos de 1980 e 2002.

---

<sup>3</sup> Departamento de Filosofia e Ciências Humanas.

A escolha por este recorte temporal surge a partir da chegada dos cursos de formação HAPROL<sup>4</sup> e MOBREAL<sup>5</sup> no quilombo no final da década de 70 para início da década de 80. Estes programas foram os responsáveis por titularem os “professores leigos” e também marcaram um período de significativos acontecimentos históricos, e alterações no currículo de ensino nas escolas, principalmente nas “escolas do campo” que englobam as escolas das comunidades quilombolas rurais, dentre elas, a escola municipal de Barra.

A reconstrução da memória coletiva quilombola no âmbito educacional é um dos intuitos desta pesquisa, e faz-se necessário destacar que de acordo a Halbwachs (1990) a memória coletiva, além de importante é indispensável para a compreensão e transformação da sociedade, que envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. As memórias individuais penetram a memória coletiva e mudam de figura quando recoladas neste conjunto que não é mais de consciência pessoal, mas sim, que envolve o todo, neste caso, que envolve o quilombo e todos os seus componentes.

A memória histórica<sup>6</sup> é responsável por não nos deixar esquecer o processo de escravização ocorrido no Brasil. E, as sequelas mais profundas deixadas pelo sistema escravista em todo tecido social brasileiro, indubitavelmente, são os racismos/preconceitos, aliados ao abismo das desigualdades socioeconômicas e educacionais entre brancos e negros.

Quilombo de Barra é uma comunidade quilombola localizada no município de Rio de Contas, na Chapada Diamantina, interior do estado da Bahia. A comunidade foi certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 12 de setembro de 2005 sob o processo de nº 01420.000054/1998-92.

Está situada próxima ao povoado de Mato Grosso, distrito de Rio de Contas que tem moradores descendentes de bandeirantes majoritariamente brancos. O quilombo está a 2,5 km de distância do quilombo do Bananal, sendo banhado pelos rios Brumado Fazendola e Santo Antônio. Próximo a estas duas comunidades havia uma terceira, Riacho das Pedras, que foi inundada após a construção da barragem Luís Vieira (Açude do Brumado) na década de 80, fato que ocasionou a dispersão dos seus moradores.

As famílias do quilombo em sua maioria são extensas, suas casas são edificadas lado a lado e em Barra estão localizados os principais serviços e equipamentos públicos dos quilombos. Na chamada Praça da Barra está localizada a maior concentração de residências e também um cemitério que atende aos moradores, uma escola (Escola Municipal Izidro

---

<sup>4</sup> Habilitação de Professores Leigos

<sup>5</sup> Movimento Brasileiro de Alfabetização

<sup>6</sup> Memórias construídas por populações que viveram ou estiveram implicadas em fatos que vieram a se tornar "históricos".

Joaquim Silva, 1959), dois campos de futebol de terra, a Igreja de Nossa Senhora Aparecida (1925) e equipamentos comunitários como um Centro de Múltiplo Uso do Quilombo<sup>7</sup>.

A agricultura é o pilar da ocupação da maioria dos moradores da localidade seja na prática de subsistência ou no comércio em Rio de Contas, distritos e cidades vizinhas. A forte ligação com a terra através do plantio da lavoura lhes dá condições de se manterem através da agricultura familiar. Cultivam principalmente milho, feijão, abacaxi, mandioca, bananas, plantações tradicionais iniciadas com o surgimento da comunidade.

Essa breve apresentação da localização do território compõem o cenário das lutas pelo tornar-se quilombola e pelo reconhecimento da titularidade pelo Estado do Quilombo da Barra.

Todavia, o processo de construção da identidade negra quilombola não é simples. O racismo estrutural e todas as formas de opressão deixam marcas nos corpos, no psiquismo, nas concepções de mundo das pessoas negras. Nesse sentido, o trabalho da educação e da memória são muito importantes para a formação de cosmovisões e posicionamentos ético-políticos no impulso das lutas e consolidação de uma prática social que combata e supere todas as formas de exploração e opressão.

É esse um dos sentidos que justificam a realização de nossa pesquisa e que nos faz levantar a questão central de nossa investigação: a partir da memória de educadoras e educadores que trabalharam na escola do quilombo da Barra entre 1980 e 2002, qual a contribuição do trabalho educativo, da cultura e da própria memória coletiva para o processo de reconhecimento oficial do território e do processo, ainda em curso, de construção da identidade negra-quilombola?

Para responder nossa indagação nos valem de fontes históricas documentais e orais, acerca da história do quilombo da barra, bem como dos depoimentos dos sujeitos de pesquisa visando a apreender a memória coletiva no quilombo e qual a sua importância na construção do ser quilombola na comunidade.

A partir da análise da trajetória das educadoras (es) do quilombo de Barra buscamos identificar a contribuição das práticas pedagógicas desses professores (as) na preservação dos aspectos ancestrais e culturais da memória coletiva da sua comunidade através da educação.

Para tanto, nos valem de entrevistas, registros escritos dos educadores(as), documentos do Arquivo Municipal de Rio de Contas, matérias de jornais e outras fontes para

---

<sup>7</sup> É um espaço comum fornecido pela Prefeitura Municipal e utilizado pela população para diversas atividades, sendo a principal delas, promover o encontro de grupos de dança da terceira idade. No espaço também costumam acontecer palestras e orientações realizadas pela Secretaria de Saúde.

a reconstituição desses fatos, para que assim, a partir da memória coletiva e da memória histórica desses educadores encontremos elementos para o registro e análise do trabalho educativo.

### **1.1 Orí, corpo, quilombo, ancestralidade: categorias e perspectiva teórico-metodológica**

Nossa proposta é pensar a memória a partir da identidade individual e coletiva da população negra do quilombo de Barra por meio de uma narrativa de encontro entre uma reconstrução da dignidade e o passado dos descendentes de escravizados, contribuindo assim para um processo contínuo de re-humanização do negro na continuidade cultural para o futuro que produz a história/memória que auxiliarão na construção da identidade entre “eu e meus próximos” no momento presente.

Nascimento (2021) ao pensar a memória individual e a construção de identidade singular, necessariamente ligada à memória de sua coletividade e identidade de grupo, propõe uma constituição distinta, porém mútua e cruzada, da memória individual e da memória coletiva. Um fator importante dessa construção de identidade, como analisou Reis (2020) ao estudar a obra de Beatriz Nascimento, é que a encarnação do “Ôrí” não é um regresso ao passado em África, já que esta é uma terra que não mais representaria o sentimento de pertença, a história dos negros escravizados é a história de uma presença em terras de outros, portanto o corpo negro é o próprio território de pertença e por consequência de memória.

Nossas observações no quilombo de Barra partem de reflexões que entendem a imagem corporal no psiquismo, que também é a construção do “Eu” comparado com a pele negra, ou seja, o próprio corpo, a própria pele, conduzidos pelo Orí que guarda nossas memórias que foram construídas inicialmente, e até os dias de hoje, pela visão dos semelhantes, como também pela audição das histórias a respeito dos seus.

Segundo Reis (2020), essas narrativas de sujeitos complexos carregam consigo o quilombo e a senzala no corpo que pode estar em movimento ou aprisionado psicologicamente ainda no tempo do cativo ou na liberdade das fugas (REIS, 2020, p.17). Assim, o corpo seria o grande guardião e ao mesmo tempo território da memória e o indivíduo seria sujeito e objeto de si mesmo. Os corpos dos negros se espelham entre si e os corpos se reconhecem pelo contraste e pelo movimento ou deslocamento do corpo que carrega consigo um território abstrato, uma terra firme no “continente da memória”.

A representação da própria materialidade negra – o corpo – tem atualmente cumprido a função de alicerçar as memórias afro-brasileiras de um passado comum, como é possível ver

na reinvenção dos corpos negros através da positivação dos cabelos trançados, do *black power*, das vestimentas africanas etc. Podendo assim supor que para além do corpo ser o próprio quilombo, ele é o lugar simbólico de construção de coesão grupal. O corpo negro é, por assim dizer, memória, identidade, território e resistência.

Nosso trabalho nos remete a pensar como, através dessa nova perspectiva corpo/intelecto/memória, cabeça e território são ordenados dentro de uma narrativa que comporte uma objetividade histórica a partir da memória do quilombo.

Seguindo os passos para pensar sobre memória quilombola, coletividade e cultura grupal, agrega-nos as concepções de Maurice Halbwachs (1990) sobre memória individual e memória coletiva considerando as reflexões presentes no livro **A Memória Coletiva**. É importante em nossa pesquisa considerar diversas as complexidades das influências que sofrem o indivíduo ao buscar sua memória individual partindo da ideia de que essas são de natureza coletiva e social.

A memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes na memória coletiva mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal (HALBWACHS, 1990).

Com isso, constatamos que para que haja uma espécie de completude da memória do quilombo é preciso que as lembranças do grupo não estejam absolutamente sem relação com os eventos que constituem o passado. Cada um de nós é membro ao mesmo tempo de vários grupos, maiores ou menores, e, ao fixarmos nossa atenção sobre os grupos maiores, por exemplo, a nação, ainda que nossa vida ou a de nossos familiares e amigos estejam compreendidas nela, não poderíamos dizer que a nação como tal se interesse pelos destinos individuais de cada um de seus membros, mas sim pelo sentimento da coletividade (HALBWACHS, 1990).

A memória coletiva em Halbwachs diz respeito à memória de comunidades, grupos específicos que têm elos de identificação, ligação e que compartilham, de alguma maneira, suas experiências passadas por meio da fala, da escrita e de tantas outras expressões.

Desse modo consideramos as recordações do quilombo como memórias coletivas, e elas foram/são lembradas por pessoas que convivem/conviveram cotidianamente juntos mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só eles estiveram envolvidos, e com objetos que só eles viram, nunca estiveram sós. Assim, não seria necessário que outras pessoas estivessem lá, que se distingam materialmente dos membros do quilombo: “porque temos

sempre conosco e em nós uma quantidade de gente que não se confundem” (HALBWACHS 1990, p. 26).

A construção, em nossa pesquisa, da memória do quilombo de Barra teve como base memórias de moradores e ex-professores (as) através de depoimentos e entrevistas conjuntas e individuais que concordaram com suas entrevistas ao fazermos conexões entre os pontos de contato entre umas e as outras para que as lembranças que foram recordadas pudessem ser reconstruídas sobre um fundamento comum. Esta reconstrução dessas memórias se operou a partir de acontecimentos vivenciados por indivíduos que moraram/moram no quilombo.

Refletir sobre a memória do quilombo a partir de uma perspectiva de memória coletiva nos leva a pensar na memória enquanto fenômeno histórico-social. Desse modo, é fundamental pensar sobre os mecanismos sociais que podem determinar decisivamente não apenas a forma como a lembrança e o esquecimento se processam no interior do grupo, mas também delimitar e condicionar os conteúdos dessa lembrança e deste esquecimento. Todavia, as implicações relativas ao domínio do passado encontram-se no manejo da forma como os seres sociais de Barra, necessariamente seres de classe neste tempo histórico, vão materializar seu comportamento humano e ético no presente e por consequência, no futuro.

Faz-se necessário dizer que a memória, ainda que ao longo do desenvolvimento histórico possa ganhar as mais diversas formas de manifestação concreta, terá seu terreno de desenvolvimento sempre ancorado nas relações materiais, partindo desse entendimento, o Orí, portanto a força ancestral da preservação da memória, não é criador, mas criatura.

Santos (2021) evidencia que desde o passado e ainda nos tempos atuais, a força motriz das relações sociais permanece sendo as lutas de classes, e que esse aspecto basilar da constituição social é simplesmente negligenciado em toda a tradição filosófica e sociológica da teoria da memória, razão pela qual, a metodologia adotada pela maioria dos autores acarreta equívocos quando se considera os processos reais e concretos de constituição da memória.

Consideramos assim, que “as formas mais desenvolvidas da memória” devem ser compreendidas como qualquer uma das suas manifestações histórico-social mediadas pela produção e reprodução da vida humana no tempo e espaço e principalmente por suas vias de mediação da vida, que seriam: consciência e intencionalidade; não se referindo exclusivamente as objetivações genéricas do ser social como ciência, a arte e a filosofia.

Acerca dos diversos autores que discutem memória o que não foi afirmado por nenhum destes, segundo análises de Santos (2021), é que a memória é nas suas formas mais desenvolvidas de existência, “uma categoria ontológica do ser social”, afirmação essa que é

indispensável nos estudos do nosso objeto. Logo, Santos (2021) complementa essa premissa dizendo que ele tem consciência da complexidade e de algumas das implicações contidas nesta afirmação e em seguida sustenta o agumento:

A primeira afirmação que se pretende sustentar é a de que a memória é uma categoria. Isso implica dizer que ela é colocada em um patamar mais profundo e complexo da existência, tanto prático-objetivo quanto teórico. Não se trata, neste sentido, de um mero conceito mutável com uma temporalidade determinada, plástica, que pode mudar de acordo com a conveniência do pesquisador que a toma como objeto, em um contexto de relativização das verdades, mas tão-somente em detrimento do desenvolvimento de pesquisas científicas capazes de apreender tais mudanças no escopo da própria realidade; tampouco ela pode ser resumida a um simples recurso voltado para realização da pesquisa científica com vistas para a reconstrução do passado. (SANTOS, 2021, p. 86).

Assim, a memória para que seja considerada como pertencente exclusivamente ao gênero humano com toda a sua complexidade e mediações, deve sempre ser associada à consciência e à intencionalidade que passam pela cabeça, neste caso, pelo Orí.

Portanto, em nosso trabalho, a memória do quilombo sendo analisada enquanto categoria ontológica do ser social, somente pode existir em uma relação de plena associação dessas duas outras categorias. São justamente essas qualidades categoriais da memória que a torna indispensável no processo de produção e reprodução social, existindo de forma simbiótica em uma relação entre a consciência e a intencionalidade.

Seguindo a lógica do raciocínio tal é a importância da memória para o ser social que concordamos com o autor quando ele aponta que sem memória não haveria trabalho – “embora a recíproca não seja totalmente verdadeira – sem trabalho não existiria o mundo dos homens” (SANTOS, 2021, p. 92). Portanto, essa seria a principal razão para que a memória do quilombo seja considerada em termos ontológicos atribuindo-a um peso indispensável para compreendermos o processo de formação dos moradores e educadoras (es) dentro da sociedade riocontense estratificada e dividida em classes sociais.

Outro autor de importante destaque que nos ajudou neste trabalho a analisar a memória educativa quilombola a partir das concepções materialistas é Vigotski, e, as interpretações de Sandro Almeida (2004) em sua obra **O conceito de Memória em Vigotski** são fundamentais para nossas reflexões, visto que o autor aponta que a memória é formada por meios auxiliares que possibilitaram ao indivíduo ir além de suas capacidades e limitações naturais através da utilização dos elementos culturais que são aprendidas pelas crianças quando estas se apropriam dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade e

começam a organizar suas funções psicológicas, tendo como base o uso de conceitos e abstrações.

Essas funções psicológicas, mais especificamente, a memória, são internalizadas tornando-se segundo Vigotski intrapsicológicas, proporcionando ao sistema psicológico, um funcionamento intencional. Com isso, boa parte dos conteúdos recordados por um adulto que tenha desenvolvido suas funções psicológicas superiores, é mediada por signos internos ou externos e instrumentos, aumentando a possibilidade de controle da conduta e do livre arbítrio, Almeida (2004, p. 6), nos diz ainda que:

É necessário ressaltar que, para Vigotski, é nas e pelas relações sociais que o homem compartilha pensamentos, informações, ideias, enfim, que ele objetiva sua subjetividade e subjetiva sua objetividade. É nessa troca que muitas vivências e experiências de um grupo/povo se mantêm ou se consolidam, sendo um importante instrumento para a manutenção/construção da história. Vygotsky compreendeu assim a relação da dialética entre indivíduo/sociedade/história como uma totalidade, sendo cada uma dessas instâncias produto e produtora da outra, processo este no qual a memória tem fundamental importância, pois ela permite ao homem o armazenamento da experiência passada que sustenta o futuro, não só do indivíduo, mas também o da sociedade por meio da arte, da ciência e da história.

Assim, memorizar pode significar decorar algo mecanicamente ou por associações ao estabelecer uma nova ligação entre o que foi aprendido e o material a ser memorizado. Para que tenhamos um melhor entendimento sobre como se dá esse processo na educação do quilombo, evidenciamos a necessidade de se conhecer os tipos de memória apontados por Almeida (2004) segundo Vigotski, que seriam: memória visual, auditiva, motoras, mistas ou neutras. A partir disso, ao investigarmos sobre as propriedades da memória partimos de seu desenvolvimento, compreendendo este em dois aspectos: natural ou elementar e cultural ou superior.

Santos (2021) propondo uma análise da memória como ontológica do ser social e Almeida (2004) na tentativa de explicar sobre a obra de Vigotski em torno da memória, entram em comum acordo quando identificam que conteúdos memorizados são fundamentados na ação intencional, e que essa condição é necessária, porém, não suficiente, para o processo de humanização do indivíduo, que necessita do desenvolvimento pleno das funções psicológicas superiores (atenção, memória, imaginação, pensamento e linguagem), e, por consequência da consciência, em que aja possibilidade de uma mudança das condições concretas de existência do indivíduo.

Para chegarmos aos resultados esperados investigamos, de início, como se deu a conquista do território do quilombo de Barra e em seguida como as práticas pedagógicas executadas pelos educadores (as) em sala de aula, técnicas como jogos, brincadeiras, festas, expressam conteúdos e ideias, sentidos e crítica, e como foram utilizados no trabalho educativo dos docentes de Barra no processo de formação humana na escola e fora dela através de um modelo de educação contra hegemônica. Para isso, em nossa pesquisa de campo estivemos atentos às falas dos entrevistados (as) diretos e indiretos, as falas dos professores e das pessoas mais velhas do quilombo, consideradas, guardiãs da memória, e que foram/são os principais responsáveis pela construção do ser quilombola.

Para tanto, na primeira seção explanaremos os processos de luta dos moradores do quilombo de Barra na construção e reconhecimento legal do quilombo. Quais foram às motivações para o desenvolvimento dessas buscas por “independência” e reconhecimento, utilizando fontes documentais que comprovam a criação da Associação dos Moradores do quilombo, a titulação e certificação, além das escutas (entrevistas) de moradores, em especial, Carmo Joaquim o principal líder comunitário que acompanhou e foi um dos responsáveis por todas as conquistas do quilombo.

Já na segunda seção analisaremos como se deu o processo de conquista ao acesso à educação e destacaremos a participação efetiva das educadoras (es) que passaram pela escola de Barra. Como são preservadas/passadas as manifestações culturais através da educação; tradições como: a religiosidade, o artesanato, o samba do Bendengó (ou Mendengó), nas práticas educativas escolar e não escolar desenvolvidas na educação do quilombo de Barra? Como a educação no quilombo auxiliou no processo da conquista da titulação das terras? De que forma a educação no quilombo contribuiu/contribui para a construção do ser quilombola? Através das narrativas dos moradores e moradoras, professores e professoras do quilombo de Barra esperamos responder essas questões.

## **2 LUTA CONSTRUÇÃO E RECONHECIMENTO LEGAL DO QUILOMBO DE BARRA: ENTRE HISTÓRIA, IDENTIDADE E MEMÓRIA**

Nesta seção nosso desafio é o de fazer uma abordagem histórica dos processos de luta, construção e reconhecimento legal do Quilombo de Barra em Rio de Contas-BA, considerando todos os tipos de memória que aqui foram coletados, através de entrevistas, bibliografias, pesquisas no Arquivo Municipal de Rio de Contas, análises de documentos, jornais e fotografias para que assim nossa pesquisa contribua para um pensamento crítico sobre o assunto e no processo contínuo de “resistência negra” dentro e fora do espaço acadêmico.

Em meados da década de 1960 a autora/historiadora negra Beatriz Nascimento (1989) expressou um sentimento de espanto e frustração ao ingressar na Universidade Federal do Rio de Janeiro e perceber que os estudos sobre a população negra do nosso país eram direcionados apenas ao estado colonial de escravidão, nos tempos atuais, apesar de termos avançado significativamente nas produções históricas e da memória sobre o negro no Brasil, ainda assim, a pesquisa acadêmica avança em passos lentos sobre as peculiaridades que envolvem o negro antes da escravidão, durante, e depois da lei áurea que deu fim a escravidão como regime de trabalho no Brasil. Após séculos de escravidão sabemos de toda problemática que os negros (as) enfrentam socialmente por conta do racismo, discriminação e do lugar de classe social trabalhadora que a grande maioria ocupa.

Ao olharmos o quilombo de Barra percebemos que o mesmo teve/tem por objetivo estabelecer uma linha de continuidade histórica entre os seus como forma de resistência organizada dos negros nos séculos de dominação escravista, assim como, formas atuais de resistência. A importância do quilombo para os moradores(as), professores, e líderes, na atualidade, pode ser compreendida pelo fato de esse evento histórico fazer parte de um universo simbólico em que seu caráter libertário é considerado um impulsionador ideológico na tentativa de afirmação social, cultural e econômica do grupo.

Mesmo com a abolição da escravatura em 1888, o quilombo permaneceu como lugar de resistência e enfrentamento da sociedade oficial que se instaurou. A grande maioria do povo negro permanece nas favelas e áreas periféricas da cidade, obrigados por fatores não só decorrentes da marginalização do trabalho como também pela marginalização racial e de classe (NASCIMENTO, 2021). Assim, podemos dizer que todos os quilombos rurais ou urbanos, neste caso, o quilombo de Barra, remanescente, embora transformado, perdura.

Foi em 1740 que ocorreu a primeira definição de quilombo na administração colonial através do Conselho Ultramarino Português. Para esta instituição, o quilombo era: "toda a habitação de negros fugidos". Essa forma de organização (quilombo) foi brutalmente perseguida e resistiu/resiste bravamente até os dias atuais. É importante evidenciar que no século XX, pós escravidão, o quilombo passa a ter uma caracterização ideológica justamente por ter sido durante três séculos concretamente uma instituição livre, paralela ao sistema dominante, sua mística vai alimentar os anseios de liberdade negra da consciência nacional (NASCIMENTO, 2021). Quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma sociedade mais justa, passou a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência. O quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional. Quilombo entendido como "princípio ideológico", seria assim, a base da identidade cultural negra, do próprio "Movimento Negro<sup>8</sup>", e da reação contra o colonialismo social, cultural e econômico que sobrevivi mesmo após a abolição.

O que significaria a palavra "Quilombo/Kilombo"? As palavras de origem africana no Brasil não possuem um só significado, em parte pela própria estrutura das línguas africanas, em parte pela sua história no contexto nacional (a mesma palavra poderia ser pronunciada por uma gama de línguas, não necessariamente da etnia original). O enunciado geralmente é uma expressão, independentemente do significado. "A palavra é um invocador, um instrumento de invocação/evocação/revelação" (NASCIMENTO, 2021, p. 242).

Quando os portugueses conquistaram o antigo reino do *Ndongo*<sup>9</sup>, situado na bacia do Rio Congo, existia uma etnia denominada *Jaga* ou *Imbangala*. Guerreiros-caçadores, provenientes do Leste africano, em sucessivas levas desde o ano 2000 a.C., portanto desde que os Banto atravessaram a floresta equatorial, desertificando-a e transformando-a no Saara.

Por volta de 1569, tinham já conseguido expulsar o rei do Congo e os portugueses da capital, obrigando-os a exilar-se numa ilha no rio. Os Jaga destruíram nos portugueses o sentido de segurança na África Centro-Oeste. Essa etnia era atípica, pois, além do nomadismo, não constituía linhagem. Não possuía mulheres, no sentido comum aos outros povos, não criava filhos, não formava Estados e constituía-se como um poder transversal aos governos dos territórios que contatavam. Das outras linhagens eles recrutavam os adolescentes masculinos, os quais, após passarem por um

---

<sup>8</sup> O movimento negro no Brasil corresponde a um conjunto de movimentos sociais, políticos e culturais realizados pelos negros brasileiros, com a colaboração de aliados não negros, lutando contra o racismo e por direitos.

<sup>9</sup> Reino do *Dongo*, *Andongo* (em quimbundo: *Ndongo*) ou Angola (*Ngola*) foi o Estado pré-colonial africano na atual Angola, criado pelos *ambundos*, e cujo nome inspirou o nome do atual país.

ritual de circuncisão, eram adotados pela etnia a fim de aumentar o esforço de guerra. (NASCIMENTO, 2021, p. 242-43).

Esse ato de circuncisão transformava o jovem em um “*kilombo*”. A casa sagrada e o território onde se desenvolvia a iniciação do guerreiro também se chamavam *kilombo*. O acampamento onde se realizavam trocas comerciais também era denominado *kilombo*. E, por fim, o ato de deslocamento em esforço de guerra era o movimento do *kilombo*.

Assim, *Kilombo* se transferiu para a América. Através desses indivíduos, em todo o território americano, foram fundados, a partir do século XVI, os estabelecimentos quilombolas (Brasil e Cone Sul), *cimarróns* (ao norte da América do Sul), *apalancados* (em Cuba e Haiti) e *marrons* (nas demais ilhas do Caribe). Dessa maneira, se compreende a história do Quilombo dos Palmares, que teve como fundador e civilizador Zumbi de Angola Janga, referência para todo estudo sobre quilombo no Brasil, assim como também, se entende a história da construção do Quilombo de Barra em Rio de Contas-BA, que por sua vez, tem documentos que registram a presença dos “crioulos” no Alto do Sertão da Ressaca desde 1681.

Em nossa pesquisa de campo observamos com clareza que ainda hoje (2022-2024) em Rio de Contas-BA os riocontenses continuam a contar orgulhosamente o passado glorioso de riqueza e erudição, passado esse, como quase todo o passado e a memória do nosso país, construído de forma violenta no que diz respeito à exploração da mão de obra escrava e no genocídio indígena. Livros são escritos (ARAKAWA, 2006; PEREIRA, 1940) para exaltar os fatos históricos locais (como a passagem da Coluna Prestes, 1926), a existência das famílias tradicionais (Como a do Coronel Carlos Souto, famílias com sobrenomes: Gottschall, Trindade, Albuquerque, Raposo) e nomes de homens e mulheres que se destacam por feitos históricos e artísticos (como Maestro Esaú Pinto e Abílio César Borges – Barão de Macaúbas, Zofir Brasil) (CAPINAN, 2009).

A questão é justamente a população riocontense orgulha-se desse passado manchado por injustiças e chacinas contra as classes menos favorecidas. Todavia podendo ser explicada pela mediação das relações de exploração e dominação que se materializam ou se expressam nas formas de escrever a história, e elaborar a cultura simbólica (que se incorpora a memória) na qual as contradições, a história do trabalho manual e dos trabalhadores escravos não entram na trama enquanto criadores, sujeitos históricos e mesmo humanos, mas tão somente como escravizados. A seguir discorreremos acerca da origem do quilombo da Barra que se mistura com a história da cidade de Rio de Contas.

## 2.1 O naufrágio do navio negreiro, o quilombo e a ocupação do território pelos colonizadores: a construção da história e de memórias sobre o quilombo de Barra e da cidade de Rio de Contas-BA

Ao falarmos sobre o período da escravidão com algumas pessoas da cidade de Rio de Contas e do Quilombo de Barra percebemos que houve certo esforço para esquecer ou diminuir a ligação com o passado escravista brasileiro, sobretudo, para no presente terem poder de negociação com o racismo à brasileira, marcado por certo tom de cordialidade que encobre uma clivagem racial na estrutura social, na qual o negro, comumente, é tratado como cidadão de segunda classe. Hoje, há uma história que para os integrantes de Barra é a oficial, contada através do principal guardião da memória do quilombo o Presidente da Associação Quilombola e o principal líder da comunidade Carmo Joaquim da Silva, e que é de fundamental importância para entendermos como foi construída a memória do grupo.

Os negros que fundaram esta comunidade chegaram aqui antes dos bandeirantes e dos garimpeiros. Havia um navio trazendo escravos da África, que encalhou no sul da Bahia, perto de onde hoje existe a cidade de Itacaré. Neste lugar, se desemboca o Rio das Contas. O pessoal aproveitou do encalhe e fugiu do navio em busca da liberdade. Isto aconteceu no século XVI ou XVII. O pessoal seguiu o trajeto do Rio das Contas até chegar nesta região. Então, os escravos fugidos formaram estas comunidades, escondidos nas montanhas da chapada. (Carmo Joaquim da Silva, depoimento oral concedida em 5 de abril, 2023).

As pesquisas acadêmicas ainda não descobriram ao certo quanto tempo os negros demoraram para caminhar da costa até a região de Rio de Contas, e por isso, Carmo não sabe a data de quando os escravizados chegaram aqui, mas encontramos no Arquivo Municipal de Rio de Contas documentos que comprovam a existência de “negros crioulos” desde o ano de 1681, tendo como fundador do quilombo seu Isidro Joaquim, quando os garimpeiros chegaram no final do século XVII, eles encontraram os negros mucambados, ou seja, que estavam escondidos entre as serras. Os portugueses obrigaram os negros a trabalharem no povoamento de Mato Grosso e nos garimpos. Apesar dos negros (as) passarem o dia todo em Mato Grosso, não era permitido que os “escravizados” dormissem e nem ficassem a noite por lá, segundo Carmo<sup>10</sup>, eles iam e voltavam todo dia, para que assim, a miscigenação das raças não acontecesse. Atualmente as comunidades permanecem segregadas racialmente.

---

<sup>10</sup> Depoimento oral concedido por Carmo Joaquim em 5 de abril de 2023: “quando dava as badaladas das 18 horas já era hora de voltar de Mato Grosso. Até hoje o povo se dá bem, mais não se mistura”.

A narrativa da memória do naufrágio estabelece uma ligação direta com a África e posteriormente com a escravidão. Essa narrativa fundou-se no fato de os negros africanos que vieram para Rio de Contas como homens e mulheres livres, pois não só sobreviveram ao naufrágio, como igualmente desbravaram as matas e os sertões baianos, enfrentando dificuldades de uma terra desconhecida e dialogando com os habitantes que aqui já existiam, os indígenas. Assim, mesmo quando descobertos pelos bandeirantes e, ainda que por ordem destes, os primeiros membros do grupo tinham suas próprias casas e uma comunidade. Logo, de acordo com a memória social do grupo e com as pesquisas de Capinan (2009, p. 46) “os seus antepassados não teriam sido subjugados à vala comum e impessoal de uma senzala”. Em nossas interpretações constatamos que por conta das particularidades no desenvolvimento do processo de escravidão na região de Rio de Contas, os negros escravizados tinham alguns “direitos” incomuns, como exemplo, habitarem uma região que possibilitou “melhores condições de vida” e de organização social, onde, ainda hoje é o quilombo. Em nosso trabalho o que deve ser respeitado é essa narrativa da “liberdade” como impulsionadora para as lutas e resistências que vieram posteriormente.

Ainda que a memória do naufrágio não seja considerada pela história oficial de Rio de Contas, há uma constatação, seus antepassados vieram da África, e trouxeram a sua cultura com eles, o que é comprovado quando observamos os comportamentos, as tradições e manifestações artísticas, religiosas e culinárias. Mesmo considerando que, no Brasil, pudessem ter sido despojados da mesma, devido às condições de trabalhos forçados, nos garimpos ou pelo sistema escravista, a sociedade que se formou nas comunidades conseguiu preservar o modo de organização social, dentro da economia doméstica. Produzem para a autossustentação e o excedente gerado é colocado na feira semanal de Rio de Contas e cidades vizinhas, principalmente em Livramento de Nossa Senhora.

Simultaneamente ao mito de fundação, Carmo identificou consensualmente dois fundadores: Isidro Joaquim para Barra e Beba Maria de Aguiar para o Bananal (Outra comunidade quilombola vizinha de Barra e que possui a mesma origem). A representação de distintos fundadores para as comunidades implica na constituição de duas famílias troncos: Aguiar e os Silva. Estas, no entanto, são interligadas por intensas relações de parentesco biológico e espiritual, o que permite que as duas comunidades sejam tratadas apenas como um grupo social.

Cruz (2011) ao pesquisar as comunidades quilombolas de Rio de Contas-BA indagou: seria de fato possível que pessoas africanas, que tivessem sobrevivido ao naufrágio de um navio, pudessem chegar aos sertões, antes de 1680? As dúvidas são recorrentes em torno das

considerações em relação ao trajeto tão longo e de difícil acesso, desde Itacaré, onde deságua o Rio das Contas, até os confins entre a Serra das Almas e a Serra do Malhado, no vale do atual Rio Brumado e antigo Rio de Contas. O fato é que a memória do quilombo está alicerçada na história do navio ter naufragado ou encalhado, no litoral da Bahia, próximo a Itacaré, onde deságua o Rio das Contas, e assim, através das suas margens, os negros foram adentrando a mata fechada, e teriam, dessa forma, chegado à região onde se formou a cidade de Rio de Contas.

Como registrado no AMRC por volta de 1681 que o “Pouso dos Crioulos” tornou-se ponto de pouso para viajantes desbravadores que vinham das regiões de Minas Gerais e Goiás em direção a Salvador. Por conta da descoberta do povoado, foi erguida nestes tempos uma capela em louvor a Nossa Senhora Santana.

Os principais nomes dessas primeiras expedições são: Francisco Ramos, Cônego Domingos Vieira Lima, Manoel de Oliveira Porto e Antônio Gonçalves Filgueiras, vigário de Jacobina, que seguindo o Rio de Contas, ao tomarem essas terras, ficaram como seus legítimos possuidores, “cabendo dez léguas a cada um, pois, para se tornarem donos delas, bastava-lhes requerê-las ao rei de Portugal como prêmio ou recompensa de suas conquistas” (ARAKAWA, 2006, p. 26).

Os desbravadores ao chegarem à região onde se encontra a atual cidade de Rio de Contas se depararam com índios que eram pertencentes às tribos dos aimorés ou botocudos<sup>11</sup>, assim conhecidos por usarem botoques de madeira ou de pedra nos lóbulos das orelhas e no lábio inferior. Eles próprios se chamavam “*guerens*”; encontraram também uma povoação de *negros mocambos* que ali exerciam suas atividades de subsistência já há um tempo (SÃO JOSÉ, 2021).

Foi assim que se desenvolveu o processo de conquista do chamado “Alto do Sertão da Ressaca”<sup>12</sup>. E assim, o cenário da época começou a ser montado, abrigando povos de diferentes origens – índios, negros, mestiço e branco com trajetórias e experiências distintas que, nem sempre de forma idílica, compartilhavam experiências naquele espaço em constante mutação, de acordo a Ivo (2012).

Em 1710, o bandeirante paulista Sebastião Pinheiro Raposo descobre ouro no leito do Rio Brumado (antigo Rio de Contas), em seus afluentes e serras circunvizinhas. Com isso,

---

<sup>11</sup> O escritor português Pero de Magalhães de Gândavo assim os descreveu em seu livro "Tratado da terra do Brasil- História da Província de Santa Cruz", de 1576: “Chamam-se Aymorés, a língua deles é diferente dos outros índios, ninguém os entende, são eles tão altos e tão largos de corpo que quase parecem gigantes; são muito altos, não parecem com outros índios da Terra”.

<sup>12</sup> É uma área no sudoeste da Bahia, entre o Rio Pardo e o Rio das Contas, onde se localiza a cidade de Vitória da Conquista.

houve grande afluxo de desbravadores portugueses, paulistas, mineiros e baianos para a região do município. Funda-se o primeiro povoado, denominado "Mato Grosso", numa altitude de 1.450 metros. Os Jesuítas que acompanhavam os bandeirantes nessa expedição ergueram neste povoado uma igreja de pedra construída em louvor ao santo católico, Santo Antônio.

A posição privilegiada desta localidade, na rota de ligação do vale do São Francisco e Goiás com a capital da colônia, foi o primeiro fator de desenvolvimento local, que transformaria o lugar em pouso obrigatório dos viajantes daquelas paragens que se dirigiam à costa, e vice-versa. Todavia, sua importância regional só se consolida no século XVIII, com a descoberta do ouro (SÃO JOSÉ, 2021). Após esse período, ao buscarmos documentações nos AMRC percebemos que houve uma interrupção do registro histórico nos intervalos dos anos e séculos que viriam, pelo menos nas fontes até o momento coligidas, a respeito da população negra primitiva, cujo destino, embora incerto, manteve estreita relação com as transformações impulsionadas pela empresa mineradora.

As minas da região prolongaram-se durante o século XVIII até o início do século XIX. Concomitantemente, a coroa empreendeu neste período uma política de fiscalização mais eficiente na área, com vistas a evitar a sonegação do "quinto". Assim, em 1718, cria-se a primeira freguesia do Sertão de Cima, no povoado de Mato Grosso<sup>13</sup> e, em 1724, a Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas, atual Livramento do Brumado. Em ambas as localidades são instaladas Casas de Fundação, por provisão do Conselho Ultramarino de 13.10.1726. A transferência da Vila para o atual sítio ocorre em 1745, passando a ser designada Vila Nova de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas (Acesso a documentos no Arquivo Municipal de Rio de Contas, Abril, 2023).

A opulência gerada pelo ouro confere grande prestígio à vila, que vai assumindo o status de verdadeira capital regional. Mesmo após o declínio do ouro, continua a ser importante centro de função burocrática, culminando com sua elevação à categoria de cidade em 1885. O ciclo do ouro em Rio de Contas encerra-se no início do século XIX, com o esgotamento das jazidas. Em 1844, a descoberta de diamantes em Mucugê e Lençóis criou dois novos polos de atração, que vai minando a já então frágil economia riocontense. Para Mucugê perde Rio de Contas parte da população, atraída pelas lavras de diamantes. Lençóis,

---

<sup>13</sup> A população mantém vivo o costume dos quintais e, sendo essencialmente formada por agricultores, neles efetuar o cultivo das hortaliças de consumo familiar (um dos costumes galegos), sendo grande produtora de tangerinas, tanto para a sede do município quanto para o vizinho Livramento do Brumado, e também na produção de café e flores (estas especialmente no período de inverno).

por sua vez, rouba-lhe a influência que durante um século exerceu na região (MARTINS; MESSEDER, 1991).

Faz-se necessário esse passeio na história de Rio de Contas para reconstruirmos a memória do quilombo de Barra, e um dos pontos que merecem atenção é de como os negros que foram encontrados pelos desbravadores foram escravizados. Segundo Capinan (2009) as relações cotidianas entre os escravizados e os proprietários perpassam a peças judiciais que revelam que os escravizados gozavam de certa “autonomia”, seguindo uma lógica compatível com os limites da posição social que ocupavam. Os escravizados tinham produção agrícola própria que lhes garantia o sustento e certo pecúlio, que era sempre desejado com fins de adquirir a alforria. Eles também dispunham de habitação própria, uma “casinha”, isso na sede ou no território que hoje é reconhecido como quilombo. A produção autônoma do escravo em dias consentido pelo senhor era comum no Alto Sertão da Bahia. Essa autonomia, com certeza conquistada e negociada com os senhores, pode ser percebida nas descrições da circulação dos escravos pela Vila de Rio de Contas em diferentes horários e espaços. Esses mantinham estreita relações com trabalhadores livres, com os quais compartilhavam espaço de trabalho e lazer. “Além de relações de amizade e trabalho, esses grupos sociais estabeleciam relações de parentesco (espiritual e filiação) (CAPINAN, 2009, p. 138).

Os senhores utilizavam a alforria como recurso de manipulação e obediência dos negros escravos. Alguns dos proprietários impunham condições de servidão e fidelidade que perduravam mesmo após a formalização da liberdade do negro. Cabe destacar que tais condições eram exigidas mesmo quando o forro pagava a sua carta. Assim, a carta de alforria<sup>14</sup> era um documento produzido no âmbito de relações privadas, sob condições que interessavam ao senhor, mas sem considerar a ação dos escravos, constituindo-se numa tática de dominação senhorial, inclusive pela possibilidade de sua revogação.

A forma de resistência clássica à escravidão – os quilombos – foi citada pelos viajantes memorialistas que percorreram o Alto Sertão, no século XIX. Porém as referências são pouco precisas e apenas atestam mais detidamente que negros aquilombados cometiam delitos; outro fator que fora observado por esses memorialistas é que a organização do tipo camponesa foi adotada de forma recorrente em Rio de Contas, o que explicaria a formação de um campesinato negro, que se iniciou ainda durante a escravatura e que se consolidou, enquanto um grupo social, por relações de parentesco e por meio da posse da terra.

---

<sup>14</sup> é o ato pelo qual um proprietário de escravos libertava os seus próprios escravos. Esta libertação assume diferentes formas consoante o tempo e o local da sociedade escravagista.

Em nossa pesquisa analisamos que o processo indentitário étnico de Barra e Bananal se originou num *locus* que tem sua história marcada pelo uso do negro como mão-de-obra escrava. Em última instância, tal característica é comum a todo Brasil. Todavia, o que destacamos de peculiar da escravidão riocontense é a proximidade das relações entre os senhores e os escravos e destes com os trabalhadores livres. Os negros escravizados da Vila de Rio de Contas viviam de forma dual, eles tanto gozavam de certa “autonomia”, quanto eram constantemente alvo de um controle social que poderia quando interessante à coerção “marginalizá-los” como escravos e forros:

A relação do negro escravo com o trabalho em Rio de Contas era igualmente caracterizado por uma dualidade. O trabalho tanto o escravizava quanto o libertava. Nesse ângulo, a possibilidade de dias de trabalho para si e a apropriação particular da produção auferida proporcionava autonomia e dignidade, ao passo que tal forma de trabalho poderia ser a via de juntar pecúlio suficiente para a compra da liberdade. (CAPINAN, 2009, p. 143).

Neste lugar onde se desenvolvia essas complexas relações, por meio de resolução de 2 de outubro de 1745, do vice-rei André de Melo e Castro, Conde das Galveias, houve a transferência da sede da Vila para o Pouso dos Crioulos, um lugar planejado, devido às constantes enchentes no Arraial de Nossa Senhora do Livramento e um surto de malária ocorrido no povoado. Com isso, a Vila tem o seu nome alterado para Vila Nova de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas e o Arraial de Nossa Senhora do Livramento passa a se chamar "Vila Velha". Com a transferência da sede da Vila, muitas pessoas migram para o Pouso dos Crioulos.

Minas do Rio de Contas, mesmo ainda sendo vila, tornou-se sede de comarca desde 1745. Foi elevada à categoria de cidade no dia 28 de agosto de 1885, com Resolução Provincial no 2 544. Muitas décadas depois, pelo Decreto 7.479, de 08 de julho de 1931, o município passou a denominar-se, simplesmente, Rio de Contas (SÃO SOJÉ, 2021).

Rio de Contas até hoje preserva o traçado antigo, apresentando praças e ruas amplas, igrejas barrocas, monumentos públicos e religiosos em pedra e o casario em adobe. O conjunto arquitetônico de Rio de Contas, o qual é constituído, basicamente, por edifícios da segunda metade do século XVIII e início do século XIX, foi tombado pelo IPHAN em 1980. A cidade é um polo ecoturístico da Bahia. Além das centenas de edificações históricas da área urbana, nos arredores de Rio de Contas encontram-se vestígios de represas, aquedutos, túneis e galerias, que testemunharam a grande atividade de mineração segundo fontes documentais do AMRC.

Após a abolição da escravatura (1888), a identidade étnica de presunção negra era/é manipulada depreciativamente pela classe branca dominante. Esta, estigmatizava, utilizando de forma central o vínculo histórico do negro com a escravidão brasileira. Em Rio de Contas, a incorporação do negro à sociedade ocorreu de maneira tal, que a este coube uma realidade social e econômica inferior, se comparando com as pessoas socialmente brancas (CAPINAN, 2009). Por sua vez, o negro dentro ou fora do quilombo, procurava legitimar nas relações sociais, através de sua identidade de lavrador, de trabalhador que lavra a terra e que dela vive com sua família. Sendo a identidade étnica negativada pelo “racismo à brasileira”, e renunciada na medida do possível pelo “nós” na relação com a classe dominante.

Dessa forma, é presumível que a escravidão, melhor dizendo, a possibilidade de antepassados terem sido subjugados a essa condição, foi elaborada de forma a se constituir em “amnésia estrutural”. Na maioria das vezes quando perguntado aos moradores sobre a escravidão, as perguntas foram respondidas de forma evasiva e superficial, quando não se negava diretamente que em Barra tivesse ocorrido escravidão, ou seja, que seus parentes tivessem sido subjugados a tal forma de trabalho. Ao longo da narrativa, os elementos reificados são: a liberdade, o trabalho e a família. A condição de liberto é relevante, mas a identidade de trabalhador, de pai de família que alimenta com os mantimentos de sua própria roça é um status complementar e definidor da memória identitária social; “pois a categoria de liberto implica em vínculo que não se quer lembrar: a escravidão” (CAPINAN, 2009, p. 145).

Pós-abolição da escravatura (1888) os moradores (as) do quilombo de Barra permaneceram resistindo aos enfrentamentos pela permanência em suas terras, contra o racismo e discriminações cotidianamente, mas, na década de 80 um acontecimento mudaria todo o curso da história do quilombo, a construção da barragem Luis Viera através do Departamento Nacional de Obras Conta a Seca (DNOCS), e para compreendermos como se deu a criação da Associação dos Moradores do Quilombo de Barra e a conquista do título de quilombo remanescente, fez-se necessário pesquisarmos os conflitos e processos gerados por conta desse fato que serão narrados em seguida.

## **2.2 A construção da barragem Luis Viera: memórias do Estado e dos conflitos de classe, a tragédia que possibilitou a conquista do título de quilombo remanescente**

A memória tomada como objeto de estudo que se relaciona com a história ganha outro significado quando a dimensão traumática é incorporada (JELIN, 2002). Eventos traumáticos como a construção da Barragem Luis Viera, gerou na comunidade de Barra uma

incapacidade de reação que impedisse o ocorrido, causando distúrbios diversos em seu funcionamento social por conta da proporção alcançada pela intensidade do fato.

No Brasil existe uma longa história de um racismo institucional<sup>15</sup> que não pode ser desprezada ao mencionarmos a categoria da memória nacional<sup>16</sup>. Desde a escravidão, a população afro-brasileira tem sido abandonada pelo Estado brasileiro. Esta pesquisa explora a relação de classe existente entre o Estado e a comunidade remanescente de Barra, no que diz respeito aos termos dos direitos a terra quilombola, e a conquista pelo território e direitos comuns.

Para os quilombos, de forma geral, o direito à sua própria terra é o mais importante para a preservação das comunidades e também ainda é o direito mais negado pelo Estado brasileiro (SANTOS, 2005). A negação desse direito tem muitas consequências para os quilombolas porque dependem da terra para sobreviver e porque eles têm habitado aquele lugar, essa mesma terra, desde o século XVII. Uma mudança na terra, como a barragem que foi construída nessas comunidades, causou mudanças irreparáveis, no modo de vida<sup>17</sup>, na economia e na cultura dos integrantes da comunidade. Enfim, a desvalorização e a posse pelo Estado da terra quilombola ignora a existência desse povo e a importância da história e da memória deste lugar.

Em meio aos cenários de luta pela memória quando o Estado não desenvolve canais institucionalizados oficiais e legítimos que reconheçam abertamente acontecimentos passados como este, de violência e repressão estatal, a luta pela verdade e pelas memórias apropriadas ocorre na “arena social” (JELIN, 2002). No cenário em que se desenvolveu a memória e a história da construção da barragem, há vozes que não foram ouvidas das vítimas e dos seus parentes mais próximos.

Desde o período colonial o governo brasileiro não respeita a terra onde se encontra as comunidades quilombolas. O Estado implanta construções que deslocam as comunidades ou que dificultam muito as vidas dos quilombolas (SANTOS, 2005). Essas construções tornam-se realidades que os quilombolas têm de enfrentar dia após dia, e isso foi o que aconteceu no caso das comunidades quilombolas de Barra, Bananal e Riacho das Pedras com a construção da barragem Luiz Vieira pelo Governo Federal do Estado Brasileiro na década de 80. A barragem desalojou a comunidade de Riacho das Pedras e inundou uma área considerável das

---

<sup>15</sup> É uma forma de discriminação racial que ocorre dentro das instituições e estruturas sociais, como as políticas públicas, as leis, as práticas de recrutamento e seleção de emprego, a mídia e o sistema educacional.

<sup>16</sup> Preservação de monumentos e documentos históricos

<sup>17</sup> Modo de Vida: embora o modo de produção capitalista tenha a hegemonia (que não é um conceito estático) sobre outros modos de produção da existência, é preciso considerar o que está “fora” do modo dominante (TIRIBA, 2021, p. 413).

outras duas comunidades. Como essas comunidades dependem da terra para sobreviver, a barragem complicou muito a vida delas. Além disso, a barragem teve vários efeitos negativos na cultura e na mentalidade das comunidades.

O conceito de modo de vida merece ser considerado em nossa pesquisa para nos ajudar a compreender as relações sociais e econômicas de trabalho do quilombo com a terra, e como a construção da barragem interferiu nessas relações. Modo de Vida se desenvolve na concepção materialista da história e da cultura, articulado à categoria modo de produção e a outros conceitos de junção, de acordo a Lia Tiriba (2021).

Para entendermos o modo de vida do quilombo de Barra analisamos as práticas econômico-culturais, cujos modos de fazer, sentir e estar no mundo se constituem entre reprodução ampliada da vida e reprodução ampliada do capital (TIRIBA, 2021).

A forma como os moradores(as) do quilombo manifesta suas vidas coincide com o que “eles são”; coincide com a forma como “produzem a si mesmos”, tanto com o que produzem, como o modo como produzem, assim, a noção de modo de vida aparece diretamente relacionada aos modos de produção da existência humana, “os quais pressupõem formações sociais com regimes de propriedade dos meios de produção que modificam as relações sociais” (TIRIBA, 2021, p. 412). Ainda sobre o conceito de modo de vida Tiriba (2021, p. 414) diz:

[...] definimos como modo de vida um conjunto de práticas sociais, econômicas e culturais cotidianas compartilhadas por um determinado grupo social no processo de produção da vida material e simbólica. Como expressão da cultura, diz respeito aos costumes, às tradições, aos valores, às crenças e aos saberes que orientam as normas de convivência na vida familiar, no trabalho e em âmbito comunitário. Relaciona-se às maneiras de produzir, consumir e distribuir os frutos do trabalho, tendo em conta as formas de sentir e pensar a vida e o mundo. Os modos de vida manifestam as relações que homens e mulheres trabalhadoras mediadas pela memória coletiva e por experiências vividas e herdadas, estabelecem com o território em que produzem sua existência.

O território, em sua gênese “a terra” é para o homem uma fonte originária de meios de subsistência prontos, que de acordo a Marx (2017, p. 256), “preexiste, independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano”, e por assim ser, desde os primórdios do quilombo de Barra tem sido a principal fonte da preservação e manutenção da vida dos seus moradores.

O modo de vida desenvolvido no quilombo e a relação antiga com a terra revelam as maneiras de atuar e estar no mundo daquela comunidade, de pensar e sentir as relações entre

seres humanos e natureza, mediadas pelo trabalho de produzir a existência (e resistência) humana, por esse motivo, a forte conexão entre a terra, a cultura, a história e a memória devem ser consideradas quando pesquisamos/estudamos sobre a questão da terra quilombola.

Então, quando falamos dos direitos a terra, não deve ser somente a proteção das invasões, mas também a preservação de sua memória, cultura e tradições (SANTOS, 2005). As tradições do povo de Barra são geralmente baseadas na proximidade das casas, na união da comunidade e nos recursos que vêm daquele local. Por isso, deslocar uma comunidade de pessoas pode acabar com muito da cultura e daquela população. A terra é o que propicia condições de permanência, de trabalho, e da continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação da memória coletiva, e os grupos chegam por vezes a projetar nela sua própria existência.

A organização social do grupo quilombola é engendrada e pautada por dois pares de fatores: I. parentesco e herança II. terra e territorialidade. Esta separação, no entanto, tem mais um caráter analítico do que empírico, pois o parentesco/herança é a referência da terra/território e o inverso é igualmente verdadeiro. É a terra que permite a existência física da comunidade, como sinônimo de localidade, ao passo que a comunidade, como sinônimo de parentesco e comunhão, que engendra as territorialidades (atribuição de sentido da terra) por meio da cosmologia própria, da qual destacamos a transmissão da terra como herança.

A herança da terra, independentemente do local de nascimento do membro do grupo, ocorre tendo como base a família extensa: herda-se bilateralmente, não costuma haver apropriação por parte de apenas um herdeiro. Isto é, os filhos recebem dos pais, avós ou tios (sem descendentes diretos) a posse sobre parte da família da terra extensa. Embora a herança não seja exclusiva, o sistema do grupo privilegia os descendentes masculinos, notadamente aqueles que tem menos escolaridade e/ou constituem família, ao passo que as mulheres casadas acabam por compartilharem a terra herdada pelo marido, sem perderem direito à herança do grupo doméstico de nascimento.

Ao passo que fizemos esses registros do modo de vida e da organização da terra do quilombo de Barra, a construção da barragem Luís Vieira<sup>18</sup>, através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) entre os anos 70 e 80(período do regime-civil-militar), marcou tragicamente a memória e a história dos moradores (as) do quilombo de

---

<sup>18</sup> Com o nome de Barragem Luiz Vieira, seu represamento deu lugar ao Açude Brumado. As primeiras escavações tiveram início em 1967, e a barragem de contenção foi iniciada em 1977 e concluída somente dez anos depois, em 1987 (RELATÓRIO, AMRC).

Barra, assim como, modificou a vida dos seus moradores, e foi um fato impulsionador para a conquista legal e demarcação do território da comunidade.

O plano para construir esta barragem existia há muitos anos antes dela aparecer, desde os anos 1940 (período do Estado Novo). A ideia desta construção era tão antiga que as pessoas das comunidades afetadas pela barragem nem acreditavam mais que o projeto iria se concretizar. Além disso, os moradores dos quilombos não sabiam o que era uma barragem. O DNOCS ameaçou as comunidades de Barra, Bananal e Riacho das Pedras dizendo que eles teriam que deixar sua terra porque a água tomaria tudo, porém, durante o processo de construção da barragem o povo quilombola resistiu e foi inundada apenas boa parte do quilombo de Barra e Bananal, mas não toda a terra dessa localidade, ao contrário do que aconteceu com o quilombo Riacho das Pedras que foi o mais afetado e destruído pela água. Ainda sobre esse período, Silva (2009, p. 1) narrou:

No início da década de 80, no Sopé da Serra das Almas e sob frondosa mangueira uma família de negros sem-rumo descansava. Durante alguns dias moraram ali. Do rio que passava em frente vinha à água necessária para a sobrevivência, mesma água que dias atrás lhes inundara a casa em que haviam vivido longos anos. No entanto, a corrente d'água outrora tão solidária com lavouras não se transformou em vilãs por dinâmica própria. A cheia que encobriu a propriedade daqueles agricultores recém desalojados foi produzida pelo Departamento Nacional de Obras Contra Secas (DNOCS) no processo de implantação da Barragem Luiz Vieira, cuja construção ocorreu no município baiano de Rio de Contas.

Historicamente foi a grande seca de 1877 e 1879 que justificou uma série de ações do governo imperial, dentre elas, a própria criação da região Nordeste. Por sucessivas décadas a forma de intervenção estatal no Semiárido se deu por meio de órgãos como a Inspeção de Obras Contra a Seca (IOCS), no ano de 1909. Em 1919 este órgão foi transformado na Inspeção Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) e que mais tarde, no ano de 1945 (era Vargas), tornou-se Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) (SANTOS, 2011). Quando mergulhamos na memória histórica deste órgão observamos nos registros das marcas dos tempos, arquivos e documentos, que estes órgãos nunca teve o objetivo de transformações estruturais que atendessem as necessidades em comum da sociedade, ao contrário foi instrumento de manutenção da estrutura de dominação e controle do Estado e das classes dominantes.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) foi criado através do Decreto 7.619, de 21 de outubro de 1909, no governo de Nilo Peçanha, sendo o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido no país. Chegou a se constituir na maior

"empreiteira" da América Latina na época em que o Governo Federal construía, no Nordeste, suas obras por administração direta tendo marcado com a sua presença, praticamente, todo o solo nordestino. Além de grandes açudes, como Orós, Banabuiú, Araras, podemos registrar a construção da rodovia Fortaleza-Brasília.

O DNOCS teria assim como principal objetivo beneficiar áreas e obras de proteção contra as secas e inundações; irrigação; radicação de população em comunidades de irrigantes ou em áreas especiais, abrangidas por seus projetos; subsidiariamente, outros assuntos que lhe sejam cometidos pelo Governo Federal; nos campos ajudar no suporte de saneamento básico, assistência às populações atingidas por calamidades públicas e cooperação com os Municípios, como descrito no decreto, e que não aconteceu nas comunidades quilombolas de Rio de Contas.

Antes de começar a construir a barragem, Carmo Joaquim contou que o DNOCS chegou às comunidades e conseguiu pegar (tomar através de persuasão, intimidação e mentiras) os documentos das pessoas. O governo disse que chegariam benefícios para os quilombolas com a construção da barragem e que para construí-la, eles precisariam dos documentos da terra:

Porque o que foi prometido é que ia fazer uma vila, uma vila para o povo, onde ia ter médico duas vezes por semana, ia ter enfermeira morando dentro da comunidade, ia ter energia, e escola até oitava série [...] e se enganou muito, nada disso aconteceu. A empresa não fez nada disso. Eles tomaram a documentação sem nenhuma orientação correta, mentindo, prometendo muita coisa. (Carmo Joaquim da Silva, depoimento oral concedido em 5 de Abril, 2023).

Carmo disse que os moradores de Barra não sabendo que estavam sendo enganados, consentiram e entregaram toda a documentação para o governo. Assim, o DNOCS adquiriu o direito a terra quilombola e as pessoas ficaram sem documentos, sem identificação, além de muitos também ficarem sem terra onde morar e plantar.

O testemunho de Carmo sobre o acontecido reconstrói memórias e uma multiplicidade de vozes e silêncios, de coisas não ditas, ou que se ditas, não foram devidamente escutadas e consideradas, de acordo a Jelin (2002), esse silêncio e o não dito podem ser expressões de lacunas traumáticas, silêncios "culturais", assim como, também podem refletir uma busca para restaurar a dignidade humana e a "vergonha" de um passado traumatizado. É através da escuta nas entrevistas que redesenhamos espaços de intimidade e confiança entre entrevistador e entrevistado ao reproduzir memórias.

Figura 1 - Jornal Salvador, 1986.

*D. Evelina*

12 Interior

*Jornal Bomal*

Salvador, Terça-Feira, 9 de Setembro de 1986 - JORNAL

## Barragem desagregou comunidade negra

A revisão das indenizações das propriedades submersas pelas águas da barragem de Brumado e o reassentamento em terras agrícolas são as reivindicações básicas que 14 pequenos lavradores, do município de Rio de Contas apresentam, hoje, ao diretor regional do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Manoel Buntim. Representando 100 famílias da comunidade negra dos povoados de Barra, Bananal e Riacho das Pedras (hoje submersos), os trabalhadores, na presença da advogada da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Maria Amélia Góes, acusaram o DNOCS de não ter indenizado nem das propriedades atingidas e terrenos que são assunto de dois metros, revendo na estrutura da barragem, "piore a nossa situação", acrescentaram.

Eles descendem de escravos autônticos ou forçados, que há mais de 300 anos formaram o Arraial dos Crisúlis, hoje município de Rio de Contas. Nos povoados de Barra, Bananal e Riacho das Pedras compunham uma comunidade de pequenos cultivadores de arroz, feijão, mandioca, milho, culturas de subsistência. Sem aceitação viram passar o ciclo do ouro (1700 a 1760), época áurea da região, com a vinda de europeus de "sangue azul" e bandeirantes paulistas, avidos pelo ouro e metais. Houve então, brancos e negros se mantiveram em comunidades diferentes, movidos pela forte segregação racial dos brancos.

A desagregação da comunidade negra de Rio de Contas só aconteceu com a construção da Barragem de Brumado, iniciada em 1977 pelo DNOCS em 1000 hectares de lago e desapropriação do povoado de Riacho das Pedras. Com isso, 28 famílias ficaram sem teto e terra para cultivar. Para os moradores dos povoados de Barra e Bananal "as indenizações não foram corretas, porque pagaram antes parte de nossas terras submersas, que não tinham a contriver

com uma situação de pobreza até então conhecida por nós", disseram.

Há 136 propriedades existentes nas áreas, em 1983, o DNOCS, através do decreto de desapropriação 8032 de 13 de agosto 1983, só indenizou 42. Além disso os trabalhadores protestam contra os valores pagos na época, que consideram "insuficientemente baixos que os preços de mercado". Dizem, que exigem revolução "a revelar" as escrituras de posse e "nunca mais devolvê-las". Afirmaram que os moradores de Barra (80), que ainda, é quilômetro para atingir a outra margem, depois da formação do lago, "O ano passado, disseram todas as plantações foram destruídas pelas águas do Rio Brumado", já que plantaram nas margens do rio por falta de terras agricultáveis.

Eles perderam a maior parte dos "crisúlis" que possuíam e hoje, "a pouco que resta, é difícil cuidar por falta de apoio" e seus filhos ficam sem leite. Por isso, reivindicam a revisão de todas as indenizações e reassentamento em terras do município, "que nos assegure o retorno as atividades na agricultura". Também exigem participação da comunidade, antes que o assunto da barragem, em dois metros, seja concretizado, "pois que as indenizações foram feitas sem respeito das nossas famílias".

Em Salvador, as inscrições para os exames supletivos de educação geral, a nível de 1º e 2º graus, poderão ser feitas nos seguintes estabelecimentos de ensino: Colégio Estadual da Bahia, em Nazaré (2º grau), Presidente Castelo Branco, em Periperi, Duque de Caxias, na Liberdade, Edgard Santos, no Caiçara, Governador Lourenço Justus, em Ilagapuá, Conselheiro Luís Viana, em Brasília, Luís Anquilha, em Espinheira, Manoel Freixo, no Rio de Contas e Luís Pinto de Carvalho, em S. S. Costa (1º e 2º graus).

As inscrições para os exames supletivos de educação geral, a nível de 1º e 2º graus, poderão ser feitas nos seguintes estabelecimentos de ensino — 9 na capital e 33 no interior. A lista de inscrição para ambos os graus é de R\$ 4.000 por disciplina e os exames serão realizados nos dias 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro deste ano. O aviso é do Departamento de Educação Comunitária, da Secretaria da Educação e Cultura do Estado.

Poderão inscrever-se para exames — para iniciar, candidatos com idade mínima de 17 e 20 anos, respectivamente para o 1º e 2º graus. Para concluir, deverão possuir idade mínima de 18 e 21 anos, respectivamente para o 1º e 2º graus. Os interessados poderão optar, na hora das inscrições para realizar os exames, parcialmente ou de uma só vez, prestando todas as disciplinas do grau de sua preferência. A prestação de exames para o 2º grau, independente da conclusão do 1º grau.

**EXAMES SUPLETIVOS**

A documentação necessária para as inscrições aos exames de educação geral, a nível de 1º e 2º graus, poderá ser fornecida pelo estabelecimento de ensino, comprovando a situação em agência de ensino da Bahia (barragem ou outras circunstâncias que impediram a matrícula regular de ensino médio ou superior).

*Miss Mirim*

perderam a maior parte dos "crisúlis" que possuíam e hoje, "a

Nessa reportagem veiculada pelo Jornal Salvador em 1986, que encontramos disponível no Arquivo Municipal de Rio de Contas, identificamos no texto que os moradores dos quilombos que foram prejudicados estavam buscando as mídias para lhes ajudar nas reivindicações. O texto aponta que das 136 propriedades existentes apenas 43 famílias foram indenizadas, e que os valores que lhes foram pagos estavam “abaixo” do valor do mercado.

Os traços traumáticos presentes no processo de construção da barragem foram silenciados, esquecidos por decisão política que quisesse recebê-los. Foi criado um meio onde o silêncio “suspende” e deixa imóvel sua expressão e circulação, isto ocasionou uma estigmatização das vítimas, as únicas pessoas cuja reivindicação por justiça foi e ainda é rejeitada. Nestes casos, a dissociação entre as vítimas e os outros tornam-se mais agudos (JELIN, 2002).

A história oficial sobre os benefícios da construção da barragem se desenvolveu através de uma memória resultante das disputas e conflitos sociais da época, em que os moradores das comunidades quilombolas “perderam” a luta desumana travada entre eles e o Estado. Essa memória legítima uma versão oficial do passado, distorce as representações, promove o esquecimento desse evento político e institucionaliza “a memória dos vencedores

para ocultar relações de dominação e consolidar o poder constituído” (ANSARA, DANTAS, 2015, p. 207).

Ansara e Dantas (2015) dizem que a memória não é em si ideológica, mas funciona como ideologia quando respalda e legitima relações de dominação, manipula o passado e produz esquecimento por meio de mecanismos de ocultação da realidade, neste caso, ocorreu uma elaboração de versões deturpadas dos acontecimentos em torno da construção da barragem, além da perceptível “desigualdade de poder” existente entre os quilombos e o órgão do Estado, DNOC; os “motivos nobres” da construção justificaram ao longo da história as atrocidades sofridas pelos quilombolas. Ainda sobre os aspectos ideológicos presentes na memória, Ansara e Dantas (2015, p. 208) dizem:

Esses eixos nos permitem apreender os aspectos ideológicos presentes nos processos de construção da memória e do esquecimento. Tais aspectos relacionam-se às mediações simbólicas que favorecem determinadas construções do passado, aos processos macrossociais que podem forjar uma memória oficial, legitimada pelo Estado e reconhecida como “verdade”, ou ainda ao ocultamento de fatos históricos específicos. Na condição de instrumento a serviço das forças dominantes, tanto a memória quanto o esquecimento fazem parte de um mesmo processo de construção de representações ideológicas, que desempenham a função de legitimação das relações de dominação e justificação da ordem estabelecida. A fim de consolidar o poder instituído, a ideologia promove distorções nas interpretações formais e versões oficiais dos acontecimentos sociopolíticos, tomando a aparência por essência e o devir por ser (Chauí, 1980/2008). Não obstante assumam a pretensão de verdade irrevogável, dispõem de conteúdos deturpadores amalgamados a premissas coerentes, constituindo um sistema de ideias consistente e adequado à realidade cotidiana, o que favorece sua permanência ao longo da história.

A memória oficial da barragem foi construída e pautada em aspectos ideológicos que desconsideram e superficializam os impactos causados no modo de vida das comunidades. Quem principalmente se beneficia da água da barragem são os empresários agricultores de Livramento de Nossa Senhora, Dom Basílio, e outras cidades circunvizinhas de Rio de Contas. Na memória dos quilombos promessas feitas pelo governo ficaram em um passado de trauma e sofrimento, que não se materializaram até hoje. A comunidade da Barra foi a menos atingida pela construção. “A água complicou as coisas do pessoal daqui”, disse uma mulher que concedeu entrevista, mas que preferiu não se identificar. Algumas terras foram tomadas pela água, mas as comunidades do Bananal e do Riacho das Pedras estavam situadas mais perto da destruição, e por isso, sofreram mais.

Para muitas pessoas, a entrada da barragem marcou a depreciação da memória cultural. Com o deslocamento das pessoas, a barragem teve efeitos diretos e indiretos nas tradições quilombolas das comunidades. A memória, a história, a cultura e a terra têm uma conexão inseparável. Como Carmo explicou, “Porque você perde o seu local de origem, você perde o povo, sua tradição muda, porque você vai conviver com outros povos que não são seu grupo de origem”. Quando a barragem entrou na terra do quilombo, todo modo vida foi afetado, principalmente no quilombo de Riacho das Pedras.

Por meio da socialização política e histórica, ocorreu um fenômeno de projeção desse passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada pelos moradores de Barra e dos demais quilombos. Esse acontecimento traumatizou tanto a população marcou tanto a região que sua memória pode ser transmitida ao longo do tempo com altíssimo grau de identificação com esse passado doloroso (POLLAK, 1992).

A construção da barragem Luís Vieira foi um dos eventos mais importantes existente na história/memória de luta e resistência das comunidades de Barra, Bananal e Riacho das Pedras. Desde os primeiros contatos na pesquisa de campo com a comunidade de Barra, ainda que eu tenha morado toda minha infância em Rio de Contas, pouco conhecia de sua história, apesar de ter convivido com membros das comunidades nas manifestações culturais que tinham na sede, no quilombo e na escola, quando comecei a ouvir, desde a pesquisa da graduação até a pesquisa de campo no mestrado, alguns moradores da comunidade, parecia que a barragem tinha acabado de ser construída.

Esta conclusão está ancorada no fato de várias pessoas das comunidades falarem da inundação das terras e dos prejuízos causados pela obra, como se tais acontecimentos tivessem ocorrido recentemente. Os sofrimentos, as dores e as mágoas por terem perdido suas terras e pela transferência e desagregação de Riacho das Pedras, estavam e ainda estão presentes, apesar de já terem transcorrido mais de trinta anos de finalização da obra.

Nossa pesquisa de campo privilegiou a análise das narrativas orais dos excluídos, dos marginalizados, e colocamos em evidência memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989). Por meio dessa abordagem empática com o grupo estudado essa análise nos ajudou metodologicamente a reabilitar a periferia e a marginalidade da memória do quilombo em torno da construção da barragem. Sobre as memórias chamadas por Pollak (1989, p. 4) de proibidas o autor nos diz que:

Essa memória "proibida" e portanto "clandestina" ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades.

Uma vez que rompemos “o tabu” das memórias subterrâneas do quilombo invadimos espaços públicos, como a academia e outros lugares que ajudam nas reivindicações, nas disputas pela memória, no caso, as reivindicações pertinentes da memória do quilombo de Barra, Bananal e Riacho das Pedras em torno da construção da barragem.

A sobrevivência dessas lembranças traumatizantes do quilombo ficou confinada ao silêncio imposto pela “doutrinação ideológica”, mas foi transmitida entre os seus de uma geração a outra oralmente e por isso permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, foi à forma de resistência do quilombo, que naquele momento, mesmo impotente, se opôs ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, essa resistência transmitiu cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, “esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas” (POLLAK, 1989, p.4), ou simplesmente aguardando um momento oportuno de falar, pois, “para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta” (POLLAK, 1989, p. 5).

Assim, o período e a própria construção da barragem passaram a fazer parte do roteiro de entrevistas, uma vez que havia indícios de que tal evento foi o desencadeador da organização política e da mobilização para a conquista de um outro evento, a saber, o reconhecimento como quilombo remanescente e a titulação do território.

O projeto inicial da barragem inundaria três comunidades: Barra, Bananal e Riacho das Pedras. Os documentos dos moradores dessas comunidades foram solicitados pelo DNOCS e, segundo todos os informantes, os mesmos nunca foram devolvidos. A empresa Geotécnica contratada pelo DNOCS, para realizar um estudo do impacto da construção da barragem, corrobora em seu relatório a informação de que os moradores tinham documentos que compravam a posse de suas terras. Porém os relatos indicam que se tratava de documentos de compra e venda não registrados em cartório e comprovantes de pagamento do imposto pelo uso da terra ao INCRA. Nenhum dos dois documentos garantia o domínio sobre as terras das três comunidades, além de que foram subtraídos de seus donos, impossibilitando-os se quer de comprovarem a posse, que poderia ser localizada pelo usucapião. (CAPINAN, 2009, p. 116).

Na narrativa de Carmo foi recorrente lembrar-se de casos de adoecimento (depressão e derrame cerebral) dos idosos que tiveram suas terras inundadas. Jelin (2002) nos diz que a idade, o momento da vida em que os eventos ocorrem, deixa marcas específicas, porque afeta as condições de vida, as experiências e os horizontes futuros destes. Após o acontecido nunca mais a vida dos idosos das comunidades quilombolas teve “o mesmo sentido”, a tristeza, o desconsolo, a revolta, a impotência e o sentimento de injustiça afetou principalmente “os moradores” mais antigos, por consequência, os guardiões da memória das comunidades, muitos não suportaram, chegaram a óbito.

Diferente do que se pode imaginar no primeiro momento, não só os moradores de Riacho das Pedras perderam suas terras. Devido às imbricadas relações de parentesco, muitos moradores de Barra e Bananal tinham terra de herança em Riacho das Pedras, região que era o local preferencial pelos moradores para a criação de animais de grande porte, uma vez que o terreno era o mais plano das três comunidades e tinha um bom pasto para alimentar o gado. Parte da área de bananal, a qual abrigava a “terra de rego”, foi inundada, e o que restou vem sofrendo assoreamento com as constantes enchentes de Barra.

Entretanto, apesar da transferência (distribuição por diferentes lugares e regiões) de Riacho das Pedras, os moradores de Barra, Bananal continuaram mantendo estreita relação de parentesco, com as pessoas daquela comunidade. O sentimento de comunhão comunitária persistiu apesar do deslocamento de Riacho das Pedras e dos conflitos internos existentes. A comunhão das três comunidades é alicerçada nas relações de parentesco, nos vínculos territoriais e na organização das mesmas em uma comunidade política. Sendo que esta organização política foi inflada pelo evento da inundação de suas terras pela barragem Luís Vieira. Sobre o papel da memória nessas superações coletivas Jelin (2002, p. 10) fala que:

A memória tem então um papel altamente significativo, como um mecanismo cultural para fortalecer o sentimento de participação em grupos ou comunidades. Muitas vezes, especialmente no caso de grupos oprimidos, silenciados e discriminados, a referência de um passado comum permite-nos construir sentimentos de autoestima e maior confiança em si e no grupo.

A nível coletivo um dos desafios do quilombo é superar os esquecimentos e os abusos políticos do passado que ainda ressoam no presente. Nossa pesquisa tenta auxiliar e promover o debate e a reflexão ativa sobre esse passado e seu significado para o tempo presente, procuramos nas narrativas “saídas e possibilidades” na tentativa de abandonar a ênfase no passado comum para colocá-lo no futuro a partir de novos depoimentos. Isto, de acordo a Jelin (2002, p. 16) implica numa passagem difícil para a subjetividade: “a tomada de distância

do passado que se traduz no ‘aprender a lembrar’”. Ao mesmo tempo em que implica, para todos nós, repensar a relação entre memória e política, no caso do quilombo, principalmente, entre memória e justiça.

Voltamos às reflexões de Nascimento (2021), considerando o (os) quilombo (os) afetado (os) pela construção da barragem, um corpo usurpado, expropriado de seu território tal como foram e são os corpos negros em diferentes processos que vão desde a escravização ao atual racismo estrutural, faz sentido pensar a produção da memória coletiva do quilombo de Barra ancorada no próprio corpo negro, sendo o próprio quilombo um lugar de memória, o território que foi engolido pela água também o é, pois, se trata de um quilombo (Riacho das Pedras e parte de Barra e Bananal) que já não existe, restando apenas o (os) corpo (os), que, portanto, é território, o corpo é quilombo, que também é a própria memória.

Um grande conflito entre o Estado, o quilombo e todas as classes que estavam envolvidas na construção da barragem foram instalados, e o quilombo precisou contar com a ajuda e auxílio do Pe. Carlos, que era bastante influente na cidade e na região (uma espécie de autoridade local), que mobilizou de forma organizada e através de alianças políticas a tentativa de deter a finalização da construção da barragem. Dessa forma, foi contratado serviços de advocacia, buscou-se visibilizar sua causa fora do âmbito local, na capital da Bahia, em reuniões com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG) e com o DNOCS, como foi contado por Carmo.

Algumas pessoas da comunidade foram indenizadas pelas benfeitorias na terra, como, por exemplo, as roças e as casas de moradia. Nem todos os moradores foram indenizados pela terra inundada, uma vez que, para o DNOCS, tratava-se de terras devolutas, não cabendo ao estado comprá-las dos posseiros. Segundo Carmo, o valor da indenização era baixo; nem todos receberam. Os critérios que definiam quem seria indenizado, ou não, eram obscuros. Além disto, as promessas não foram cumpridas. O DNOCS abriu apenas a estrada vicinal que serve as comunidades de Barra, Bananal, Giló e Mato Grosso, devido à inundação com as águas da anteriormente utilizada. Esta única reparação coletiva foi celebrada pelas comunidades negras, pois facilitou a locomoção até a sede de Rio de Contas.

Antes das terras serem consideradas como remanescentes de quilombos, eram consideradas terras devolutas pelo Estado, e como terras devolutas também não podiam ser vendidas. Alguns moradores tinham documentos relativos à posse da terra, que, segundo o DNOCS, não lhes davam a posse da terra; mas para os moradores das comunidades é diferente. Como o DNOCS não devolveu os documentos, hoje se sentem lesados nos seus

direitos, pois através dos mesmos poderiam, no entendimento deles, obter a posse através da lei que rege a usucapião (CRUZ, 2011).

O quilombo de Barra e os demais quilombos da região foram atingidos pela concepção desenvolvimentista que estava instaurada junto ao governo civil-militar federal que agiu em parceria com o governo municipal, na época entre Zeferino Alves Farias do MDB<sup>19</sup> e Jesuíno Mário da Silva do PDS<sup>20</sup>, “juntos unidos em nome do progresso”. A ordem econômica do capital mais uma vez, de forma esmagadora, oprimiu, excluiu, desconsiderou, prejudicou os moradores dos quilombos de Rio de Contas, de forma mais grave, os moradores de Riacho das Pedras, que foram obrigados a migrar compulsoriamente para satisfazer os projetos que atenderiam as elites regionais de Rio de Contas, Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio.

Em detrimento de suas histórias e terras, essas pessoas deslocaram-se de modo extremamente precário, e sem as necessárias compensações. O DNOCS, órgão estatal que construiu a barragem cujas águas encobriram a comunidade, foi o responsável direto pelo grande sofrimento vivido, principalmente pelo **modo** autoritário como ocorreu todo o processo, narrou Silva (2009).

É importante que estejamos atentos ao fato de que as políticas desenvolvimentistas dos anos 1950 a 1970 (prologando-se em algumas regiões até 1980) no semiárido perpetuavam o ideário e as políticas do “combate às secas”. Esses aspectos consolidaram o processo de dominação política pautado no autoritarismo, contribuindo definitivamente para a prática de uma cultura política firmada na submissão e no clientelismo.

Santos (2011) destaca que águas brasileiras, por sua abundância e pelas múltiplas possibilidades de uso e compartilhamento foi objeto dos interesses de cadeias de empresas nacionais e transnacionais principalmente neste período de efervescente “crescimento econômico” no país (1950-1980). “Em nome da aceleração do crescimento aprofundaram-se a concentração de renda e degradação do ambiente e do homem: trabalhadores do campo, indígenas, ribeirinhos, quilombolas” (SANTOS, 2011, p. 123).

A filosofia de origem banto, **da força vital**<sup>21</sup>, permanece até hoje presente no modo de vida da população negra do nosso país. A aparente aceitação das dificuldades baseia-se justamente naquela filosofia, que impõe que se desempenhe a vida, fortalecendo-a no corpo físico e na mente, como instrumento de luta e resistência cotidiana (NASCIMENTO, 2021). O

<sup>19</sup> Cumpriu dois mandatos como prefeito de Rio de Contas, o primeiro de 1º de fevereiro de 1971 a 1º de fevereiro de 1973, o segundo de 1º de fevereiro de 1977 a 1º de fevereiro de 1983.

<sup>20</sup> Cumpriu dois mandatos como prefeito de Rio de Contas, o primeiro de 1º de fevereiro de 1973 a 1º de fevereiro de 1977, o segundo de 1º de fevereiro de 1983 a 1º de janeiro de 1989.

<sup>21</sup> Para os Bantos, a vida está centrada em um único valor: a Força Vital. Acreditam que todos os seres do universo possuem uma força vital própria: os homens, os animais, os vegetais e os minerais.

quilombo de Barra sendo território de desenvolvimento e preservação da ancestralidade negra fortalece materialmente (espiritualmente) o corpo dos indivíduos (moradores (as)) como um território que se desloca no espaço geográfico, incorporando um paradigma vivo e atuante no território americano fundado pelos seus antepassados. Identificamos nas observações da pesquisa de campo essa força presente nos olhares, nos sorrisos, e no sentimento de perseverança dos moradores do quilombo, mesmo após todo sofrimento que passaram no decorrer do tempo.

Aplicando na vida prática e concreta essa e outras filosofias presentes na cultura afro-brasileira contra a ação violenta institucional e para-institucional, surgem as resistências e as lutas da população do quilombo de Barra. As revoltas dessa classe trabalhadora não se fizeram de rogada e passiva e enfrentou, nos limites e possibilidades de suas forças, a presença da exploração no campo, através da construção da barragem, dando movimento à luta de classes que é contínua no desenrolar dos acontecimentos históricos.

A partir desses enfrentamentos os moradores (as) dos quilombos passaram a se mobilizar para registrarem suas terras e garantirem seus direitos enquanto quilombo remanescente, e isso só foi possível com a criação da Associação dos Moradores que através de incansáveis reuniões e alianças políticas com lideranças locais e de outras partes do país conseguiram com muita luta a conquista do título de quilombo remanescente, fatos que narraremos no próximo tópico.

### **2.3 Criação da Associação dos Moradores dos Quilombos Remanescentes e a conquista do título coletivo das terras**

Após todo desgaste coletivo que foi ocasionado por conta da construção da Barragem Luís Vieira, o quilombo de Barra e os demais sentiram extrema necessidade de se organizarem politicamente para protegerem suas terras e seus direitos, com isso veio a criação da Associação de Moradores em 16 de agosto de 1987, sobre a orientação de uma parceria política e do Pe. Carlos. Além disto, pela narrativa de Carmo, percebe-se que, com o movimento contra a barragem, o grupo social começou a contatar e a criar laços com outros mediadores. Estes viriam a ser fundamentais no processo de reconhecimento do grupo como quilombo remanescente nos anos seguintes:

Respondendo ao sofrimento que a água trouxe, em 1987, as comunidades formaram a Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural de Barra do Brumado, Bananal e Riacho das Pedras. A associação foi formada para organizar os quilombolas para que eles pudessem cobrar os seus direitos

básicos. Logo, a associação foi reconhecida pelos Movimentos Negros Urbanos em Salvador, e em 1999, o Quilombo conseguiu o título da sua terra. Primeiro, a comunidade foi reconhecida como uma comunidade remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares, e no mesmo ano, a terra foi titulada pelo Governo Federal. A titulação da terra tem sido uma novidade muito positiva para o Quilombo, mas também não resolveu os problemas de antes. (SANTOS, 2005, p. 29).

Foi a partir de 1997 que o quilombo de Barra, segundo Carmo, começou a receber suporte da Fundação Pró-Memória (atual IPHA), que tinha um escritório em Rio de Contas, e à época era coordenado pela Prof. Clara Alvin, que, por sua vez, estabeleceu a interlocução do grupo com o Memorial Zumbi (atual FCP), então coordenado pelo Prof. Olímpio Serra. Representantes de ambas as instituições e o Pe. Carlos passaram a fazer reuniões semanais com o grupo. A primeira informou a comunidade sobre a existência e o conteúdo do Art. 68 ADCT da CF/88, que convalidava aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras ser devidamente reconhecidas a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os respectivos títulos.

Assim, em 22 de dezembro de 1999, as comunidades remanescentes de quilombo de Barra e Bananal conquistaram o título definitivo de suas terras. Este é de caráter coletivo, como preconiza a lei e, portanto, foi expedido em nome da “Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural de Barra do Brumado”. O mesmo compreende uma área de 1.339 hectares e tem por limites os seguintes confrontantes: a comunidade de Mato Grosso, Serra do Molhado, Fazenda Sítio Pantanal e Fazenda Campos Gerais. A figura jurídica do território está em processo de elaboração detalhada de seu significado, uma vez que se trata de uma definição externa e com preponderância da lógica coletivista que não é o aspecto central da relação de comunidades camponesas com a terra. Em tal organização, coexiste apropriação da terra como patrimônio individual (ficando na relação do trabalho familiar numa determinada área) e coletivo (a exemplo de caminhos, rios etc.).

Por meio de um convênio firmado entre a FCP e o INTERBA, em 22 de dezembro de 1999, o grupo conquistou a certificação como remanescente de quilombo e a titulação das terras com área de 1.3339,2768 hectares e 35, 745,225 metros de perímetro, em nome da “Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural de Barra do Brumado – BA (Rio de Contas)”. Em 12 de setembro de 2005, adequando a situação do grupo às exigências do Decreto Presidencial 4.887/2003, a FCP, expediu a certidão de auto reconhecimento que, em síntese, corrobora o reconhecimento anterior. (CAPINAN, 2009, p. 48).

Tendo em vista o acúmulo das lutas sociais que foram constituídas ao longo do processo de redemocratização da sociedade brasileira, a constituição federal de 1988 passa a expressar o caráter pluriétnico nacional e legitimar relações territoriais que os grupos étnicos tem com suas terras. Até 1995, havia pouco consenso e nenhuma aplicação efetiva da lei (Art. 68). Como resposta a crescente pressão pela aplicação do referido artigo, o INCRA<sup>22</sup> iniciou a regularização fundiária das comunidades remanescentes de quilombos. No entanto o trabalho deteve-se, principalmente, em áreas de terras devolutas da união, do estado ou do município. Referente ao período de 1995-1999, e a Fundação Cultural Palmares (FCP) também começa a atuar na regularização fundiária dos quilombos remanescentes, como aconteceu em Barra.

Figura 2 - Título das terras do quilombo, consultado em abril 2023



Contudo, o instrumento legal que marcou todo esse período foi o Decreto 3.912/01, em 10 de setembro de 2001, do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso que

<sup>22</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

delegou exclusiva competência da questão quilombola a FCP, e, além disto, o decreto tomava como critério nevrálgico para as comunidades acessarem os direitos territoriais, aspectos históricos e memoriais de um passado atávico. Só a partir de 20 de novembro de 2003, quando o Presidente da República Luiz Inácio Lula Da Silva promulgou o Decreto 4.887/03, que este não só invalida o anterior (Decreto 3.912/01) quanto modificou os princípios norteadores dos procedimentos administrativos para a auto atribuição e para a organização social das comunidades negras remanescentes contemporâneas.

O Decreto 4.887/03 é fruto de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) sob a condução da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). O GTI foi composto por diversos ministérios, além da Advocacia Geral da União (AGU), o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), representantes do movimento quilombola (em destaque a CONAQ) e especialistas no tema do campo da antropologia e do direito (CAPINAN, 2009). O GTI elaborou a seguinte definição acerca dos quilombos remanescentes: “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência a opressão histórica sofrida”.

O Decreto 4.887/03 institui como órgãos competentes pelo cumprimento do Art. 68 a FCP e o INCRA. O primeiro ficou responsável pela certificação da auto atribuição como quilombo remanescente, através de registro e emissão legitimadora da identidade étnica quilombola. Sob a responsabilidade do segundo ficou a identificação, delimitação e titulação do território dos quilombos remanescentes. Nesse sentido, à FCP compete à política de reconhecimento e ao INCRA a política de redistribuição, objetivando contemplar as solicitações ambivalentes pautadas na identidade étnica quilombola.

Cabe registrar que os títulos emitidos são coletivos, prós indivisos e em nome da Associação dos Moradores, que legalmente representa a comunidade. Além desses fatores, a comunidade remanescente de quilombo apresenta o usufruto da terra, porém, em última instância, a mesma é propriedade da União. Em contrapartida não há ônus financeiro para as comunidades, que passam a se comprometer com as cláusulas de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade do território (SANTOS, 2005). Pode-se presumir que as comunidades de quilombos remanescentes passam por um choque sociocultural entre as suas concepções de direito consuetudinário sob as suas terras e os pressupostos do direito positivo que lhe são imputados pela identidade étnica quilombola.

Nesse sentido, se o Estado Brasileiro, ao reconhecer no título coletivo, formas de uso da terra diferentes da lógica capitalista que a trata como mercadoria, o mesmo não leva em consideração a complexa apropriação interna do território. A organização do campesinato é pautada em espaço comum a todos os membros do grupo (caminhos, rios, cemitérios etc.) e outros específicos aos grupos domésticos, que são transmitidos como herança dentro da parentela ampliada. Portanto, as áreas dos grupos domésticos estão situadas no território, mas não são de uso comum.

Em conversas paralelas com alguns moradores de Barra relataram que o título coletivo é uma violência simbólica, uma vez que o mesmo diminui a autonomia do grupo doméstico e o inferioriza frente às outras comunidades camponesas que não tem título coletivo do território como um quilombo remanescente. Assim, o caráter coletivo do documento da terra é um elemento ainda dotado de tensão. Apesar de já terem passado mais de 23 anos da conquista do título da terra, alguns moradores têm resistência ao título coletivo. O mesmo desperta variadas reflexões e interpretações. Por um lado, o título coletivo ceifou a liberdade. Por outro, foi este que a garantiu (CAPINAN, 2009, p. 114). Além destas perspectivas, o mesmo, também, é interpretado como uma condição que as pessoas das comunidades tiveram que aceitar na relação com o direito positivo, apesar delas, ao menos algumas, não compreenderam, nem em certa medida concordarem com a cláusula da coletividade.

Pelo exposto percebe-se que o Art. 68 ADCT da CF/88 surgiu enquanto política voltada para a redistribuição, por meio da positivação dos direitos consuetudinários das comunidades negras sob o seu território. Porém os dados supracitados explicitam que, ao longo dos vinte anos de existência do referido artigo, a política pública centrou-se no reconhecimento do tipo conservador. Neste sentido, não nos referimos apenas à desproporcionalidade exponencial entre as certificações como remanescentes e as titulações de território, mas, sim a inserção da questão quilombola nas práticas mais amplas de políticas afirmativas<sup>23</sup>.

A conquista do título e o “ser quilombola” implicou em benfeitorias nas comunidades, tais como instalação de água domiciliar, instalações sanitárias, foi introduzida à energia elétrica, puderam usufruir de melhores estradas, facilitou-se a obtenção das aposentadorias e atendimento médico tornou-se mais adequado às necessidades básicas de saúde. Os mais jovens hoje usufruem dos benefícios e das conquistas das lutas daqueles que os antecederam.

---

<sup>23</sup> Políticas sociais de combate a discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, para promover a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, entre outros.

Ser quilombola, agora, é motivo de orgulho, significa ter esperanças num futuro melhor, numa possibilidade de ascensão social, mas sobretudo de não ser mais discriminado e desrespeitado ao ser chamado de “negro das comunidades”, sendo assim: “É bem mais respeitado”, como disse Carmo.

Sabemos que as políticas afirmativas voltadas para a população negra criam, dentre algumas possibilidades, a de uma possível “ascensão social” em nossa sociedade, mas sabemos também que essa “ascensão” está longe de ser o ideal de emancipação esperado por aqueles, como nós, que criticam o nosso sistema burguês/capitalista. Para além disso, o negros quilombolas de Barra, inseridos nessa sociedade de classes, enfrentam batalhas visíveis e invisíveis com o racismo e relações de poder que ainda existem entre o quilombo de Barra e o povoado de Mato Grosso, por esse motivo não poderíamos deixar de retratar essa memória no nosso próximo tópico.

Figura 3 - Jornal Tribuna, 23 de dezembro de 1999, APMRC.



## 2.4 Classe social, racismo e relações de poder entre o quilombo de Barra e o povoado de Mato Grosso

O trabalho diário no povoado de Mato Grosso desde a época da escravidão teve uma influência enorme nas comunidades quilombolas de Rio de Contas. Os negros, já arrancados das suas raízes africanas para serem escravizados no Brasil perderam muita coisa. Visitando

as comunidades hoje, é difícil pensar que eles chegaram aqui falando dialetos africanos, praticando costumes africanos e sem nenhuma noção da cultura brasileira ou portuguesa. Porém, os portugueses não respeitavam a vida dos africanos, e muito menos as suas tradições. Forçados a passarem boa parte do tempo em Mato Grosso, a cultura portuguesa começou a chegar nas comunidades negras (SANTOS, 2005). Atualmente, se fala somente português nas comunidades e a igreja católica domina a maioria dos costumes das pessoas. Ainda existem traços da herança africana nas comunidades, mas muita coisa se perdeu durante o violento processo de escravidão.

O que ainda é realidade na comunidade quilombola de Barra, mesmo após a abolição e a conquista legal das terras quilombolas é o racismo, preconceito e a discriminação praticados contra os povos remanescentes. Nas pesquisas que fizemos no relatório sobre as comunidades feito por Martins e Messeder (1991) eles registraram que diversas vaias eram dirigidas aos negros por alguns moradores de Mato Grosso, quando os primeiros por lá passavam "em um tempo de antigamente". Eles informam no relatório que em conversa informal com uma moradora da comunidade predominantemente branca do Mato Grosso, ela apontou que as razões para a imobilidade social dos negros seria "a preguiça e gosto pelo ócio", uma espécie de lei do menor esforço, que faz com que trabalhem só o suficiente para a sobrevivência. Se estas representações forem contrapostas à jornada de trabalho nos quilombos, que extrapolavam naquela época comumente dez horas diária, na análise do relatório, ficou evidente que Martins e Messeder (1991) se moveram em meio à complexa dimensão dos estereótipos sociais/culturais que permanecem no imaginário popular e na prática social racista daquele lugar:

As relações sociais em Rio de Contas configuram um quadro que atualiza a temática do racismo, um racismo histórico, fundado sob a égide de uma estratificação impermeável e de estereótipos culturais, cuja significação remonta a supostas diferenças biológicas, definindo atributos e circunscrevendo unidades sociais particulares. O historiador Fernand Braudel, ao comentar o livro de Harris, surpreende-se com a "anormalidade" da questão racial em Rio de Contas. Não poderia ser de outro modo, na medida em que Braudel tem como base as considerações de Freyre, o que o leva a concluir que "seguramente esse racismo, bastante benigno, de pequena cidade, se existe, não parece entrar na linha histórica do passado brasileiro..." (Braudel, 1969:230), culturais. (MARTINS; MESSEDER, 1991, p. 12).

Barra por ser marcado por uma hereditariedade tendo como base a endogamia<sup>24</sup> é comum entre eles dizerem que: "aqui não se mistura, é um sangue só". Desde tempos imemoráveis faz parte da nossa história/memória à “pureza do sangue” ter um significado entre as sociedades, além de ser uma mera substância orgânica, homens e mulheres traduzem infinitos significados ao sangue, podendo esse transmitir qualidades, defeitos, e irremediáveis condições de existência. No caso de Barra essa endogamia e a segregação racial<sup>25</sup> são marcadores das condições de uma unidade, fruto também de um preconceito secular, revitalizado constantemente pelos signos de pertinência a um território, a uma comunidade de “iguais em cor”, cultura e classe social.

Serpa (1995, p. 80) retratou os antagonismos entre o povoado de Mato Grosso e as comunidades quilombolas de Rio de Contas afirmando que: “no país da ‘democracia racial’, três vilarejos criam seu próprio apartheid; Lá brancos e negros não se misturam, mal se toleram e apresentam diferenças gritantes de padrão de vida”. Serpa foi responsável por evidenciar em 1995 que no distrito de Mato Grosso já tinha calçamento, água encanada, eletricidade e posto telefônico, enquanto os antes arraiais e agora quilombos remanescentes, naquela época já reduzidos à Barra e Bananal, pois Riacho das Pedras já havia sido inundado pela construção da Barragem, não contavam com nenhuma infraestrutura, viviam sob a luz de lampiões, buscavam águas em bicas comunitárias, não tinham telefone ou muito menos qualquer tipo de urbanização.

Estas desigualdades sociais existentes entre Mato Grosso e os quilombos expressam um exemplo clássico de luta, embates, conflitos de classes, que são consequências, de maneira geral, da luta pelo controle do metabolismo social imposto pela sociedade capitalista que privilegia em todo território, seja global ou local as classes dominantes.

Atualmente, após a conquista do título da terra em 1999 as comunidades quilombolas já possuem eletricidade e água encanada, embora a estrada que liga as comunidades a Rio de Contas e Mato Grosso e a outros distritos de Rio de Contas ainda seja “estrada de chão” e o calçamento para as comunidades ainda não tenha sido devidamente pavimentado como em Rio de Contas, Mato Grosso, Marcolino Moura e outros lugares da região. O que fica claro e evidente a presença de um racismo social e institucional, provenientes do racismo estrutural que as comunidades quilombolas ainda enfrentam, na medida em que o governo do município privilegiava a classe dominante dos brancos com suas obras e serviços. No relatório

---

<sup>24</sup> É o método de acasalamento que consiste na união entre indivíduos aparentados, que são geneticamente semelhantes.

<sup>25</sup> Segregação racial é o impedimento, com base na origem étnica (ou “raça”), do usufruto dos direitos disponíveis para todos os membros de determinada sociedade.

apresentado à fundação Palmares para a identificação dos povoados negros de Rio de Contas como remanescentes de quilombo, Messeder e Martins (1991, p. 9) descreveram a situação:

[...] a comunidade passou anos até ser alcançada pela rede de energia elétrica que passava a duzentos metros da entrada de Barra e subia em direção a Mato Grosso e a grandes fazendas de café instaladas no alto das serras a 1.500 metros de altitude. Tal fato demonstra sobejamente que as políticas do Estado, nos seus vários níveis, discriminam a comunidade dos arraiais.

Embora alguns moradores afirmem que exista o preconceito, a maioria indica que a vítima era quase sempre um outro e nunca si próprio, foi narrado por Silva (2009), e que atualmente ao conversar com alguns moradores percebemos que as coisas não mudaram muito, permanecem da mesma forma. Projetam o preconceito como distante e indireto, como se não tivessem sofrido de modo tão dramático e sério. Para dimensionarmos o quão grave é a situação, entre outras coisas, até mesmo pela interdição de banco nos transportes coletivos (que são comuns entre as comunidades quilombolas negras e a comunidade branca do Mato Grosso); “negro não podia sentar onde branco sentasse, nem ao lado, tinha de dar o lugar para branco sentar, é assim até hoje” disse uma moradora do quilombo que preferiu não se identificar.

Os quilombos que foram instituídos em Rio de Contas não se constituíram em condições de isolamento geográfico em sua plenitude; verifica-se na história notório isolamento racial entre as comunidades brancas e negras desencadeador de estereótipos culturais e físicos por conta da cor da pele e pela classe social que os negros historicamente naquele lugar ocupam. Na cidade de Rio de Contas existiam espaços públicos, clubes e associações frequentados apenas por negros e outros apenas por brancos, demarcando a divisão social, étnica e econômica da sociedade local, imbuindo ao negro “status de inferior”.

Para que tenhamos uma ideia dos absurdos que aconteciam (e que a depender ainda acontecem na região) era proibido até meados da década de 80 para 90 a entrada de negros no clube social da cidade. Não se sabe ao certo quando essa prática começou, mas fica evidente que o racismo e a discriminação de classe em Rio de Contas ultrapassavam os discursos e materializavam-se em instituições. É importante deixar claro que a discriminação não era uma característica exclusiva de Mato Grosso, mas um fator mesmo de constituição da sociedade riocontense, como um todo, como constatou Silva (2009) e outros pesquisadores da cidade.

O preconceito sofrido pelas comunidades acentua-se na medida em que verificamos uma grande disparidade entre o quilombo e as comunidades brancas (Mato Grosso, Marcolino Moura, Furna e a própria sede de Rio de Contas) quanto ao acesso que propiciam melhores

condições de vida: trabalho, educação, transporte, saúde. Em nosso trabalho o marcador social que escancara as diferenças étnico-raciais existentes entre Rio de Contas, os distritos de moradores brancos, e o quilombo, é a classe social, e a referência ainda da exploração da mão de obra negra que reforçaram e reforçam durante séculos o racismo, os preconceitos e as discriminações. Uma questão que nos leva a essas constatações é que os moradores da comunidade do Mato Grosso, por exemplo, podem ali mesmo, concluir o ensino médio, enquanto que aqueles que moram no quilombo de Barra se contentam com a formação primária, oferecida, geralmente, por uma única professora (o), alojada em um pequeno prédio, no qual atende da pré-escola às quatro séries do ensino fundamental durante o período matutino, como foi relatado por Santos (2005) e que em nossa pesquisa de campo constatamos ser uma realidade ainda hoje.

Não podemos deixar de destacar a trajetória de interlocução feita entre o quilombo de Barra e o distrito de Mato Grosso pelo “Pe. Carlos” Pe. Claumino Carlos Freitas (02 de janeiro de 1928 – 12 de outubro de 2016). Ele foi o intermediário de muitas ações entre os quilombos, distritos e sede de Rio de Contas, dentre elas a conquista da titulação das terras do quilombo, sendo o mesmo cofundador da Sociedade Joseleito de Cristo<sup>26</sup>, uma Congregação Religiosa fundada pelo Pe. José Gumercindo Santos, em 19 de março de 1950 em Boquim (SE).

Pe. Carlos chegou em Rio de Contas no ano de 1967, foi o primeiro pároco da cidade e buscou ampliar a fé cristã católica atraindo mais fiéis brancos e negros na cidade. As ações e questionamentos no combate e enfrentamento ao preconceito racial na região fez parte do seu ministério, perpetrou reflexões sobre as proibições pautadas em critérios raciais em meio à sociedade riocontense, dentre elas, a censura à presença dos negros em clubes e associações da cidade. Ainda por intermédio do pároco, a partir do ano de 1997, o grupo negro passou a se relacionar com outras instituições e com pessoas que não faziam parte do poder local, como foi narrado acima. Capinan (2009) descreveu essa relação em sua pesquisa antropológica sobre o processo de construção da identidade das comunidades remanescentes:

O padre Carlos foi o mediador inicial das comunidades negras, foi ele quem primeiro visibilizou a existência das mesmas e buscou que os membros de Barra e Bananal fossem tratados como cidadãos plenos, detentores de deveres e de direitos. Entretanto, se o pároco detinha poder frente ao seu rebanho de fiéis e até mesmo em alguns estratos sociais citadinos de Rio de

---

<sup>26</sup> A Sociedade Joseleito de Cristo é uma Congregação Religiosa fundada pelo Pe. José Gumercindo Santos, aos 19 de março de 1950 em Boquim (SE), mas transferida para Tucano-BA em 1953 sendo reestruturada em 19 de março de 1958, onde se encontra a Casa Mãe da Congregação.

Contas, sua persuasão tinha limites ao que se referia ao poder público municipal. Sendo ele o único interlocutor daquelas comunidades, apesar da dedicação, pouco o padre conseguiu intervir na construção da Barragem Luís Vieira e no iminente alagamento das comunidades negras, [...]. (CAPINAN, 2009, p. 152).

Muitas reflexões se perpetuaram em meio a essa pesquisa, uma das, constata as contradições existentes entre a relação que o Pe. Carlos mantinha com o quilombo e com as comunidades brancas da cidade de Rio de Contas. Ainda que em muito ele tenha beneficiado as comunidades remanescentes quilombolas, não podemos desprezar os ideais da igreja católica e da corrente em particular qual ele pertencia, os **Joseleitos**, que, em nome da “fé em Deus” pretendia alcançar os lugares de difícil acesso, como no caso da cidade interiorana do Alto do Sertão da Ressaca, Rio de Contas.

**Figura 4 - Pe. Claumino Carlos, site dos Joseleitos, 2023.**



Essa propagação da fé e dos ensinamentos católicos pelo interior do Brasil a fora era um projeto dos **Joseleitos** que se desenvolveu em Rio de Contas desde sua fundação e principalmente entre os anos de 1960 e 1990, mantendo-se até o ano de 2019, tendo como principal liderança o Pe. Carlos responsável por “catequizar”<sup>27</sup> boa parte da população riocontense, assim como do quilombo. Infinitas são as problemáticas dessa “catequização” desde o processo de colonização até os dias de hoje o quilombo é predominantemente

<sup>27</sup> significa instruir ou doutrinar em matéria social ou religiosa.

católico. Esse aspecto fica evidenciado no trabalho do padre Carlos e, antes dele, de religiosos católicos no processo de ampliação da influência e presença da Igreja Católica.

Um fato que merece ser destacado acerca desses fatos é que nas décadas de 1970 e 1980 a influência da teologia da libertação na Igreja Católica marcou direta ou indiretamente muitos padres e leigos. Na base dessa teologia, sobretudo na América Latina estava a opção preferencial pelos pobres e a criação de várias pastorais na Igreja voltadas a categorias da sociedade (operários, indígenas, Jovens, crianças, negros). Pelo que conseguimos investigar, Padre Carlos não era ligado à teologia da Libertação, mas de algum modo, que não temos condições de avaliar, a presença dele foi de grande importância, talvez decisiva, para a luta dos quilombolas de Barra visto que a comunidade não tinha um grau de organização e força para enfrentamentos maiores.

Pe. Carlos foi e ainda é um homem muito respeitado em Rio de Contas e exercia um poder local não apenas religioso como também, de forte influência política, isso se deu principalmente por sua atuação como professor e diretor no colégio municipal CIRCEA (Centro Integrado Riocontense de Educação Aplicada), sendo o mesmo, fundador. Faz parte da memória local a figura rígida e autoritária do Pe. Carlos, em conversas paralelas durante a pesquisa de campo moradores da cidade se referenciam a ele até hoje dizendo: “na época do Pe. Carlos a coisa era diferente, tinha mais respeito”; o que comprova um certo temor ao falar do padre.

Após todas essas questões de classe e raciais que foram abordadas neste subtópico são perceptíveis às contradições do nosso sistema capitalista e colonial e constatamos através de nossas análises que o principal marcador responsável por manter e propagar o racismo foi à escolha do negro para ser utilizado como mão de obra escrava no Brasil desde seu descobrimento. No quilombo de Barra ficou evidente a segregação racial e as repressões estatais, a discriminação pelas comunidades brancas e a intolerância praticada em nome da “*fé branca*” e católica de uma das instituições mais poderosas do mundo, a igreja. Se por um lado o Pe. Carlos esteve ao lado dos quilombolas, por outro, reprimiu e ajudou a apagar parte das crenças religiosas afrodescendentes trazidas pelos antepassados dos moradores do quilombo.

No próximo tópico descreveremos sobre as memórias pós conquista do título de quilombo remanescente. Como os moradores (as) de Barra passaram a se identificar pós esse reconhecimento? Como se dá esse processo de apropriação e identificação do ser quilombola? Se por um lado não compreendiam as terras que ocuparam como quilombo, após a conquista do título das terras eles tiveram que se adaptar e se auto reconhecerem enquanto quilombolas

remanescentes, e, são justamente as memórias do passado desse povo que auxilia nesse, ainda novo, processo.

## **2.5 Apropriação e identificação do ser quilombola: a memória como instrumento indispensável na construção deste processo**

Partimos da compreensão de que memória e identidade podem funcionar por si mesmas e sobre si mesmas, numa tarefa de manter a coerência e a unidade (POLLAK, 1992). Desde a chegada dos negros e negras em Rio de Contas os mesmos passaram por períodos intensos de crises, conflitos, rupturas etc.; ameaças externas e internas, e após a conquista do título de quilombo remanescente, os moradores de Barra, através de suas memórias do passado, sentiram a necessidade de compreender, interpretar sua própria identidade. Esse retorno reflexivo ao passado, reinterpretações e revisionismos (JELIN, 2002), implicou também em questionamentos e novos entendimentos que auxiliam o grupo na redefinição da sua a identidade.

O que ficou evidente nas entrevistas realizadas e em especial nas conversas com Carmo é que há uma memória coletiva da escravidão, ainda que esta se remeta às origens da comunidade quilombola de Barra, bem como a relação desta memória com o significado de ser (de se identificar) quilombola para cada um dos membros da comunidade, principalmente quando hoje eles passaram a compreender o processo de resistência naquele território chamado de quilombo, processo esse que mesmo antes do Estado os reconhecerem como quilombolas já acontecia desde antes do descobrimento de Rio de Contas. Os relatos sobre a escravidão expressam respeito e reconhecimento de um sofrimento passado por muitos, deixando marcas dolorosas em toda a memória/história da comunidade, mas que também foi à base constituidora da militância coletiva para a conquista de direitos e construção da sua identidade. Sobre ser quilombola Carmo nos disse que:

Ser quilombola é a resistência [...] primeiro tem que ter a resistência, porque quem não resistiu não chegou a ser quilombola [...] para ser quilombola resistimos todo esse sofrimento [...] toda essa discriminação desde a descoberta, quando os bandeirantes chegaram, quando segregaram os negros, foi muito sofrido para os nossos antepassados. (Depoimento oral, concedido em 4 de outubro, 2023).

Em Barra a identidade de lavrador passou a dividir espaço, na elaboração positiva da identidade social, com a identidade étnica-política de quilombola. Após as políticas públicas de reconhecimento e redistribuição, a identidade étnica, outrora estigmatizada nas relações

cotidianas, foi positivada pelo reconhecimento do Governo Federal, portanto, por um nível fora das relações locais. Ser quilombola perpassa pela memória identitária de lavrador e pela identidade quilombola que permanece em construção.

A relação entre memória coletiva e identidade social é importante no processo de identificação; de acordo Ansara e Dantas (2015) fazer parte de um mesmo grupo, que possui um pensamento comum, permite a lembrança de eventos passados que solidificam o desenvolvimento da identificação do grupo que é fundamental para a reconstrução da memória, “pois os grupos aos quais as pessoas pertencem, por tarefa ou por escolha, são extremamente significantes na sua experiência de vida, a ponto da história do grupo social ser tratada como a própria história do indivíduo” (ANSARA, DANTAS, 2015, p. 211).

É na vida cotidiana, no **modo de vida**, que se desenvolvem as relações sociais, seja na esfera familiar, comunitária, do trabalho, na escolar, na constituição dos valores éticos, estéticos, morais, políticos, religiosos etc., no processo contínuo de reprodução social, disse Santos (2021), partindo dessa premissa, entendemos que quanto maior for à identificação e o sentimento de pertença, dos moradores de Barra, se a avaliação do próprio grupo sobre si mesmo for positiva, maior o seu efeito sobre a memória e identificação coletiva do quilombo (ANSARA, DANTAS, 2015).

Retomando ao Modo de vida dos moradores de Barra, a forma como manifestam suas vidas, além de produzirem a si mesmos, o modo de vida auxilia nessa formulação identitária, assim como suas relações e manifestações culturais. Para entendermos melhor esta colocação Tiriba (2021) nos diz que:

[...] podemos considerar que, ao produzir seus meios de vida, os seres humanos também produzem cultura e trabalham de acordo com uma determinada cultura, [...] o que nos faz reafirmar que, nos modos de produção da existência, materializados em modos de vida, economia e cultura vão se enredando histórica e cotidianamente nas relações sociais que homens e mulheres estabelecem no processo social. (TIRIBA, 2021, p. 413).

É no desenvolvimento dessas relações sociais que, embora o modo de produção capitalista tenha a hegemonia sobre outros modos de produção da existência, a organização social e o modo de vida ajudam neste processo de construção identitária e se realizam claramente por intermédio de dois elementos fundamentais, território e parentesco, articulados em uma simbiose tão estreita que apenas operacionalmente é possível separá-los. A terra é a referência do parentesco. "Se é do bolo é parente". Podemos afirmar que a recíproca é verdadeira, se é parente é do bolo (Carmo, abril, 2023). Tal imbricamento é fruto de uma

construção histórica comum, envolvendo diversos outros aspectos que remontam a um passado muito longínquo.

A terra, na área rural, congrega em si a base existencial de um grupo, ancorada na posse, na sua utilização e/ou usufruto comum. Desta forma, a ação política dos grupos negros rurais na luta pelo território, mostra-se como expressão máxima contra o sistema capitalista de terras; os grupos negros buscam demarcar, tanto seu espaço físico, ou seja, seu local de sobrevivência, quanto o seu *modus operandi*<sup>28</sup> de vida, a maneira como se apropriam deste espaço (SANTOS, 2005).

O controle dessas terras da comunidade quilombola de Barra é realizado por meio da coletividade, como narramos anteriormente, esta define sua territorialidade cunhada em delimitações étnicas, tendo como crivo o parentesco, valores tradicionais, práticas culturais compartilhadas, circunstâncias específicas de enfrentamento coletivo baseadas na solidariedade e reciprocidade em suas atividades comuns ou diante das dificuldades frente a outros grupos. Existe ainda o sentimento de pertença ao quilombo, o que se manifesta através de sentimentos fraternais/maternais pela comunidade. Fatores fundamentais na construção da identidade.

Segundo Pollak (1992) em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade, assim, observamos a memória e identidade do quilombo através da imagem que os entrevistados (as) e os moradores de forma geral, adquiriram ao longo da vida referente aos mesmos e a própria comunidade, a imagem que foi construída e que apresentam aos outros e a si mesmos, essa imagem é a própria noção de identidade. Pollak (1992) ainda nos diz que:

Nessa construção da identidade - e aí recorro à literatura da psicologia social, e, em parte, da psicanálise - há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 5).

---

<sup>28</sup> Modo pelo qual um indivíduo ou uma organização desenvolve suas atividades ou opera.

Ao assimilarmos a memória e a identidade social do quilombo, entendemos que a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros, com os acontecimentos históricos, com as manifestações culturais e com o modo de vida. No caso do quilombo essa construção identitária permanece em negociação/construção após a construção da barragem e a conquista de quilombo remanescente, comprovando que “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992, p. 5).

Cardoso (2014) afirma que a abordagem essencialista inicial que demarca a forma de organização territorial e, por consequência, a construção identitária da comunidade perpassada por outros elementos situacionais e circunstanciais que os levam a assumir uma perspectiva de identidade étnica, política e dinâmica, que se transforma e que cria e recria suas ações; vindo assim, a afirmar ou minimizar suas práticas, a partir do interesse que é sempre de caráter coletivo.

A organização territorial do quilombo é comandada pela organização social. A produção consiste em produtos destinados à sobrevivência dos mesmos indivíduos, desde seus antepassados, tais como o feijão, o milho, a mandioca, a cana-de-açúcar, o milho, feijão andu, hortaliças, legumes e frutas, que, quando geram excedentes, estes são vendidos na feira de Rio de Contas ou em distritos e cidades vizinhas, como dissemos anteriormente.

As famílias por terem as casas edificadas lado a lado se auxiliam cotidianamente nas necessidades que surgem como foi possível observar em várias ocasiões, durante o a pesquisa de campo e que também já fora retratado em outros trabalhos como de Cruz (2011, p.155):

[...] filha que levava o prato feito para mãe, cunhada que levava um prato diferente para a outra, sobrinhos que dormiam com a tia para não deixá-la só durante a noite, sobrinho que cuidava da tia doente; enfim, inúmeros casos de solidariedade entre seus membros. À noite, nos finais de semana, realizavam atividades lúdicas entre eles, tais como jogos de dominó ou cartas, quando todos participavam, principalmente as crianças, e outras brincadeiras e conversas ao redor da mesa até tarde da noite. As danças aconteceram por ocasião das festas de aniversários, que podem ser de pessoas da cidade que gostam de frequentar as comunidades. A família é sedimentada pela organização social integral, na qual a economia também é integrada.

Para alguns residentes do quilombo, “quem vive na roça não vai conseguir se adaptar na cidade, pois já tem o hábito de trabalhar na roça”. Em alguns casos, entre as décadas de 90

e início dos anos 2000 a repetição da prática do campesinato, bem como o não envolvimento em ações que fossem diferenciadas impediram, de certa maneira, que os indivíduos remanescentes se submetessem a novas atividades/realidades externas ao quilombo, limitando assim a capacidade adaptativa desses em outras realidades. Esse fato mudou bastante depois do incentivo ao estudo dos quilombolas no ensino superior no início dos anos 2000 e em seguida através da política de cotas raciais criada no governo Dilma Rousseff (2012).

A vida cotidiana do quilombo é fundamentalmente feita de rotinas, comportamentos habituais, não reflexivos, aprendidos e repetidos. O passado da aprendizagem e o presente da memória tornam-se hábitos e uma tradição, entendida como um “passo de geração em geração” ao longo da vida da comunidade, de costumes coletivos, circunstância de acontecimentos/coisas que têm origem ou raízes em tempos passados e tendo sido transmitidos de gerações para outros" (JELIN, 2002), todo esse processo acontece de forma habitual, assim como a incorporação desse cotidiano na construção da identidade.

Essa comunidade de trabalhadores que tem na economia de subsistência e nos laços específicos de parentesco sua forma de organizar a vida, seu modo de vida, “se identifica pelo sonho ou pela possibilidade real de escolher modos de produzir a existência humana que se contrapõem à sociabilidade do capital” (TIRIBA, 2021, p.410). Para fazermos essa leitura, antes foi necessário compreendermos essa citação de Tiriba (2021, 411-12):

[...] entendemos ser fundamental elencar as múltiplas dimensões da vida material e simbólica que conformam os modos de vida dos grupos humanos, mas todo o cuidado é pouco para não cair em duas armadilhas: a primeira é a perspectiva culturalista de modo de vida, quer dizer, concepções fundadas na compreensão de cultura desvinculada das condições materiais de vida. Em outro extremo, a segunda armadilha é a possibilidade de cair no reducionismo econômico, estabelecendo uma rígida fronteira entre infraestrutura e superestrutura e, portanto, entre economia e cultura (como se a vida fosse organizada em polos dicotômicos).

O manejo da terra, através do plantio da lavoura permite a comunidade se manter economicamente. A prática da subsistência, por meio do trabalho agrícola, se iniciou desde a instalação dos primeiros habitantes do quilombo, “perpassando o acordo de não delação firmado com os garimpeiros ilegais da região objetivando assegurar a integridade física dos quilombolas” (CARDOSO, 2014, p. 102), até os dias atuais. Concretamente, como fora dito, a história da comunidade e dos seus membros associa-se à economia de subsistência organizada anualmente cunhada no ciclo das águas. No verão (ciclo das águas), o plantio no fundo dos vales torna-se inviável devido às enchentes, pois as águas tomam conta das terras, deixando

apenas as partes superiores das encostas aptas para o cultivo das roças através da mão-de-obra familiar.

A agricultura quilombola depois do reconhecimento legal e a conquista do título de comunidade remanescente se expandiu atingindo assim um mercado consumidor maior. Os moradores do quilombo da Barra passaram a cultivar e a comercializar outras monoculturas como o abacaxi, manga, poncã (tipo de tangerina) dentre outras variedades, enfrentando as dificuldades geradas pela seca, mas motivados pela abertura do mercado para esses produtos, assim como também, a fim de melhorar a condição da vida econômica familiar e de toda a comunidade. Destacamos Cardoso (2014, p. 103-04) ao falar da importância da participação das mulheres na agricultura do quilombo:

As mulheres assumem importante papel na agricultura local, tendo em vista que muitos moradores saem para trabalhar em usinas de cana-de-açúcar em outros estados, ficando a cargo das mesmas o manejo das roças no período de estiagem. Próximo à temporada de chuva, os migrantes retornam para a comunidade e reiniciam os preparativos da sua lavoura. A economia é complementada com a pesca e a coleta do pequi.

É importante refletir que a memória do grupo é composta de lembranças que são formadas de conteúdo coletivo (HALBAWCHS, 1990); este remete a conceitos, ideais, ações e pensamentos produzidos no interior de um grupo e que impulsionam o modo de pensar individual das pessoas. No entanto, as lembranças que nos parecem puramente pessoais se distinguem das demais devido a sua complexidade ao ser recordada.

No quilombo de Barra, e das demais comunidades remanescentes quilombolas, está na memória coletiva dos moradores desses lugares que eventos regionais e históricos marcaram a existência desse grupo, que por um longo período viu-se à margem da sociedade imerso em um sistema escravocrata que impediu a sua livre produção socioeconômica e intelectual (que por vezes perdura até hoje), e, que na sociedade moderna atual, sofrem as consequências destas limitações que lhes foram impostas, ainda que resistam criando novas possibilidades em seu modo de vida.

A relação de dominação existente entre a classe dominante branca e os negros quilombolas não se efetiva somente na exploração do trabalho escravo enquanto mercadoria, como também na inferiorização dos aspectos intelectuais e culturais dos mesmos, visto que, em função do regime escravista, os negros foram violentados brutalmente durante mais de três séculos, configurando assim, a escravidão no Brasil que ocasionou todos os males sociais que o preto enfrenta em nosso país (a depender, no mundo). No entanto, esta violência se

ressignificou no contexto capitalista com reflexo de uma história de resistência e negação dirigida a essa etnia, situação esta, que gerou desvalorização desse povo privando-os, inclusive constitucionalmente, por um longo período, do acesso a trabalho digno, escolaridade, educação, saúde, entre outros benefícios, e que acaba por refletir na sua autoimagem, autoestima e, por consequência, nas relações sociais que somam em sua identidade.

Mesmo enfrentando todos esses processos, e principalmente pela posse das terras dos moradores do quilombo ter sido ameaçada com a construção da barragem, quando Carmo nos diz que para ele ser quilombola é resistência, e que não é fácil se afirmar quilombola (principalmente por ser recente) conseguimos identificar através da sua fala e no modo de vida da comunidade a construção de uma identidade étnica ancorada na relação direta com a terra e a ancestralidade, no sentido dele enquanto líder da comunidade reconhecer um passado de luta e resistência que os legitimaram como quilombolas, com tradições e práticas culturais passadas por gerações.

É através da história e da memória de Carmo e outras lideranças do quilombo que a comunidade se posiciona de modo militante quando reconhecem a importância das suas memórias e histórias, a importância da conquista do título coletivo das terras, a certificação e as ações/políticas que foram implantadas na comunidade.

A identidade do quilombo sempre esteve acompanhando diferentes dinâmicas desde o naufrágio do navio negreiro na costa de Itacaré, ao encontro com os primeiros portugueses que chegaram a Rio de Contas, a identidade de trabalhador rural (lavrador) e agora de quilombolas remanescentes. É neste misto de acontecimentos, atravessando os limites da história, que evidenciamos essa memória identitária do quilombo que permanece/permanecerá em construção, no desenrolar de práticas econômicas e culturais alternativas capitalista/e não capitalistas de produção da vida social.

Em nosso próximo passo, na segunda seção, analisaremos como se deu o processo de conquista ao acesso à educação e destacaremos a participação efetiva das educadoras que passaram pela escola Municipal de Barra; enfatizando principalmente como era organizada a rotina dessas educadoras, compreendendo as dificuldades que as mesmas enfrentaram no desenvolvimento do ensino e mergulhando nas contribuições dessas mulheres na formação de gerações através das tradições que foram preservadas na memória dos moradores da comunidade por meio da ancestralidade, que, em nossa pesquisa está intrinsecamente ligada ao trabalho cotidiano, à cultura, e a classe social dos educadores (as) e educandos, assim como, de toda a comunidade.

Como são preservadas/passadas tradições como: a religiosidade, o artesanato, o samba do Bendengó (ou Mendengó), nas práticas educativas escolar e não escolar desenvolvidas na educação do quilombo de Barra? Como a educação no quilombo auxiliou para o processo da conquista da titulação das terras? De que forma a educação no quilombo contribuiu/contribuiu para a construção do ser quilombola? Através das memórias dos moradores e moradoras, professores e professoras do quilombo de Barra, nos esforçaremos para responder essas questões.

**Figura 5 - Presidente da Associação dos Moradores, principal liderança do quilombo de Barra, Carmo Joaquim e Gêssica Maria, pesquisadora, 05 de Abril 2023.**



### **3 MEMÓRIAS DO TRABALHO EDUCATIVO NO QUILOMBO DE BARRA: CONTRIBUIÇÕES PARA O RECONHECIMENTO DO QUILOMBO REMANESCENTE E NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA**

#### **3.1 Memórias dos primeiros passos do trabalho educativo em Barra: como a população negra/quilombola do Alto do Sertão da Ressaca no início do século XX teve acesso à educação pós-libertação da escravatura?**

Sempre que pensamos em desenvolver um trabalho que investigue a memória da educação negra no Brasil não podemos deixar de fazer algumas reflexões que nos levem ao passado vivenciado pelo povo preto, em nosso trabalho pelo povo quilombola, que após viverem séculos de escravidão em 13 de maio de 1888<sup>29</sup> ficou registrado na memória histórica o início da “liberdade” negra em nosso país.

Houve resistências em libertar os milhares de negros e negras que vieram para o Brasil, sendo o último país a abolir a escravidão nas Américas, houve resistência e ainda há no que diz respeito a melhoria de vida da população negra. A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou de forma desorganizada, sem assistência e garantias que auxiliassem os ex-escravizados (as) na transição para o sistema de trabalho livre (FERNANDES, 2008).

Essa transição de escravizado (a) para liberto (a) não garantiu ao negro (a) melhores condições de vida, a população negra permaneceu sendo explorada trabalhando muitas vezes em troca de salários baixos que apenas dava para sobreviver, ou em troca de comida; muitos não saíram dos lugares em que estavam por não terem para onde ir, outros foram se aventurar buscando alternativas de vida e moradia permanecendo à margem da sociedade (FERNANDES, 2008), o que implicou diretamente na acessibilidade à educação por essa população.

Florestan Fernandes (2008), no livro **O Negro na Sociedade de Classe**, retrata as dificuldades sociais que o negro na década de 30, 40, 50 enfrentava na sociedade competitiva, capitalista, após a abolição da escravatura. O autor enfatiza o mito da democracia racial como uma ideologia dominante, de uma percepção de classe (da classe dominante) que pensava o seu ideal de conduta como verdade efetiva. O mito consistiria em tomar o que eram desigualdades raciais – próprias da ordem racial escravocrata – como desigualdades de classe da ordem competitiva – próprias do capitalismo industrial.

---

<sup>29</sup> O Dia da Abolição da Escravatura é celebrado em 13 de maio, no Brasil. Esta data homenageia a Lei Áurea, sancionada em 13 de maio de 1888, a qual pôs fim à escravidão no Brasil. Quem assinou a lei da Abolição da Escravatura foi Princesa Isabel, princesa imperial do Brasil.

Fernandes (2008) alertava sobre a necessidade de analisar a posição do negro e do mulato na ordem econômica e social emergente da época, e afirmava que os mesmos foram excluídos, como categoria social, das tendências modernas de expansão do capitalismo em São Paulo. Disse ainda que:

Os dois polos desses processos socioeconômicos acham-se em ou em círculos sociais das camadas dominantes ou em seios dos contingentes humanos transplantados da Europa. Apenas esporadicamente chegaram o mulato e o negro a concorrer ativamente em tais tendências: onde e quando puderam contar com membros das “grandes famílias” ou foram colhidos, por circunstâncias individuais, pelas ondas de prosperidades que bafejavam as camadas cultas intersticiais da sociedade e as parcelas migrantes da população de origem nacional. (FERNANDES, 2008, p. 72).

Entre disputas e acirramentos da nova ordem econômica do século XX do Brasil lá estavam negros, mulatos, indígenas, sempre à margem das escolhas para ocuparem lugares/serviços/empregos no “mercado de trabalho”. Se ao configurar a posição do negro em São Paulo, Fernandes (2008) disse que a sociedade largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre os seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar “para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo” (FERNANDES, 2008, p. 36), as perspectivas de vida e trabalho dos negros (as) do quilombo de Barra não eram diferentes, a única diferença é o caráter rural e de “posse de terra” que os ex-escravizados do quilombo já tinham.

Compreender essas intersecções existentes entre o negro e a sociedade capitalista do início século XX em nossa pesquisa é entender qual cenário estava posto no início do desenvolvimento do trabalho educativo no quilombo de Barra, que se deu, segundo as memórias dos entrevistados na década de 1940, e, a partir das observações compreender os limites e possibilidades deste processo.

Enquanto só no final do século XIX os ex-escravizados estavam sendo libertados, entre a classe branca dominante já se pairava a ideia de organizar um conjunto amplo de escolas de forma padronizada, em grande escala, com um amplo quantitativo de professores, narrou Santos (2011). Segundo o autor, o caminho encontrado foi a criação das escolas normais, de nível médio, para formar os professores primários e a formação no nível superior para o trabalho educativo no ensino secundário. Ainda sobre esse período, Santos (2011, p. 45) citando Saviani (2008) conta que:

No Brasil, naquele século, a pouca e precária formação de professores para o ensino primário era realizada em algumas escolas normais, especialmente nas capitais das províncias, baseado no modelo dos conteúdos culturais-cognitivos. A primeira escola normal foi implantada em Niterói no ano de 1835 (SAVIANI, 2008).

Só no ano de 1920 que a sociedade brasileira começou a se preocupar com uma educação na área rural de forma mais sistematizada. O movimento migratório que já se fazia presente por conta da incipiente industrialização começava a atrair trabalhadores rurais para a cidade. É nesse período que se tem o registro do primeiro movimento em defesa da educação dos camponeses que ficou conhecido como ruralismo pedagógico (SANTOS, 2011). De acordo a Santos (2011) este movimento defendia uma escola integrada às condições locais para promover a fixação do homem do campo, estava ligado à modernização do campo brasileiro e contava com o apoio dos latifundiários temerosos de perder sua mão-de-obra e de uma elite urbana preocupada com os resultados negativos de uma migração camponesa para a cidade. Santos nos diz ainda que:

Na verdade, a dita preocupação com a educação no meio rural não passava da preocupação com o êxodo do campo e os problemas dessa migração para as cidades, tais como a formação de cortiços e favelas, as doenças causadas pela falta de saneamento, a violência, etc. (SANTOS, 2011, p. 110).

No século XX a discussão acerca da formação de professores ganha outra direção, em especial a partir da década de 1930. A publicação do **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**, no ano de 1932, assinado por personalidades como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Paschoal Leme, nomes de maiores destaque, apoiados no ideário da Escola Nova, reivindicavam maior atenção do Estado em relação à educação (SANTOS, 2011).

Toda essa movimentação foi uma expressão da efervescência e do otimismo pedagógico no Brasil, esse “otimismo pedagógico” se fazia presente ao se conceber a educação como a grande impulsionadora do desenvolvimento e redentora dos problemas sociais (SANTOS, 2011). Ainda sobre essa movimentação na educação brasileira da época, Santos (2011, p. 110) destacou:

[...] o escolanovismo defende os princípios liberais do educar. Deste modo, em 1931, a IV Conferência Nacional de Educação discutiu as grandes diretrizes da educação no Brasil. Em 1933, segundo Paiva (1987, p. 129), inicia-se a campanha de Alfabetização na Zona Rural. Em 1935, ocorre o Primeiro Congresso Nacional do Ensino regional, que contribui para a

fundação da Sociedade Brasileira de Educação Rural no ano de 1937. (SOUZA, 2010).

Ao juntar as fontes deste trabalho não conseguimos encontrar no Arquivo Público de Rio de Contas, nos documentos, nas entrevistas, como estava a situação da educação de Barra na década de 30 (antes comunidade negra, ou arraial dos crioulos). Há uma “inexistência” de fontes que nos ajudem a montar essa parte da história da educação do quilombo, e por consequência da sua memória. Ficam os lapsos que provocarão outros pesquisadores na descoberta de novas fontes desse quebra-cabeça da memória-histórica do quilombo.

Mas conseguimos entender que o Brasil no final do século XIX para início do século XX vivia um intenso período de transformações e expansões sociais principalmente na economia, e a população negra enfrentava dificuldades para ter acesso a trabalhos dignos e à educação, tanto no espaço urbano quanto no campo. Nessa época já se desenvolvia o trabalho educativo do quilombo de Barra nas casas dos próprios moradores (as) e um espaço físico para o ensino, a escola municipal, só foi construída no final da década de 50, no ano de 1959.

Quando mergulhamos na pesquisa sobre o desenvolvimento da educação do quilombo de Barra em Rio de Contas as principais indagações que fizemos foram: Antes da construção da escola municipal de Barra como se desenvolvia a educação no quilombo? Como o Quilombo de Barra conseguiu construir uma escola no final da década de 50?

Estudar a memória das educadoras (es) sobre seu trabalho educativo, por consequência, a educação de Barra nos ajudou na análise dessas e outras questões que, em última instância, não são de ordem econômica, nem de ordem cultural, mas econômico-cultural. Ao mesmo tempo, os próprios saberes (escolares ou não escolares) se constituíram num ponto de partida profícuo para interpretá-las (TIRIBA; FISCHER, 2015, p. 423). Pois, o intuito do nosso trabalho também é:

[...] aprender com os povos e comunidades tradicionais como estabelecem relações econômico-culturais e que conhecimentos e valores permeiam tais relações. Com eles compreender, então, outras formas de encontro dos seres humanos com a natureza e, dessa maneira, ampliar nossos horizontes sobre o significado do trabalho como princípio educativo.

Enquanto que em 1947 era criada a “Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais” (CBAR), órgão integrante do Ministério da Agricultura (SANTOS, 2011), em Barra constatamos através das entrevistas realizadas que em meados dos anos quarenta (alguns dataram por volta de 1948) havia uma professora conhecida como Ana Rosa, segundo

Carmo, ela era moradora do quilombo, uma mulher que não tinha formação institucional mas que era apaixonada pela leitura e que movida pela vontade de passar para os seus o que tinha aprendido, ler e escrever, “deu início a primeira sala de aula em uma varanda de uma casa no quilombo”. Carmo conta que os alunos ficavam ao redor de uma mesa velha sentados em bancos improvisados e as aulas aconteciam ali mesmo.

No ano 1952, as aulas passaram a ser em outra casa conhecida na época como “casa grande”, local que também era ponto de apoio para os festeiros nas festividades religiosas do quilombo, a professora dessa casa foi Josefina, conhecida popularmente como “Dona Josefina”. Pouco se avançou na infraestrutura proporcionada aos alunos e a essa professora da época, as condições para estudar eram precárias, e os alunos não tinham materiais escolares que os ajudassem no processo de aprendizagem, então por vezes eles aprendiam a ler e escrever, somar e subtrair, com a professora riscando no chão, como narrou Dona Maria de Diola, uma outra professora que foi alfabetizada por Dona Josefina. A fala de Dona Maria de Diola comprova que “os avanços” para a educação do campo/quilombola (como era chamada antes) não haviam ainda chegado no quilombo.

A uma memória de uma outra professora que esteve atuante no quilombo por um pequeno período de tempo conhecida como Dona Lídia neste mesmo período de Dona Josefina, os entrevistados (as) não sabem ao certo por quanto tempo D. Lídia atuou no quilombo, mas lembraram-se que boa parte dos mais velhos de Barra, Bananal e Riacho das Pedras foram alfabetizados (as) por essas duas professoras. Elas enfrentavam infinitas dificuldades para ensinar, mas quando perguntei a Dona Maria de Diola sobre suas lembranças da época em que estudou ela disse com firmeza: “elas ensinavam o que sabiam, e isso foi muito importante pra gente”. “Ensinar o que se sabe”; a afirmação “ensinar o que sabe” e ser grata por isso revela o caráter de precarização da educação que as crianças do quilombo acessavam, mas, que ainda assim, agradeciam pelo que recebiam dada a situação da realidade à época.

Fernandes (2008, p. 284-85) dizia que para corrigir e superar os problemas causados por essa marginalidade negra seria necessário que o “negro e o mulato” adquirissem meios para combater as causas e os efeitos do isolamento psicossocial e sociocultural difuso a que estavam condenados. Em outras palavras, para terem êxito na direção certa, precisariam assumir, na estrutura da sociedade inclusiva, posições sociais que lhes facultassem a assimilação e o domínio prático das instituições de cuja posse eram automaticamente privados, de modo parcial ou total.

Foi justamente ao tomar conhecimento dessas dificuldades que os alunos de Barra enfrentavam para estudar e por ser filho de um homem quilombola que um negro de “destaque/posição social” da época, o vereador Athanásio José Dos Santos, popularmente conhecido como Zé Thanásio solicitou através de uma reunião na câmara de vereadores a construção da Escola Municipal de Barra do Brumado no ano de 1948, como podemos conferir na ATA<sup>30</sup> da prefeitura que se encontra no Arquivo Público de Rio de Contas, memórias que descreveremos no próximo tópico.

### **3.2 Um negro em destaque na sociedade de classe de Rio de Contas no início do século XX: memórias de Athanásio José dos Santos, o vereador responsável pela construção da Escola Municipal de Barra**

Athanásio José dos Santos, Zé Thanásio, é um personagem que merece destaque em nosso trabalho e em tudo que mencionar a memória histórica do quilombo de Barra. Um dos poucos vereadores negros que a cidade de Rio de Contas teve, atuou como vereador entre os anos de 1948 até 1967, filho de Júlia Maria da Conceição, chamada de Mãe Júlia<sup>31</sup> por sua bisneta e do “véi Juvêncio”, nasceu no ano seguinte da libertação da escravatura em 02 de Maio de 1889 e sua trajetória foi munida de muitas conquistas para o povo preto de Rio de Contas e para a população rioncontense em geral.

Fernandes (2008, p. 166) já nos dizia ser extremamente difícil documentar essa faceta da vida dos negros e dos mulatos na cidade. Imaginemos então que se na cidade de São Paulo já havia essa dificuldade, no Sertão da Bahia a configuração era/é um pouco pior, pois, “os viajantes, os historiadores e os ensaístas deixaram de dar atenção ao negro, concentrando seus interesses nos imigrantes ou nos agentes econômicos típicos da sociedade industrial”.

Pouco encontramos sobre a história de Zé Thanásio no Arquivo Público de Rio de Contas além de ATAS e alguns documentos que nos ajudaram no processo de desdobramento de informações sobre o mesmo. Em nossa pesquisa foi de fundamental importância conversar com uma de suas netas, Edilma Santos, que em uma das procuras por informações sobre o vereador seu nome foi citado por Gardênia Chaves, uma das secretárias do Arquivo, nos informando que Edilma estava pesquisando sobre a vida do avô e que fossemos até ela, e, assim o fizemos.

---

<sup>30</sup> A ata está nos anexos, é a figura número 20.

<sup>31</sup> Em entrevista sua neta Edilma Santos relatou que possivelmente sua avó, Mãe Júlia chegou em Rio de Contas através de portugueses europeus que se intalaram na cidade, pois seu avó, Zé Thanasio, nasceu nos fundos de uma casa na cidade. Sua avó morava na sede de Rio de Contas e seu avô era do quilombo de Barra.

Quando entramos em contato com Edilma para entrevistá-la uma das primeiras memórias que ela externou sobre o avô fora essa:

Foi em 1977, eu fui em 1976 para São Paulo, fiquei fazendo bico, aí aproximadamente 4 meses desempregada eu peguei um jornal de grande circulação que era a folha de São Paulo, nisso peguei um anúncio de emprego e fui atrás desse emprego [...], aí é aquela velha história, uma fila quilométrica, eu fiquei na fila e assim que fui até uma mulher que se chamava Dona Jaci, ela era da Editora do Brasil, eu fui pra concorrer a vaga de atendente de balcão, porque as editoras nessa época, janeiro, fevereiro, época de escola, eles contratavam muita gente pra vender os livros, e a Editora do Brasil vendia pro país inteiro, para as escolas, aí quando chegou minha vez da entrevista com uma das donas do da Editora ela abriu minha carteira profissional para ver os dados, aí quando ela abriu ela viu a palavra Rio de Contas, aí ela disse assim pra mim: Rio de Contas, você é de Rio de Contas, meu pai tem amigo lá, um senhor amicíssimo de meu pai [...] essas foram as palavras dela, aí eu perguntei, quem é esse senhor? Ela falou José Athanásio, eu falei, meu avô, quando eu falei meu avô ela simplesmente fechou minha carteira profissional e pronto! Eu estava empregada! Fiquei trabalhando com essa senhora por aproximadamente 1 ano e meio [...] e aí pronto, fiquei empregada, meu avô abriu essa porta pra mim, essa e outras portas. (Edilma Santos, depoimento oral concedido em 24 de outubro de 2023).

A memória de Edilma demonstra o tamanho da importância que exerceu Zé Thanásio em Rio de Contas e como ele tinha contatos em outros lugares do Brasil. Quando Edilma começou a revelar informações familiares e institucionais sobre o avô logo ela indagou:

Eu ficava pensando, sabe Géssica, por que meu avô foi tão importante para a cidade de Rio de Contas e a história dele não é contada, por que ainda há tantas coisas escondidas sobre ele? [...] sabemos que história de gente negra não é pra ser contada, né, mas eu vou contar a história do meu avô. (Edilma Santos, depoimento oral concedido em 18 de outubro de 2023).

Zé Thanásio foi filiado ao Partido União Democrática Nacional (UDN), que foi um partido político fundado em 1945, de orientação conservadora e frontalmente opositor às políticas e à figura de Getúlio Vargas na época. O partido caracterizou-se pela defesa do liberalismo clássico e da moralidade, e pela forte oposição ao populismo. Uma das suas bandeiras era a abertura econômica para o capital estrangeiro e a valorização da educação pública.

Ele era o único vereador negro da época que se importava e levava com muita seriedade as lutas do povo preto e da população em geral da cidade de Rio de Contas. Esteve à frente do poder público da cidade por quase 20 anos, era proprietário de algumas terras na

cidade, o único negro da época que fazia parte da direção e já era sócio do clube riocontense, clube este que não era permitida a entrada de pessoas pretas, mas que ele frequentava junto com sua família desde o ano de 1925.

Eram aceitáveis nessa época as reproduções das desigualdades raciais, aos olhos do “bom mocismo-burguês”, em Rio de Contas estava implícito: era (ainda é) racismo. Isso, na época significaria o reconhecimento, por parte da sociedade burguesa, das organizações raciais com que os negros buscavam sua integração: associações, clubes, jornais, partidos etc.(FERNANDES, 2008), é nesse cenário que surge Zé Thanázio, vereador, e o único sócio do “clube dos brancos”. A justificativa para ele ser o único negro que frequentava o clube riocontense, a partir das nossas análises, era sua posição/classe social e também por ser dono de terras.

Em seus mandatos solicitou verba pública para a construção e instalação da usina hidrelétrica de Rio de Contas, solicitou construção de pontes e pavimentações, solicitou reformas e o telhado da Igreja de Nossa Senhora Santana (uma das igrejas mais importantes do patrimônio da cidade, mantida até hoje sem “acabamentos”, toda de pedra), participou ativamente da manutenção da festa de Corpus Christi, uma das festas religiosas mais importantes para a cidade, principalmente para o turismo e por consequência para as vendas dos produtos produzidos na cidade.

**Figura 6 - Athanásio José, arquivo pessoal Edilma Santos, 2023.**



Zé Athanásio faleceu no dia 25/01/1974 aos 85 anos, nos seus últimos anos tinha sofrido um AVC que impossibilitou a continuidade de sua vida política pública. Deixou um legado na cidade de Rio de Contas, ainda que a cidade viva de forma intensa os prejuízos do racismo estrutural/institucional/social que anula e tenta apagar da nossa memória personagens como Athanásio José, a memória histórica é viva e a pesquisa nos ajudou a mergulhar nos passos do passado deste homem negro responsável pela construção da escola no quilombo de Barra, assim como, por outras conquistas da cidade.

Se na época o apego ao padrão tradicionalista e assimétrico de relação social aparecia invariavelmente ligado a dois componentes, entre os “brancos” de um lado, à noção de que “o negro só serve para trabalhos braçais” e que, portanto “não deve assumir cargos de responsabilidade e de mando” (FERNANDES, 2008), Zé Athanásio contradiz em sua trajetória esse argumento, e como vereador assumiu estrategicamente muitas solicitações públicas importantes na cidade, a mais importante, para o nosso trabalho, foi à construção da escola no quilombo de Barra. Entendemos a escola em nossa pesquisa como um espaço importante, porque de acordo Santos (2011, p. 19):

A escola entendida no processo de desenvolvimento histórico da sociedade, mediada pela alienação e pela busca de superação desta, é concebida pela Pedagogia Histórico-Crítica, ao contrário das teorias educacionais de caráter crítico-reprodutivista, como um espaço de possibilidades para o avanço da luta da classe trabalhadora, [...].

Partindo desse entendimento de Santos (2011) que em nosso próximo tópico trabalharemos com as memórias das principais professoras que ensinaram, e que também estudaram, na Escola Municipal de Barra, destacando e valorizando a trajetória de destaque dessas trabalhadoras que formaram líderes responsáveis pelas conquistas de reconhecimento do quilombo como Carmo e que ajudaram a preservar aspectos da cultura do quilombo excepcionais na construção da identidade do mesmo.

### **3.3 A importância das mulheres na construção das memórias do trabalho educativo desenvolvido no quilombo de Barra: entre educação e religiosidade, trabalho escolar e não escolar**

Um destaque para essas mulheres quilombolas no trabalho educativo desenvolvido no quilombo de Barra; é importante lembrarmos que todas as predeterminações a respeito da mulher e dos diferentes lugares, e das nossas diferentes peculiaridades em nossas vivências sociais, fazem com que feministas assumidas ou não, reivindicemos, pela inclusão no mundo acadêmico, político e literário, de temas que falem de nós, que sejam escritos por nós, que contêm, e ajudem na modificação construtiva da nossa história e memória, dessa forma: “escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas” (PERROT, 2007, p. 13).

Partindo das concepções ideológicas sexistas e racistas que legitimam ou ao menos toleram o uso da violência como forma de manutenção das categorias sociais hierarquizadas, Almeida (2016) acredita que nesse contexto às mulheres negras são as maiores vítimas dessa forma de violência, em razão da concepção de superioridade masculina que permite aos homens manter “a dominação” em relação ao gênero feminino e ao branco manter a dominação em relação ao negro, ambas as categorias classificadas socialmente como inferiores.

A compreensão social do lugar que nós mulheres ainda ocupamos na nossa sociedade, contribui com estudos sobre desigualdade racial e de gênero, denunciando os privilégios simbólicos e culturais promovidos por uma sociedade racista e sexista. Ao evidenciar e visibilizar as memórias das professoras de Barra, empenhamos por uma análise que nos ajude

a resignificar o lugar social da mulher negra pós-emancipada, desconstruindo possíveis visões estereotipadas que permanecem no imaginário popular.

A realidade social das mulheres negras e pobres no Brasil apresenta especificidades próprias, sequelas do passado escravagista que ainda se fazem presentes em nossa sociedade, preconceitos, estigmas, manifestações veladas de racismo e sexismo que buscam se esconder sobre falsas neutralidades (ALMEIDA, 2016). As opressões sofridas por essas mulheres possuem uma natureza bivalente, resultantes de ordem econômica e cultural, causadoras de injustiças que são representadas pela divisão de gênero-racial do trabalho, ausência de efetivação de direitos sociais básicos, injustiças culturais, entre outros, que permitem a manutenção dos estereótipos e estigmas sociais que inferiorizam a mulher negra e servem de parâmetro à violência psicológica e moral. Essas injustiças estão imbricadas, e se retroalimentam fundamentadas pela ideologia racista camuflada nas estruturas sociais, de tal forma que é difícil pensar em qualquer uma delas de forma isolada, por esse motivo faz-se necessária uma análise dos fatos.

Veloso (1990) destaca que a literatura histórica sobre a história das mulheres negras baianas está dentro de um domínio em que a história hesita, omite e silencia; e que as fontes escritas no início do século XX são extremamente reticentes sobre o assunto, o que nos faz reforçar a necessidade de resgatar a pluralidade de sentidos presente nas diferentes codificações culturais, com o objetivo de reconstruir identidades silenciadas pela tão controversa "memória nacional".

A lacuna presente na historiografia sobre as mulheres negras trata-se de uma dupla exclusão: mulher e negra; portanto, não basta reconstituir o que foi silenciado em um nível mais amplo (memória negra), mas também o que foi silenciado dentro do próprio grupo: no caso, o papel de liderança exercido pelas mulheres negras. O que nos dá margem para que nós sejamos produtoras de conhecimento que deem explicações em todas as áreas das ciências humanas sobre a condição das negras pós-emancipação no Brasil (VELOSO, 1990).

Ainda que nós não iremos nos aprofundar nas questões de gênero é fundamental entendermos um pouco sobre a **Teoria da Interseccionalidade**<sup>32</sup> desenvolvida por Kimberlé Crenshaw em 1989, construída com o objetivo de especificar as diferenças dentro das lutas

---

<sup>32</sup> Colisões que afetam as mulheres negras: A primeira delas é a discriminação contra grupos específicos e, quando falamos da discriminação contra grupos específicos, estamos falando sobre um tipo de discriminação que procura mulheres específicas que são interseccionais. O segundo tipo de discriminação, sobre o qual falarei, é o da discriminação mista ou composta. Trata-se do efeito combinado da discriminação racial e da discriminação de gênero. E o último tipo é a estrutural, quando não há qualquer discriminação ativa. O que ocorre, em última instância, é que o peso combinado das estruturas de raça e das estruturas de gênero marginaliza as mulheres que estão na base. Essa é a discriminação contra grupos específicos (CRENSHAW, 2002, p. 12).

cotidianas das mulheres negras, dentro dos feminismos, mostrando os problemas encontrados nos avanços das mulheres nos espaços sociais e de poderes, que, obviamente não são avanços que acontecem de maneira igualitária para todas as mulheres.

Mulheres negras que pesquisam outras mulheres negras se identificam com os aspectos da interseccionalidade, como exemplo Aline Lima (2019) no trabalho **A voz que quer ser ouvida e precisa ser escrita: memórias afetivas de mulheres negras “sozinhas” morarodas da cidade de São Francisco – MG (1979-2010)** ao externar que é notória a presença de intersecções na configuração das experiências das mulheres negras de gênero, raça, classe social e até mesmo de nível educacional. A mulher negra se insere na sociedade capitalista sofrendo o peso de múltiplas opressões que somatizam um conjunto de desvantagens sociais que resultam em uma posição social inferior à da mulher branca, por isso a necessidade de especificarmos nossas particularidades. A interseccionalidade manifesta-se de forma clara entre o racismo e sexismo, por meio da violência psicológica e moral que atingem intensamente a mulher negra no Brasil, violando sua autoestima e influenciando diretamente nas relações sociais.

O feminismo negro nos ajuda compreender essas causas e as lutas que as mulheres negras enfrentaram e enfrentam no decorrer do curso da história e memória do Brasil antes e pós-emancipação. Visto que essas lutas têm raízes que perpassam pelo processo de escravização das mulheres negras, para compreendermos as diferentes experiências e demandas entre as mulheres brancas e as mulheres negras, antes precisamos destacar alguns pontos desse período que fazem parte da luta pela sobrevivência da vida, da história e da memória dessas mulheres.

Ao registrarmos as memórias das professoras quilombolas em uma cidade colonialista e conservadora como ainda é Rio de Contas, não podemos deixar de destacar os principais aspectos do passado escravagista e as heranças do patriarcado responsável por compor a teia ideológica que culminou no elevado grau de injustiças culturais e econômicas contra a mulher negra, atingindo-lhe a identidade, a autoestima, o autorrespeito, bem como, o reconhecimento de sua cidadania pelos demais membros da sociedade, corroborando para a violação a seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Davis (2016) no livro **Mulheres, Raça e Classe** diz que quando alguém conseguir esclarecer os maus entendidos no ponto de vista histórico, sobre a experiência das mulheres negras escravizadas, ela (ou ele) terá prestado um serviço para a humanidade inestimável. Isso nos faz refletir sobre os equívocos que foram construídos ao longo da história das mulheres negras, até os dias de hoje, e o quanto faz-se necessário não só a revisão histórica sobre essa

temática, como também o poder do impacto que as memórias dessas mulheres causarão na luta das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação.

Em sua análise, Davis (2016) narra que no processo de escravidão de homens e mulheres negros (as) as mulheres sofriam de forma diferente, porque exerciam um papel de igualdade em relação ao trabalho, no ambiente doméstico, e na opressão, mas, eram vítimas dos abusos sexuais e outros maus tratos bárbaros que só eram infligidos a elas:

Como mulheres, as escravas eram inerentes vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras da condição de trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p. 20).

Mesmo com todas as dificuldades que essas mulheres enfrentavam ao sustentar o fardo da igualdade em meio à opressão, elas não se bastavam nos castigos e nos estupros, mas sim lutavam e combatiam veementemente o desumano sistema da escravidão. De forma em que Davis (2016) afirma que elas resistiam ao assédio sexual dos homens brancos, defendiam sua família e participavam de paralisações e rebeliões.

No sertão nordestino, não diferente de outras partes do Brasil, se gestou uma sociedade colonial e pós-colonial fundamentada no patriarcalismo. Altamente estratificada entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, entre escravos e senhores, entre brancos e caboclos. O isolamento do sertão, as condições locais de povoamento, as condições ambientais de clima e a formação de uma sociedade patriarcal altamente estratificada influíram nas especificidades das mulheres do sertão (FALCI, 2004).

Mesmo com a herança da memória histórica que discrimina e marginaliza as mulheres negras, sendo legitimada por nossos comportamentos, fruto de nossa educação colonizadora e patriarcal, as professoras de Barra herdaram de suas mães, avós, e outras ancestrais a coragem de enfrentar os desafios do mundo do trabalho, os desafios do “ensinar”, principalmente as professoras mais antigas que não tiveram formação.

A mulher negra sertaneja “emancipada” pós-abolição tinha o direito a liberdade, mas, com limitações herdadas do processo de escravização vivido pelas mesmas, enfrentando o racismo, as responsabilidades de serem por vezes “chefes de família” (FALCI, 2004), e, ainda assim, conseguindo reunir elementos importantes para a formação da construção da sua

memória histórica que deve ser contada e propagada como inspiração para nossas irmãs (os) de luta.

Por esses e outros motivos destacamos em nosso trabalho as trajetórias e memórias do trabalho educativo desenvolvido no quilombo de Barra por essas mulheres negras, Ana Rosa, Josefina, Lídia Cunha, Maria de Diola, Sebastiana, Conceição e Bezinha, memórias de professoras pioneiras da Escola do Quilombo da Barra (1959 – 1972).

Quando inaugurada a Escola Municipal de Barra do Brumado<sup>33</sup> no ano de 1959 quem atuou como professora neste período foi Maria José dos Santos, conhecida popularmente como Maria de Diola, nascida no dia 15 de março de 1941, Maria de Diola nasceu na cidade de Livramento de Nossa Senhora mas foi com 3 meses de nascida para o quilombo de Barra, foi lá que segundo ela, “cresceu, se desenvolveu” e foi alfabetizada por uma das primeiras professoras do quilombo (como narramos anteriormente) Dona Josefina, que em uma das entrevistas, Maria de Diola lembrou do nome do filho de Dona Josefina, Clarindo.

Atualmente Maria de Diola reside na cidade de São Paulo, o responsável pelo intermédio e por gravar as entrevistas e nos enviar foi seu genro, Daniel, também do quilombo, mas que atualmente também reside em São Paulo.

No processo de entrevistas com os moradores e ex-moradores (as), professores e ex-professores do quilombo, acreditamos que por ser uma professora que esteve à frente do ensino de Barra justamente nesse período de transição e institucionalização do ensino, com a construção da escola, seu nome é fortemente lembrado na memória coletiva dos entrevistados. Mesmo com todas as dificuldades que Maria de Diola disse ter enfrentado para ensinar, por conta do descaso público municipal com as comunidades quilombolas, sobre a época em que ensinou Maria narrou:

Eu comecei ensinar muito cedo, tinha de 12 para 13 anos, eu parei de ensinar com 24 anos que foi quando eu casei. Naquela época tinha muita criança que não era alfabetizada, inclusive criança de 2 a 3 anos, como o Carmo, ele tinha 3 anos quando comecei alfabetizá-lo, porque a irmã não podia faltar na escola [...] não tinha quem cuidasse dele e eu mandei ela levar ele pra ela não faltar na escola [...], essa menina se chamava Maria e era filha de um lavrador, que era Odilon. (Maria de Diola, depoimento Oral concedido dia 20 de outubro de 2023).

Essa memória de Dona Maria se encontrou com uma das narrativas de Carmo Joaquim, que é um dos principais entrevistados do nosso trabalho e o atual líder do quilombo de Barra, que ao falar de Maria de Diola sua primeira memória sobre ela foi o período em

---

<sup>33</sup> Atualmente Escola Municipal Izidro Joaquim Silva

que, quando criança, ia para as aulas na companhia de sua irmã. Em seguida perguntei a Dona Maria sobre sua rotina em sala de aula e ela relatou:

Eles eram pequenininhos e eu ensinava todos inclusive quem chegava lá e não sabia, não era alfabetizado [...] ensinava todos igual, o ABC, a cartilha, depois ia pro primeiro livro, até hoje eu me lembro do primeiro livro [*Lembrou-se: no primeiro livro tinha “Lobo Bom, Lobo Mal, que história é essa Lalau”, deu risada*].

Tinha festa de São Sebastião sempre eu era mesária do Leilão, da festa de São Sebastião que eles fazia pra levantar fundos [...] eu já fui no quilombo depois que mudei para São Paulo, revi eles, nem reconheci, porque meus aluninhos estão tão velhinhos que parece que tá mais velho do que eu. (Maria de Diola depoimento oral concedido em 20 de outubro de 2023).

**Figura 7 - Maria de Diola, arquivo pessoal, outubro de 2023.**



A memória coletiva das professoras que atuaram em Barra gira em torno de um ponto em comum: a religião católica. O ensino no quilombo sempre esteve alicerçado à religiosidade da comunidade e é comum nas narrativas das professoras encontramos depoimentos que demonstram uma rotina que se desenvolvia em torno das rezas, ladainhas, e da catequese que era de responsabilidade das professoras, sendo os festejos quase sempre voltados para os padroeiros das comunidades quilombolas, em Barra, São Sebastião.

Na pesquisa de campo observamos que quase todas as casas que entramos no quilombo de Barra possuem um pequeno painel de gravuras de santos afixados na parede que dá acesso à sala de dentro, um altar onde encontramos a presença das seguintes imagens, São Sebastião, Nossa Senhora Aparecida e São Bernardo. Em conversas paralelas com os moradores da comunidade eles disseram que esses são os principais santos de devoção do quilombo, o que vem a explicar o porquê Maria de Diola tem essa memória da rotina educacional/religiosa tão forte, assim como as outras professoras.

A tradição religiosa católica do quilombo é fruto do papel histórico da religião católica no Brasil considerando que todo o quilombo (ou a maior parte dele) se identifica como católico. Nosso objetivo neste trabalho é verificar como foi construída essa identidade. Sendo fato que toda identidade é construída, a principal questão então diz respeito como e por que isso se deu.

Neste contexto, foi considerado que a história da Igreja Católica no Brasil e a religiosidade popular em Barra estabelecida, serviram de trama para a construção dessa identidade, considerando a memória, os aparatos do poder religioso e do poder político. É do nosso entendimento que os negros e índios de Rio de Contas reduzidos à escravidão tiveram de se apresentar como católicos para serem aceitos na sociedade e garantirem a sua sobrevivência (SÃO JOSÉ, 2021).

No início, a cruz foi utilizada como marco de conquista da coroa portuguesa, como no caso da chegada dos portugueses às terras brasileiras, citada por Pero Vaz de Caminha. Entretanto passou a ter outros significados para o povo, como o de determinar o local de culto, assinalar a presença de uma comunidade cristã – mesmo de caráter transitório –, servir de local para preces onde se davam as rezas das ladainhas ou rosários, expressar o culto à paixão de Cristo, indicar o local da sepultura de uma pessoa, manifestar devoção às almas. No caso das comunidades quilombolas, Barra, Bananal e Riacho das Pedras a cruz está erigida no centro das mesmas (CRUZ, 2011).

Foi no ano de 1963 que Dona Maria de Diola parou de ensinar na escola de Barra para ir morar em São Paulo, e por consequência disso a Prefeitura Municipal de Rio de Contas contratou como professora que se chamava Conceição Lopes, nascida em 29 de novembro de 1946 no quilombo vizinho ao de Barra, Riacho das Pedras. Sua filha, Claudete Lopes, ao falar da mãe lembrou-se de imediato: “Minha mãe nasceu no quilombo de Riacho das Pedras e morava lá, só saíram quando foram desapropriado devido a barragem, aí ela veio morar em

barro branco”<sup>34</sup>. Foi a sua filha mais velha, Claudete Lopes e sua irmã Sebastiana Santos Lopes quem nos ajudou concedendo entrevistas e informações sobre a mesma que faleceu em 06 de setembro de 2004.

Sebastiana Lopes nasceu no dia 14 de julho de 1942 residente da cidade de Rio de Contas, é irmã de Maria da Conceição, conhecida popularmente como Conceição, e este ano (2023) completou 81 anos. Sebastiana é uma personagem fundamental para nosso trabalho, pois é através das memórias dela e da época que ensinava que saberemos como era a rotina escolar de sua irmã, Conceição, visto que as duas organizavam as aulas em conjunto, ainda que uma ensinasse no quilombo de Barra e a outra no quilombo de Riacho das Pedras. Quando contatamos Sebastiana ela foi extremamente receptiva à nossa visita demonstrando ter uma memória invejável pela sua idade e por todos os processos de vida que passou.

A ideia do nome Riacho das Pedras foi minha, eu quem registrei o nome Riacho das Pedras. Eu saí de Riacho das Pedras, eu saí antes da construção, as primeiras máquinas chegaram e minha filha Cleide estava com 3 meses de nascida, 03 de julho as máquinas chegaram.

Comecei dar aula com 19 pra 20 anos, aprendi o ABC com Anália Brandão, ela era vó de Lorival Brandão, ela era irmã de Mari Brandão (Maria Brandão) [...] Conceição começou a ensinar no mesmo tempo, ela era mais nova do que eu, mas ensinava junto. Eu em Riacho das Pedras e ela em Barra. Conceição se alfabetizou com Maria de Diola, depois ficou no lugar dela. (Sebastiana, depoimento oral concedido em 04 de outubro de 2023).

Sebastiana ao falar de Riacho das Pedras lembrou-se de sua participação na escolha de um nome para o quilombo, que segundo ela, “não tinha nome certo, chamava de vários nomes”, até que um dia ela olhou para o Riacho que passava entre as pedras e pronto! Achou o nome! Apesar de ser moradora da sede de Rio de Contas o sentimento de pertença às suas origens quilombolas não saiu de suas expressões e sentimentos, como ficou perceptível em suas falas. Em seu depoimento todas as informações foram importantes para a construção do nosso trabalho, pois nele ela lembrou-se de dona Anália Brandão que era irmã de Mari Brandão<sup>35</sup>, mulher de destaque social em Rio de Contas, ela e toda sua família, além de nos

---

<sup>34</sup> Conceição e Sebastiana além de professoras foram vítimas afetadas pela construção da Barragem Luís Vieira que falamos sobre na 1 Seção.

<sup>35</sup> Maria Brandão, campeã da paz, nasceu em Rio de Contas aos 22 de julho de 1900. Militante das causas sociais, vítima de intensas perseguições dos coronéis que comandavam a cidade, Maria Brandão foi em busca de melhores condições de vida em Salvador, lá, montou uma pensão, onde recebia jovens estudantes de todo interior da Bahia e alguns militantes políticos. Não demorou muito para virar referência de pessoa solidária e foi citada no livro de Jorge Amado o “Cavalheiro da Esperança”. Seus feitos a favor dos direitos humanos de forma altruísta e verdadeira e por ter conseguido a maioria das assinaturas em prol da paz na época da segunda guerra mundial, foi agraciada com o título de “Campeã da Paz” emitida pelo governo de Moscou. Maria Brandão dos Reis, mulher negra, comunista (BENEDICTIS, 2016).

trazer uma informação chave sobre a memória de sua irmã, o fato da mesma ter sido alfabetizada por Dona Maria de Diola, a professora que a antecedeu.

Quando eu aprendi as pessoas aprendiam a ler e aprendiam a escrever e não tinha papel, não tinha lápis, não tinha caderno, aprendia na pedra; tinha uma pedra que chamava quadro negro, um quadrozinho que a gente ia escrevendo e desmanchava, porque não tínhamos papel pra escrever e deixar escrito, muitas coisas tinha que gravar na cabeça porque não tinha papel pra recordar o que fez antes, depois de um tempo foi que veio o papel pautado e o lápis, o lápis vinha um pedaço grande de meio metro, aí agora comprava aquela vara, partia e dividia os pedacinhos com os outros.

Eu entrei numa escola pra aprender a escrever, era na cidade, a professora chamava Odete, eu aprendi a ler, mas a escrever era na pedra ou, às vezes escrevia no chão, escrevia, fazia contas, tudo ali, aí depois entrei numa escola e aprendi mais, era uma escola à noite, eu tinha 16 pra 17 anos, mas também em pouco tempo eu aprendi porque a gente já sabia a forma. (Sebastiana depoimento oral concedido em 04 de outubro de 2023).

Duas observações relevantes na fala de Sebastiana, a primeira da dificuldade que era aprender/estudar na época dela e de sua irmã. A falta de infraestrutura, a falta de materiais para o ensino e para os alunos, essas dificuldades não venceram a vontade de Sebastiana e de sua irmã de se alfabetizarem e aprenderem; a segunda observação é a proximidade em que essas professoras se formavam professoras, quando paramos para analisar, não há uma grande diferença de idade entre Maria de Diola e Conceição (ambas professoras de Barra), o que nos mostra que elas “se formavam” cedo e já passavam o conhecimento adquirido à frente.

A partir das narrativas anteriores baseamos nossas perguntas direcionadas a Sebastiana em torno dos festejos e comemorações que aconteciam nos quilombos, visto que a escola era o espaço utilizado para organizar parte das festas e manifestações religiosas e culturais do quilombo. Sebastiana nos contou que as festas aconteciam em todas as comunidades quilombolas, mas que quase sempre aconteciam no quilombo de Barra, porque o quilombo de Barra “é o maior”, possui a escola, a praça e a Igreja.

Sebastiana narrou que participava das procissões com os alunos “que ajudava a arrumá-los e na costura das roupas”. As procissões são expressões sociais de fé; em Barra os sujeitos religiosos se reúnem em caminhadas, num percurso determinado, muitas vezes levando o andor do santo, rezando terços ou ladainhas, cantando hinos de louvores. Quando celebradas durante a festa do padroeiro da comunidade, São Sebastião, rendem glórias e expressam alegria e louvor.

Em suas memórias lembrou-se que tanto ela quanto a irmã ensaiavam bastante com os alunos as apresentações de 7 de setembro, ensaiavam recitais, poesias, ensaiavam quadrilhas

para os festejos de São João, e os alunos iam fardados para determinadas apresentações, como na festa de Nossa Senhora da Conceição. Lembrou-se com clareza da responsabilidade que tinham com a catequese, “sempre 10 horas da manhã, e depois tinha o recreio”.

Eu não senti muita dificuldade pra ensinar, eu pelo menos não tive muita dificuldade porque tomei um curso de aperfeiçoamento em Brumado, foram dois meses de curso do magistério primário, aí já me ajudou muito. Era bom ensinar porque tinha aquele pessoal que não sabia nada, então essa atitude do prefeito de botar uma pessoa para alfabetizar tantas crianças já quase ficando adulto sem nada saber; porque já tinha os velhos que não sabiam nada porque não tinham quem ensinasse e desse tempo pra cá as coisas já tinha melhorado muito; eu achei bom porque pelo menos eles aprendeu e depois teve uns que veio estudar e terminar de aprender aqui, na cidade, nesse meio teve uns que formou e outros ficaram naquilo mesmo que eu ensinei. Foi o dinheiro mais cansado que eu ganhei, mas tinha que ensinar, e o povo aprendeu. (Sebastiana depoimento oral concedido em 04 de outubro de 2023).

Sebastiana e sua irmã Conceição ensinaram até o ano de 1972, quando perguntei sobre as principais dificuldades que enfrentou quando era professora, Sebastiana disse que tudo acontecia ao mesmo tempo, o projeto da barragem, a falta de material para os alunos, as questões pessoais de vida dela e de sua irmã, “era um tempo muito difícil na época comecei a ensinar na sala da minha casa e era para todas as idades, era muito difícil material; o quadro que tinha foi comprado por mim”. Sobre a Alfabetização Sebastiana narrou:

Alfabetização naquele tempo chamava Jardim, tinha até a música: “Nós somos todos do Jardim da Infância, criança linda da cabeça aos pés, somos alegre temos elegância, voltamos sempre só depois das 10, nosso estandarte é buquê de flores, por nosso bloco temos ideal, quem vai na frente são os professores, anunciando nosso festival, já sabemos soletrar, o BABA um B com A o B a BA nós já sabemos fazer conta de somar, de dividir de multiplicar agora nos falta aprender conjugar o verbo amar”. (Sebastiana, depoimento oral concedido 04 de outubro de 2023).

**Figura 8. Sebastiana ao lado esquerdo da foto e Conceição ao lado direito junto com seus alunos de Barra, Bananal e Riacho das Pedras, arquivo pessoal de Sebastiana.**



Ciavatta (2009, p. 40), nos ajuda no processo de leitura da fotografia enquanto fontes importantes para a memória, segundo ela, mais do que documentos escritos, a memória preservada nas fotografias expressa a mudança profunda na materialidade escolar, que acompanha, em cada época, a transformação dos processos produtivos impulsionados pelos objetivos de política educacional, pelo desenvolvimento científico-tecnológico e pela nova organização do trabalho.

A fotografia não fala por si só sobre o que oculta, necessitamos de outras fontes documentais para identificá-la no tempo e no espaço, de modo que saibamos quem a preservou, como está sendo utilizada e com que finalidades. (CIAVATTA, 2009). Sebastiana não se recorda a data exata desta fotografia, mas suas narrativas, o período em que ensinou (ela e sua irmã), juntos aos documentos e comprovações que levantamos nos ajudou a identificar em que época a fotografia foi registrada (entre 1959-1972), além disso, fez Sebastiana lembrar-se desse dia, uma lembrança vaga, com esforço: “acho que foi um desfile de 7 de setembro, eu ajudei a costurar essas roupas para os alunos, eu e minha irmã”.

Importante destacarmos que em nossas observações de campo percebemos uma presença muito importante no processo do trabalho educativo da comunidade, essa presença influencia a educação-não-escolar e também evidencia uma outra “possibilidade de fé” no quilombo: a presença das mulheres benzedeiras/rezadeiras. Essas mulheres durante séculos, tiveram sua história/memória inscrita à margem das estruturas de saber-poder (SOUZAS,

2019). Sobre elas no artigo **(Re)existência “Margarida” – Mulher Negra Quilombola: Identidade, Religiosidade e o Poder de Cura na Chapada da Diamantina – BA**, Souzas (2019, p. 6) narrou:

As benzedeadas e rezadeiras das comunidades quilombolas de Rio de Contas-Chapada da Diamantina (Bahia) cultivam a quietude, característica de pessoas consideradas sabias dentro do quilombo. As palavras, lapidadas no silêncio, inscrevem-se na tessitura do cotidiano das comunidades e movem o processo de cura. Por meio de histórias de vida, é possível conhecer saberes e práticas ancorados na escuta sensível, que também estruturam o legado afro-indígena, incontestavelmente. Evidencia-se por essa via, a da escuta, a esfera da cultura quilombola.

Mesmo as benzedeadas do quilombo sendo quietas e silenciosas, a presença delas nas narrativas dos entrevistados vez ou outra estava presente, de forma sutil, mas, sempre presente, por esse motivo não poderíamos deixar de visibilizar essa presença, essa memória, tão importante, ainda que por vezes não seja dita, ou lembrada, ou notada. Sobre os silêncios e recolhimentos das benzedeadas, diz Souzas (2019, p. 6):

O “recolhimento”, típico do comportamento das benzedeadas e rezadeiras de Rio de Conta (Bahia), é fruto da necessidade do cultivo de uma economia das palavras e da construção de sentidos, na qual subsiste uma das mais sofisticadas tecnologias da comunidade quilombola, o ouvido sensível das rezadeiras que elaboram soluções para os problemas de saúde e do cotidiano nas comunidades.

A memória das benzedeadas e rezadeiras da comunidade de Barra apontam que elas não exercem apenas a arte de benzer, suas atividades cotidianas não se distinguem das atividades das demais mulheres da comunidade. Além da “benzeção”, elas trabalham na lavoura, cuidam dos netos e realizam os afazeres domésticos, que nessas comunidades ainda são tarefas atribuídas às mulheres. Algumas delas se destacam no artesanato, realizando um trabalho identificado como crivo rústico, um tipo de bordado feito em tecido de saco, uma atividade que atravessa gerações na comunidade, o que comprova essa presença no modo de vida da população. Os principais nomes “lembrados” são: Angélica, Rosa, Flor e Margarida.

No seu trabalho **Etnicidade e Cura entre Benzedeadas Quilombolas de Rio de Contas-Ba**, Jesus (2017, p. 47) relatou que as benzedeadas e rezadeiras das comunidades quilombolas de Rio de Contas guardam em suas memórias uma época em que as pessoas dessas localidades se curavam apenas com os remédios caseiros e os rituais das benzedeadas,

pois não existia assistência médica na comunidade. Quando apresentavam algum problema, recorriam aos benzedores e aos raizeiros da comunidade para restabelecer sua saúde.

Vimos até aqui as memórias referentes ao desenvolvimento do trabalho educativo escolar e não escolar em Barra, desafios dos primeiros passos das primeiras educadoras, a conquista da Escola e a chegada de algumas iniciativas políticas que ajudaram neste processo.

Destacamos a posição social e as memórias dessas mulheres educadoras em uma época em que ainda não havia uma atenção aos temas pertinentes em relação à mulher e etnicidade, e agora direcionaremos nossos passos para os entendimentos que surgiram em um passeio histórico do projeto de educação voltado para a área rural entre os anos de 1960-1980 junto às memórias de Bezinha e Carmo.

### **3.4 Memórias e histórias da educação no quilombo de Barra nas década de 1970-1980: a atuação de Bezinha e Carmo na formação dos seus nas décadas de maiores conflitos do quilombo**

Para analisarmos as memórias dos professores que iremos narrar em seguida, antes precisamos entender quais eram as perspectivas de Educação no Brasil nos anos 1970 e 1980, e como essas perspectivas chegaram até esses professores, para que assim, a partir dessas análises possamos evidenciar os impactos dessa nova etapa da então Educação Rural da época no quilombo de Barra.

No Brasil, nas décadas de 1960 a 1980, período de ditadura civil-militar, os professores e professoras sem formação técnica (magistério) ou superior eram conhecidos como professores leigos. O MEC concluiu que nos anos 1982 e 1983, após a realização de um conjunto de ações no âmbito das políticas educacionais, houve melhoras nos índices, mas ainda aquém do necessário, de acordo a Viana e Santos (2018, p. 660-61):

Os dados demonstram que no Norte e no Nordeste era elevado o número de professores não titulados na década de 1980. A resposta dada pelos governos da ditaduracivil-militar foi instituir e coordenar, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, programas governamentais que visavam a capacitar e habilitar os não titulados tais como o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário – PAMP.

Segundo Viana e Santos (2018) a orientação do imperialismo estadunidense, por meio dos acordos MEC-USAID, levou o Brasil a uma série de alterações no meio econômico que influenciou diretamente na Educação do país. Dentre essas alterações está à implementação de uma política educacional que conduziu os processos de financiamento, estruturação e

formação humana por meio de vários programas e projetos, tais como: o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização); os Centros Sociais Urbanos; as reformas do Ensino do primeiro, segundo e terceiro grau; programas específicos de formação de professores com o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP). Essa operação, a política social, e mais especificamente a política educacional, enquadrava-se nas chamadas ações preventivas no projeto de combate ao comunismo e a subversão no Brasil.

A LDB de 1971 destinou o capítulo V, artigos 29 a 40, ao tema da formação docente. A referida lei estabelecia que a “formação será feita em níveis que se eleve progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do país”. Os referidos artigos determinaram os critérios mínimos de formação demandados para o exercício do magistério e definiu que o professor para as quatro primeiras séries do 1º grau devia ter pelo menos, a habilitação específica de 2º grau em curso de três séries (VIANA; SANTOS, 2018).

A referida legislação deixou margem para especulações quanto ao “ajustamento da formação do professor respeitando as características regionais” ao passo que definiu uma formação mínima exigida para o desempenho da função, assim, o governo para dar resposta a estes problemas e alcançar os objetivos de formação de docentes sem titulação implantou programas, projetos ou cursos de capacitação para os professores leigos em serviço por todo o território nacional, porém, a execução desta tarefa se esbarrava na falta de estrutura e logística proporcionadas pelo Estado. (VIANA; SANTOS, 2018).

Inicialmente desenvolveu-se o Programa de Afeição Primário – PAMP, os cursos que eram organizados pelo Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário – PAMP materializavam as ações preventivas de combate à subversão presentes na ideologia do “Imperativo da Segurança Nacional”, sobretudo no espaço rural, local onde emergiram em períodos anteriores a organização de camponeses, a exemplo das Ligas Camponesa e durante a década de 1970, as guerrilhas rurais (VIANA; SANTOS, 2018).

Em seguida veio o Projeto Habilitação de Professores Leigos – HAPROL e o curso de treinamento para professores não titulados. O HAPROL foi fruto de parcerias firmadas entre o Ministério de Educação e Cultura – MEC e os governos estaduais como desdobramento do PAMP. Portanto, esta foi uma ação patrocinada pelo governo do estado da Bahia, por meio do Instituto de Radio Difusão do Estado. Ainda sobre o HAPROL Viana e Santos (2018, p.671-72) disseram que:

O HAPROL tinha um caráter mais amplo do que o Curso de Treinamento para Professores Não Titulados, isto porque garantia ao professor leigo o

certificado de conclusão da 8ª série do 1º grau, [...], ao se analisar o currículo do HAPROL, percebe-se que as disciplinas estavam organizadas em um núcleo comum: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, Organização Social e Política Brasileira – OSPB e Educação Moral e Cívica - EMC; um núcleo profissionalizante composto por: Sociologia Educacional, Psicologia da Educação, Didática Geral, Didática das Ciências, Didática da Comunicação, Didática de Estudos Sociais, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, Recreação e Infantil e Prática de Ensino; e uma parte diversificada: Higiene e Puericultura, Programas de Saúde e Estágio Supervisionado.

De acordo a Viana e Santos (2018) estes componentes curriculares eram importantes para a ampliação da ideologia do Estado ditatorial no interior das escolas e da formação de professores. O PAMP, por meio do HAPROL, buscou, antes de tudo, se configurar como instrumento de controle e formação de docentes (especialmente na área rural), a inclusão das disciplinas EMC e OSPB nos cursos de formação de professores e no próprio currículo escolar do primeiro grau indicavam a necessidade da formação escolar no regime militar voltado ao caráter ideológico, de ordem e progresso, de educação moral e de civismo alienado das contradições sociais e do próprio sistema.

Diversas eram as implicações desse “projeto para a Educação em geral e em especial para a Educação rural, dentre elas, destacamos que os discentes para serem adequadamente colocados no planejamento cívico e técnico de Educação, o educador deveria também ser “disciplinado” para ensinar da forma que o Estado ditatorial planejou para a manutenção da ordem.

Ao estudarmos essas ações preventivas do regime da época percebemos que determinadas políticas sociais, como as educacionais, apresentavam-se como uma antecipação da presença física e simbólica do Estado civil-militar nas mais variadas regiões, sobretudo nas mais pobres, com destaque ao meio rural na região nordeste, essas ações eram desenvolvidas em meio às pressões e manifestações populares (principalmente as que aconteciam nas grandes metrópoles), e a conquista da população do campo, através da Educação, além de ter caráter lucrativo era uma forma da manutenção do poder.

Nesse período, a escola de Barra passou por várias transições e substituições imprecisas de professoras (es), nos relatos conseguimos identificar dois principais membros do quilombo a frente da educação do quilombo, a primeira Isabel Prizilina Pina, conhecida popularmente como Bezinha, moradora e uma das líderes do quilombo, e senhor Carmo Joaquim, Carmo, o atual líder do quilombo.

Bezinha tem 66 anos, nasceu no dia 01 de julho de 1957, filha de uma das matriarcas do quilombo Dona Amancia Martinhia Silva<sup>36</sup> começou a prestar serviços em prol da educação muito nova, em sua memória ela registra que desde os 11 anos ela já ensinava no quilombo pessoas mais novas e mais velhas (inclusive alfabetizou sua própria mãe). Logo após ser alfabetizada por “Netinha de Librinha” ela formou-se como professora aos 14 anos através do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL. O MOBRAL, criado pela Lei Nº 5.370, em 15 de dezembro de 1967, na época do regime militar, como dissemos anteriormente, foi uma iniciativa governamental para erradicação do analfabetismo, que dispunha de um dos maiores recursos já investidos em educação no país: 1% do imposto de renda devido pelas empresas e mais 24% da renda líquida da Loteria Esportiva (MELO; SALES, 2006).

Destacamos aqui que Bezinha foi o meu sujeito pesquisado no trabalho de conclusão em licenciatura em História, **Mulher Quilombola: Trajetória e Memórias de Bezinha** (SÃO JOSÉ, 2021), e que se trata de uma personagem/professora altamente acessível/disponível nas entrevistas e no processo de construção do nosso trabalho. Bezinha é uma mulher de memória inigualável e dentre suas qualidades “a boa vontade” em ajudar a construir a memória/história do seu quilombo é notória, o que a faz essencial no processo de colheita de informações para nossa pesquisa.

Logo após ter participado do curso de formação MOBRAL, Bezinha também ingressou no curso de Habilitação de Professores Leigos – HAPROL. Uma iniciativa do governo do Estado da Bahia no período de transição para período do regime militar (VIANA; SANTOS, 2018).

Para nos ajudar no processo de análise passeamos pelas memórias de Bezinha do período em que ela estudou na escola municipal de Barra e fizemos um comparativo de como a escola era antes e depois quando a mesma começou a ensinar:

Quando eu comecei a estudar a escola se chamava Escola Municipal de Barra do Brumado, tinha só dois cômodos né, a sala de aula e uma cozinha, e uma dispensazinha, depois que ampliou, agora se chama Escola Municipal Izidro Joaquim da Silva, tinha banco, a gente sentava em volta, o que mudou é que hoje tem cadeira pros alunos sentar, tem mais conforto pros alunos, na minha época a gente não tinha merenda, a gente levava de casa, a merenda era: batata cozida, laranja, banana, a merenda que a gente tinha em casa, não tinha água encanada, quando acabava tinha uma moringa, ia de dois, duas pessoas no rio encher essa moringa de água, então, é essa história de quando eu conheci o prédio, mudou [...]; mudou porque tem mais sala, tem cadeira,

---

<sup>36</sup> A mãe de Bezinha foi alfabetizada por Dona Josefina, faleceu em 2023.

tem livros, tem merendeira, de quando eu ensinei, não mudou quase nada não, hoje tem internet né computador, televisão, antigamente a gente contava as histórias dos livros, eu até acho melhor assim, hoje tem as historinhas na televisão, eu gostava muito do jeito que a gente ensinava antigamente, eu acho que aquilo ficava mais na memória dos alunos, a gente contava muita história, de faz de conta. (Bezinha, depoimento oral concedido em 03 de outubro de 2023).

Essa memória de Bezinha nos ajuda a compreender que com o tempo os avanços das políticas públicas da Educação Rural chegavam até o quilombo, primeiro ela narra como era a escola quando estudou e logo em seguida nos traz conexão com o período em que ensinou, destacando as dificuldades, principalmente as de infraestrutura, que com o tempo foram sendo “superadas”.

Ainda sobre as dificuldades que enfrentava no ensino Bezinha relatou que apesar de todos da comunidade viverem uma vida difícil, a pior dificuldade que ela enfrentou em sala de aula eram os alunos que sofriam constantemente de insegurança alimentar dentro de casa, e que por vezes a “merenda” da escola era a principal refeição do dia, mesmo assim ela entrava em sala de aula tentava ao máximo esquecer esses problemas e principalmente fazer com que seus alunos também esquecessem dessa e de outras dificuldades que enfrenavam no cotidiano.

Através do esforço e da emoção causada por essa memória desbloqueada ela disse que os problemas que afetavam às vezes os alunos e alunas eram “os problemas de dentro de casa”, os problemas alheios à escola, mas que na escola com muita dedicação, entrega e respeito a sua profissão, ela transformava essa realidade difícil em peças de teatro, em música, e seguia assim ensinando seus meninos a driblarem as dificuldades da vida com a educação, com a fé e com a arte.

Quando perguntei a Bezinha se o quilombo de Barra recebeu alunos (as) do Riacho das Pedras (comunidade que foi totalmente coberta pela água da barragem) ela disse que tanto Barra quanto Bananal receberam não só alunos (as) como também famílias que vieram morar no quilombo, ainda que a maioria dessa comunidade tenham migrado para outros lugares.

Nas entrevistas quando a mesma falava do período em que ensinou pouco falou sobre dificuldades e sofrimento, esse contexto surgiu na pesquisa por termos a necessidade de entender como ela enquanto professora observava os impactos da construção da barragem no cotidiano dos alunos em sala de aula, e ao perguntar isso para Bezinha ela nos respondeu:

Para nós (do quilombo de Barra) não abalou tanto a construção da barragem, para nossos alunos nem tanto, para o bananal nem tanto, perda total mesmo foi Riacho das Pedras, e aí eu tinha que falar na sala dos benefícios da barragem, dos benefícios que não foi pra nós né, porque nós não tivemos

benefício nenhum, [...], aí eu não falava das tristeza disso com os alunos da manhã, falava mais com os alunos que estudava a noite, que já era pai e mãe dos alunos de dia, já era adulto e tava sofrendo também. (depoimento oral, Bezinha, dezembro 2023).

Essa fala de Bezinha demonstra o cuidado que a mesma tinha de não passar para as crianças que estudavam pela manhã o que estava acontecendo no período da construção da barragem, ao mesmo tempo demonstra que o envolvimento com a turma da noite (já adultos) se desenvolvia de forma diferente. Quando perguntada sobre possíveis reuniões que faziam na escola para montarem estratégias na construção da Associação dos Moradores do quilombo (1987) ela relatou que aconteciam algumas reuniões na escola, na igreja, ou às vezes em Rio de Contas e outras cidades e que ela e seus alunos da noite, por consequência os pais dos alunos que estudavam pela manhã, participavam também das reuniões, mas que de fato era ela e Carmo que estavam sempre presentes em todas as reuniões.

Foi no final da década de 80 para início dos anos 90 que Bezinha, junto a Carmo, passaram a participar das mobilizações da comunidade para conseguirem o título coletivo das terras, neste período também o quilombo recebeu apoio de várias entidades negras para conseguirem alcançar essa conquista, assim, Bezinha se aproximou do fundador do Movimento Negro Unificado Luiz Alberto<sup>37</sup>, personagem que auxiliou o quilombo de Barra em todas as lutas pelo reconhecimento Estatal.

Esse despertar de Bezinha para a luta com seus irmãos veio da necessidade, segundo ela de: “segurança das nossas terras, nossos direito [...] se a gente for olhar a educação também tava ameaçada, porque a água ia acabar com tudo, e nois ia perder nossas terras”.

Mesmo passando por todas essas turbulências entre os anos 70 e os anos 80 com a construção da barragem e os conflitos que foram motivadores de mobilizações, Bezinha enquanto educadora da comunidade defendeu a educação de Barra e tentava passar o melhor para seus alunos (as). Em nossas conversas pouco falava sobre a remuneração do seu trabalho, ainda que sinalizasse que “ganhava pouco”; sabemos da realidade da classe trabalhadora dos professores e professoras da zona rural desse período.

---

<sup>37</sup> Natural do quilombo Baixa do Guai, no Recôncavo Baiano, Luiz Alberto dedicou sua carreira a lutar pelos direitos da população negra. Antes de ingressar na política formal, trabalhou como vigilante e técnico químico na Petrobrás. Como sindicalista, atuou como Secretário-Geral do Sindicato dos Petroleiros (BA), de 1990-1991, e Diretor do Sindicato Único dos Químicos e Petroleiros (2000-2003). Foi um dos fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, e uma das maiores lideranças do coletivo. Defendeu a igualdade racial durante sua atuação na Câmara dos Deputados e integrou a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia (SJDH). Participou também da fundação do PT na Bahia e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos anos 1980, *SITE* àwúre, consultado 05 de Março 2024.

Percebemos os traços da “disciplina” da formação de Bezinha em suas narrativas de forma muito presente, conversando relatou que um dia chegou atrasada na sala de aula e alguns alunos brincaram com ela dizendo: “que ela não poderia entrar em sala de aula, pois se ela mesma sempre cobrava deles o horário de chegar à sala [...]!” essa lembrança à fez sorrir, e em seguida nos relatou que:

Quando eu ensinava a gente tinha mais domínio sob a sala, era mais organizado, não entrava assim, um por cima do outro, tinha organização pra entrar, pra ir pro recreio, pra merenda, cantava antes da merenda, aí depois saía, todo mundo ia brincar, brincar de roda, todo mundo cantava muito, a cultura da comunidade, todo mundo ali sabia as músicas tudo porque a gente cantava junto e assim tudo com obediência e respeito né, a gente cantava muito, cantava as músicas da comunidade, porque o aluno do Quilombo tem que saber né, depois ele sai e tem que saber falar sobre sua cultura, quando for perguntado sobre o que ele aprende na escola do quilombo. (Bezinha, depoimento oral concedido em 03 de outubro de 2023).

Nesta fala de Bezinha o que nos chama atenção é sua preocupação com a cultura da comunidade, e com os alunos saberem dessa cultura, se apossarem dessa cultura, para isso a obediência/disciplina na organização do seu trabalho eram fundamentais.

Sobre os festejos da comunidade e a participação dos alunos (as) e das famílias, Bezinha contou que os mesmos participavam principalmente das festas religiosas católicas da comunidade e das comunidades quilombolas vizinhas, observamos que suas memórias são parecidas com as de D. Maria de Diola e Sebastiana quando a mesma fala sobre a festa de São Sebastião (padroeiro da comunidade), o desfile de 7 setembro e a festa de Nossa Senhora Aparecida.

Para tentarmos compreender como foi essa transição identitária na educação do quilombo no período em que o quilombo passava pelos trâmites de reconhecimento, perguntamos a respeito de qual leitura ela fazia desse período? Segundo Bezinha, eles se reconheciam como “a comunidade de negros” só depois do título (1999) que eles passaram a serem reconhecidos como quilombolas. Como o título foi uma conquista já nos seus últimos anos de ensino, dentro das possibilidades postas, Bezinha disse que sempre passou para os seus alunos que:

Ser quilombola é: nós somos negros, trabalhadores, por sermos negros, quilombolas, eu tenho orgulho, orgulho de passar para os jovens [...], quilombo pra mim é resistência, coragem, sobrevivência, mas para isso é preciso união um com o outro.

Quilombola pra nós é uma honra, uma segurança, nós somos discriminados por sermos quilombolas, eu sou negra mulher de luta, tudo que você fizer na

vida tem que fazer com coragem, e saber passar para os seus o que aprendeu. (Depoimento oral, Bezinha, 18 de outubro, 2023).

Bezinha foi uma professora que ensinou por um longo período de tempo pela Prefeitura de Rio de Contas no quilombo de Barra até se aposentar enquanto professora no ano de 2001, quando perguntamos se em algum momento ela foi ensinar em outro lugar ela nos contou que ensinou por 4 anos do Sapé<sup>38</sup>, um pequeno distrito de Rio de Contas em que ela demorava “três dias de viagem para chegar até lá”, ela não se recorda quem a substituiu no quilombo de Barra, mas de acordo as pesquisas, e ao fazermos a junção e comparação da memória coletiva do grupo, foi Carmo Joaquim quem esteve a frente da escola nos anos em que ela não esteve, em seguida os alunos e outros pediram o retorno de Bezinha para o quilombo, e então ela voltou a ensinar “seus meninos” da comunidade, como é de costume chamá-los, até hoje:

Eu nunca recebi uma queixa da prefeitura, eu aposentei com honra, eu não chamava meus alunos de meus alunos não, eu chamava de meus meninos, às vezes eles faziam alguma coisa de errado na sala ao invés de ir pra casa da mãe no final da aula eles iam lá pra casa, aí agora era uma coisa muita boa, é da saudade, é meus meninos, a maioria me chama de fêssora e búbé, a gente era amigos, eram filhos, era de mãe pra filhos. (Bezinha, depoimento oral concedido em 19 de outubro de 2023).

---

<sup>38</sup> Nos anexos tem uma entrevista em que Bezinha narra às dificuldades que passou para ensinar no Sapé.

**Figura 9 - Bezinha e sua mãe, Dona Amancia, arquivo pessoal, 2021.**



Outra figura importante na luta da comunidade é Carmo Joaquim da Silva, atual líder do quilombo de Barra. Nascido em 16 de julho de 1956, Carmo desde muito pequeno começou seu processo de aprendizagem com Maria de Diola:

Minha primeira professora foi Maria de Diola, mas eu não fui pra lá não como aluno, eu ia com minha irmã, pra não ficar em casa sozinho e ela não perder aula. Minha irmã conversou com a professora D. Maria e ela deixava eu participar das aulas. Falou assim: compra o ABC e dá Carmo pra ele assentar e aprender na escola, eu ficava por lá, sentava no chão mesmo, aí eu comecei ir pra escola. Mas não sabia de nada ainda, não sabia nem cobrir letra, Aí Conceição (outra professora) foi quem começou a me ensinar cobrir as letras. Depois de Conceição eu me afastei um pouco da escola, estava querendo trabalhar, aí eu fiquei um tempo com João de Libinha (um professor temporário que ensinou na escola de Barra, João Trindade), eu ia a tarde, ele me ensinou conta de dividir e tabuada. Eu sai da escola com 13 anos, na 3º série, porque eu fui trabalhar, e depois eu consegui com 13 anos entrar no Mobral, e fiquei por 5 anos. (Carmo, depoimento oral concedido em 04 de outubro de 2023).

Carmo sempre enfrentou dificuldades em suas iniciativas dentro do quilombo por defender e conquistar direitos para a comunidade. Alvo de ataques, perseguições políticas e sociais, enfrentando preconceitos, opressões, discriminações e limitações, ele foi professor de um grupo de alunos (as), de pais que apoiavam os ideais e as iniciativas políticas dele, o que

veio a gerar conflitos e desconfortos entre os moradores da comunidade em determinado período. Sobre sua formação, Carmo narrou:

Comecei como professor leigo na comunidade de Barra, ensinando um grupinho de alunos que eram separados dos outros, “questões políticas”, por isso não podiam estar juntos aos demais na escola pública, então eu ensinava particular em uma casa e depois ensinei no MOBREAL, nos anos 70, ensinava todos os idosos, até meu próprio pai foi meu aluno e aí depois encerrou esse período e começou os professores formados. (Carmo, depoimento oral concedido em 04 de outubro de 2023).

Quando perguntei sobre as dificuldades para ensinar neste período este grupo de alunos que não tinha acesso à escola, Carmo contou que tudo era improvisado e por consequência não era a mesma rotina da escola, então cada aluno (a) levava seu lanche (sua merenda), os pais providenciavam a cartilha do ABC e o restante do material que era utilizado nas aulas, mas apesar de tudo, o principal, ele não deixou de ensinar esse grupo mesmo com as tensões e perseguições políticas da época.

Quando indagado sobre o HAPROL, se ele teria participado desse processo de formação ele externou:

Não. O Haprol foi Bezinha. Porque o Haprol tinha uma questão política, sabe? Porque Bezinha era do grupo político. Tinha um negócio de Arena e “MDB”. Bezinha não ensina o pessoal que era do MDB não que o prefeito não deixava. E eu ensinava numa casa. A muié de Toya foi aluna minha. Antônio Celino que ajudava para manter os alunos. Ensinei o ABC, a escrever, ensinava o que eu sabia. Depois fui pra São Paulo em 1975. (Carmo, depoimento oral concedido em 04 de outubro de 2023).

Esse depoimento de Carmo aponta para os conflitos políticos que existiam na cidade de Rio de Contas e que refletiam no quilombo, natural que fossemos instigados a procurarmos saber quem era o prefeito da cidade da época e em nossas buscas encontramos o nome de: Zeferino Alves Farias, do partido Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido de caráter conservador criado com o intuito de manter os militares no poder, muito se explica o porque dessa perseguição à Carmo e ao grupo que o apoiava, pois, queriam “cortar as asas” deste que já era, e mais tarde, seria o principal líder na conquista por direitos do quilombo.

Após Carmo ter ido trabalhar na cidade de São Paulo ele retornou ao quilombo no final da década de 70 para continuar os estudos em Rio de Contas, cursou magistério e técnico em contabilidade, voltando a ensinar na comunidade e ficando por mais 06 anos em sala de aula. Nesse período Carmo diz ter obtido bons resultados por conseguir estudar no colégio de Rio de Contas, Centro Integrado Riocontense de Educação e Assistência – CIRCEA, assim

como também por ter enviado outros alunos do quilombo para estudar lá. Foi neste período que ele começou a relação com o Pe. Carlos<sup>39</sup>, então fundador/diretor do colégio.

Em 1979 em Junho eu fui para o CIRCEA com 23 anos, comecei pela 4ª série porque para entrar no ensino médio tinha que ter diploma, aí quando eu vim pro Barão de Macaúbas ficava pela manhã e a tarde ficava com os alunos do CIRCEA, pra mim melhorar a leitura, a escrita e o português. Os alunos falavam: nunca vi um “véi” desse tamanho estudando, porque não tinha. Aí dona Marina falou assim: não deboche dele não que lá de onde ele vem não tem. Se tivesse já teria formado. Eu me formei com 36 anos. E eu tinha roça pra dar conta, ainda trabalhava. (Carmo, depoimento oral concedido em 04 de outubro de 2023).

“O estudo sempre chegando de forma tardia às populações tradicionais”, o depoimento de Carmo demonstra o esforço que ele tinha que fazer para sair do quilombo e ir (muitas vezes a pé) estudar em Rio de Contas, assim como vivia dividido entre estudos e os “trabalhos na roça”. Destacamos que foi nesse retorno a Rio de Contas no final da década de 70 para o início da década de 80 que Carmo começou também a se mobilizar politicamente já por conta das sombras da construção da barragem que estava para chegar e transformar radicalmente a vida dele e de todos os moradores (as) do quilombo.

Em seus relatos Carmo disse que no período da construção da barragem ele se afastou do ensino do quilombo para se dedicar as mobilizações e encontros políticos em prol da conquista do título das terras, mas que acompanhava os casos das famílias desabrigadas pela barragem e que algumas foram morar na Barra e por consequência seus filhos frequentavam a escola municipal da comunidade, já outras famílias foram para o Bananal (outra comunidade quilombola) e outros lugares.

Entre os anos 80 e 90 Carmo disse que foram tantos acontecimentos que sua memória por vezes *falha*, mas lembrou-se que ministrou um curso de formação chamado: **Programa de Educação Quilombola Venha Ler e Escrever** promovido pelo encontro entre a comunidade e o Grupo de União e Consciência Negra da Bahia<sup>40</sup>, patrocinado na época pela Petrobrás. Em sua memória lembrou-se que quem o ajudou na articulação desse curso foi Luiz Alberto do MNU.

Sobre as manifestações culturais Carmo narrou que participava de todos os festejos do quilombo, e mesmo na época em que ensinou o grupo de alunos (as) que não frequentavam a

<sup>39</sup> Pe. Carlos que foi responsável pela formação de alguns quilombolas que migraram para Rio de Contas e que fazia parte do círculo dos influenciadores das relações políticas do quilombo, como narramos na seção 1.

<sup>40</sup> Grupo de União e Consciência Negra da Bahia, localizado em Salvador (Bahia) é uma Organização Não Governamental.

escola, ele e esses alunos não ficavam de fora das celebrações religiosas do quilombo. Ensinava as cantigas tradicionais da comunidade, o samba do mendengó/bendengó e as rezas, que segundo ele, era para fazerem bonito na festa de São Sebastião.

Observamos como era intensa a jornada de trabalho dessas professoras (es), de Carmo, elas se desdobravam entre ensinar, costurar, cuidar de suas casas e família, cuidar da roça. Ele estava entre as mobilizações políticas e sempre presente na escola, na educação da comunidade, se deslocavam a pé, por vezes à longa distâncias, além de, por terem poucos recursos para desenvolverem o trabalho educativo no quilombo, enfrentavam diversas limitações durante o processo, e tinham que (através de mais trabalho) reinventar, reinventar a educação de forma muito singular, mas não desistir, seguir firmes nos propósitos de formação dos seus rumo a possibilidades de reconhecimento e por consequência uma qualidade de vida melhor.

Marx(2017) dizia que jornada de trabalho não é uma grandeza constante, mas variável, uma de suas partes é determinada pelo tempo de trabalho requerido para a reprodução contínua do próprio trabalho, mas sua grandeza total varia com a extensão ou duração do mais-trabalho, com isso, analisamos que a jornada de trabalho das educadoras (es) do quilombo é determinável, mas é também indeterminada, essa variação se move no interior de limites físicos e sociais, “porém ambas as formas de limites são de natureza muito elástica e permitem as mais amplas variações” (MARX, 2017, p. 306). É nessa jornada de trabalho educativo que as professoras do quilombo trabalhavam de 8 a 10 a 12 a 14 [...] horas.

O trabalho educativo desenvolvido por Bezinha e Carmo e outras professoras e professores que passaram pela escola nesses anos foi de grande importância para as conquista da titularidade da terra e do esforço por construir conhecimento e pertencimento da comunidade ao quilombo. O trabalho da memória foi muito importante nesse processo, pois é ela que desempenha um papel precípua no processo de reprodução social. Neste sentido, “como toda sociedade é, necessariamente, produção do novo e reprodução do mesmo” (SANTOS, 2021, p. 139), não resta dúvidas de que o desenvolvimento do trabalho educativo na comunidade e sua continuidade está condicionado pelos processos de preservação e ação pela mediação da consciência no âmbito das relações sociais (SANTOS, 2021, p. 139).

No próximo tópico descreveremos e analisaremos as memórias das manifestações culturais que existem e “re-existem” no quilombo através do trabalho educativo escolar e não escolar desenvolvido na comunidade. No geral percebemos que toda a cultura do quilombo opera harmonicamente com seu modo de vida e esperamos evidenciar como a cultura do artesanato e do samba do mendengó/bendengó contribui direta e indiretamente para os

reconhecimentos públicos e a construção da identidade da comunidade em nossos próximos passos.

### **3.5 Manifestações culturais, trabalho e educação: memórias do artesanato e do samba do bendengó/mendengó**

Para analisarmos as memórias das manifestações culturais do quilombo de Barra, partimos do entendimento que a intervenção humana intercambiada com a natureza e sua consequente transformação no meio não geram a cultura de forma aleatória, segundo Mello e Santos (2022, p. 94) “essa construção se dá por meio do conhecimento que, por sua vez, tem a educação como processo mediador de intervenção e construção”.

Ainda que Trabalho e Educação sejam categorias independentes, não estão dissociadas, pois os fenômenos que delas decorrem são frutos de suas interconexões mútuas e contínuas, expressas na “educação cultural” (MELLO; SANTOS, 2022), com isso, podemos considerar que, ao produzir seus meios de vida, os moradores (as) e professoras (es) do quilombo de Barra também produzem cultura e “trabalham de acordo com uma determinada cultura” (TIRIBA, 2021).

Nos registros históricos e na memória do nosso país é comum encontrarmos narrativas que dizem que o negro tem uma cultura própria. Concordamos com isso, é claro que tem. Essa cultura veio de nossa origem africana. Determinadas formas de comportamento, maneiras de se organizar, modos de habitar que pertencem ao modo de vida da população negra. De acordo a Nascimento (2021) existe uma cultura realmente histórica e tradicional que seria a cultura de origem africana e uma outra cultura também histórica, mas que foi forjada nas relações entre brancos e negros no Brasil. O Quilombo nestes registros aparece como lugar de resistência da cultura negra:

Quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade. Passou a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência cultural. Tudo, de atitude a associação, seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra. Hoje, o Vinte de novembro é data instituída de fato no calendário cívico nacional como Dia da Consciência Negra ou Afro-Brasileira. (NASCIMENTO, 2021, p. 161).

Dessa fala extraímos para nossas análises da cultura do quilombo que as ações do quilombo no curso da história/memória ressoam no tempo presente com outra pulsão de vida, ou seja, a ancestralidade, o artesanato, a música (o samba do mendengó/bendengó), a

religiosidade (cristãos curandeiros, benzedeadas), a oralidade e outros aspectos culturais da diáspora africana no Sertão, se tornam elementos que possibilitam “o ser e estar no tempo e no espaço” através dos corpos, que saem da “condição de objetos” e constituem uma nova identidade cultural para além da condição moderna que os subalternizou, viabilizando a criação de novos cenários que medeiam os corpos e as contrariedades das experiências cotidianas da vida real, formando uma base contestatória para as verdades históricas provisórias vigentes (NACIMENTO, 2021).

É o trabalho educativo do quilombo que conecta através da educação escolar e não escolar as expressões culturais presentes na comunidade desenvolvidas no seu modo de vida, nas memórias dos (as) entrevistados (os), educação, religiosidade, artesanato e o samba do mendengó/bendengó traduzem em nossas interpretações esse corpo negro de cada indivíduo do quilombo, que ao juntarmos suas particularidades nos auxilia na compreensão de sua identidade (em constata construção/transformação).

Souza e Tiriba (2020) ao procurar uma definição para o conceito de cultura com base na perspectiva marxista anunciou que essa perspectiva demandaria esforço no sentido de relacioná-lo com a materialidade dos processos de formação do ser social, o que está umbilicalmente vinculado às relações sociais de produção da existência. De acordo as autoras é preciso levar em conta as relações históricas que, mediadas pelo trabalho, os seres humanos estabelecem com a natureza e com outros seres humanos, sendo estes entendidos também como elementos da natureza; “considerar a ação humana que transforma o meio ambiente, modificando-o e modificando-se e, com isso, produzindo cultura” (SOUZA; TIRIBA, p. 306-307). Logo, cultura e modo de vida são conceitos que se complementam.

Modos de vida pressupõe a compreensão de que, ao trabalhar, produzimos cultura e, ao mesmo tempo, trabalhamos de acordo com determinada cultura. Nessa perspectiva Souza e Tiriba (2020) pensam que o conceito de cultura do trabalho pode contribuir para o entendimento dos nexos existentes entre economia e cultura nas comunidades tradicionais, bem como sua relação com o modo de vida e, de forma mais ampla, com o modo de produção da existência humana. Ainda sobre a cultura do trabalho Souza e Tiriba (2020, p. 307) dizem:

Sendo construída e transmitida no processo laboral, a cultura do trabalho remete a objetivos, formas e intensidades de dispêndio da força de trabalho, a maneiras de pensar, sentir e se relacionar com o trabalho. Requer compreender a divisão do trabalho e as relações entre tempo de trabalho e tempo livre para lazer/ócio. Em última instância, é determinada pelas formas de propriedade dos meios de produção e pelas relações de produção que as classes e os grupos sociais, historicamente, estabelecem entre si,

considerando também o papel dos sistemas simbólicos na vida social e, em especial, os valores morais atribuídos à atividade do trabalho.

A partir dessa argumentação observamos a cultura no quilombo e constatamos que a mesma vai se materializando no cotidiano através do trabalho associado, nas relações que os(as) trabalhadores(as) estabelecem entre si, relações essas mediadas pela questão de classe, raça, etnia e gênero. Essa cultura e sabedoria popular ancoradas na experiência fazem com que os moradores e moradoras, professores e professoras de Barra resolvam os dilemas de seu cotidiano (SOUZA; TIRIBA, 2020).

O modo de vida em Barra, desde seu surgimento foi pautado no artesanato, é um misto que gira em torno da memória da tradição e da memória da sobrevivência como conta Carmo:

As camas eram 4 foquilha, 1 gancho, aí botava as varas amarrava, cama era assim [...] nois fazia peneira, , trançava sexto, fazia chapéu, fazia até chapéu de seda da palha para os festejos, aí tinha as mulher do Giló (uma outra comunidade) que tinha o tear, era a sogra de nêná, a mãe de Vado, a mãe de Vavá ta viva ainda hoje, Chiquinha e Maria de Fernando, fazia os panos, toalha de mesa, coberta.

Não tinha mesa lá em casa não sabe, a comida era servida no chão, colocava a esteira de palha no chão e forrava com a toalha, essa toalha só era usada na semana santa. Era 3 tipos de linha, a linha fina, linha mais cheia e uma chamada de Lanzudo para cobertor. O cobertor era muito quente, de algodão, até hoje eu tenho, quando viajo pra Romaria ainda tenho ele. Nas romarias as mulheres faziam os sextos de papelão e enfeitava com bananeira. (Carmo Joaquim, depoimento oral concedido em 04 de outubro de 2023).

Essa memória de Carmo nos traz o desenho de como o artesanato<sup>41</sup> é presente no cotidiano da comunidade e ele encontra-se com a narrativa de Bezinha quando ela nos disse ter desenvolvido habilidades para bordar ainda muito nova, que nem se lembra da época em que começou a bordar, mas que já fazia desde muito tempo, também disse em uma das nossas entrevistas que: “é uma coisa que a faz estar mais perto de Deus”. Detalhou em sua fala como eram feitas as roupas de vestir, as roupas de cama, os sacos de levar a feira para casa, as anáguas para as mulheres, entre outras coisas:

---

<sup>41</sup> De acordo a Lemos (2011) nos conceitos básicos destacados no PAB25 (Portal de Artesanato Brasileiro), temos a definição de artesão como o trabalhador que, de forma individual, exerce um ofício manual, transformando a matéria prima bruta ou manufaturada em produto acabado. Tem o domínio técnico sobre materiais, ferramentas e processos de produção artesanal na sua especialidade, criando ou produzindo trabalhos que tenham dimensão cultural.

Já o conceito de Artesanato, compreende toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (possui valor simbólico e identidade cultural), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios (LEMOS, 2011).

A pessoa fiava o algodão e levava para tecer lá no Giló (outra comunidade de Rio de Contas que não é quilombola), minha mãe fiava até hoje algodão [...] tem uma bainha aberta do nosso bordado que valoriza nosso trabalho e dá um certo tom de sofisticação. (Bezinha, depoimento oral concedido em 03 de outubro de 2023).

Bezinha, nas entrevistas disse que o artesanato para o quilombo foi um dos meios de sobrevivência para os moradores e moradoras de Barra, para ela e sua família. É ainda mais importante no processo de independência financeira das mulheres do quilombo, no trabalho educativo, pois as professoras costuravam roupas para os seus alunos, como narramos anteriormente, ajudavam nas confecções dos festejos religiosos, utilizavam dos aprendizados para produzir peças para dentro de suas próprias casas e algumas comercializavam seus produtos no quilombo, em Rio de Contas e nas cidades vizinhas.

Essa memória de Bezinha nos faz reafirmar que, nos modos de produção da existência, materializados em modos de vida, “economia e cultura vão se enredando histórica e cotidianamente nas relações sociais que homens e mulheres estabelecem no processo social” (TIRIBA, 2021, p. 413). O que nos leva a inferir que a afirmação de que um modo de vida pressupõe a existência de modos de luta como forma de resistência.

Já o samba do Mendengó ou Bendengó, segundo Bezinha e Carmo, é uma manifestação do samba de roda própria das comunidades quilombolas de Barra, Bananal e Riacho das Pedras. Desde pequenos eles participavam do samba, aprendendo as cantigas e o ritmo com os seus familiares, as professoras (es) e os mais velhos do quilombo. Bezinha narrou que todos podiam dançar o Mendengó, porém, em sua infância as crianças eram separadas dos adultos na hora de dançar o samba, e que ela e os amigos (as) faziam uma roda à parte para sambarem e entoarem as cantigas. Esse é um dos principais versos do samba do mendengó que representa a memória singular dessa manifestação cultural:

Mamãe, papai  
Titia cadê vovó?  
Mamãe, papai  
Titia cadê vovó?  
Hoo, é do Mendengó  
Hoo, é do Mendengó  
(Samba do Mendengó)

É importante destacar que o samba de roda foi à primeira expressão cultural de matriz africana no Brasil reconhecido como Patrimônio Imaterial da Humanidade pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), de acordo a Doring (2016), uma

política afirmativa de reconhecimento importante num país com histórico de políticas e discursos racistas que procura omitir, diminuir, embranquecer as participações e criações negras na construção sociocultural, estética e política do nosso país.

Partindo do entendimento da afirmação de modos de vida (neste caso uma célula, o samba de roda) como patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, condição de existência humana, identificamos esse reconhecimento como um elemento de resistência para a população negra e todas as comunidades tradicionais, ao mesmo tempo que é também a negação de outros modos de produção da vida social, “os quais, de alguma maneira, se entrelaçam em menor ou maior grau, de acordo com as determinações dos contextos históricos de luta por hegemonia” (SOUZA; TIRIBA, 2020, p. 307).

Segundo o IPHAN (2004) existem diversas formas culturais que fazem parte do samba de roda em sua configuração atual que podem ser encontradas desde o século XVII em registros históricos, sempre relacionados ao universo dos negros e transmissão dos saberes através do processo natural de hereditariedade dentro dos próprios grupos.

A transmissão dos saberes envolvidos na realização do samba de roda mendengó/bendengó na comunidade de Barra é feita por meio da observação e da imitação. Desde criança os moradores e moradoras do quilombo observam, escutam e começam a imitar a dança, as palmas e os toques rítmicos do samba. Bezinha conta que na escola ela ensinava as crianças o samba do mendengó/bendengó principalmente no recreio (intervalo), mas que era de costume sempre em datas comemorativas da escola ou da comunidade eles fazerem um samba.

Sobre os instrumentos que compõe o samba do bendengó/mendengó, o principal deles é a —Caixal, feita da madeira do pau de óleo ou de casca de umburana, em que se tira a casca e põe para “curtir”, se faz um quadrado, amarra com um cordão e passa cera, pega-se o coro de boi e põe por cima da caixa de madeira; a caixa é tocada com varetas também de madeira, narrou Bezinha. Hoje em dia já identificamos outros instrumentos que foram sendo introduzidos no decorrer do tempo, mas a caixa é o que há de mais original e específico do samba do mendengó, além das palmas que seguram o ritmo e contagiam todos que estão dentro e fora da roda para que entrem no samba, que é um dos aspectos mais preservados da cultura e da memória africana da comunidade. O samba acontecia também em meio as rodas do “reizado”:

Na Barra tinha (tem, só que não com a mesma frequência) o reizado. Usava a caixa (casca de umburana), pandeiro, triângulo, tamborim, violão, cavaquinho, zabumba, em algumas rodas flauta. Não tinha roupa própria não, só depois dos projetos dos governantes. O reizado era mais rápido, o

samba do mendengó demorava mais. Também tinha chula e cocô, jogava os versos um pro outro [...]. (Carmo, depoimento oral concedido em 04 de outubro de 2023).

As pessoas que fazem o samba de roda tocam os instrumentos disponíveis. Esta expressão utilizada para que se perceba a complexidade das relações entre, por um lado, como a participação dos instrumentos no samba de roda é conceituada pelo músicos, e por outro, a maneira como é posta em prática. Veremos que certos instrumentos mesmo os muitíssimo valorizados, nem sempre estarão disponíveis para uso. Na verdade perfeitamente possível fazer um samba de roda sem instrumentos: cantando, batendo palmas eventualmente batendo ritmos nos objetos que estiverem à mão (IPHAN, 2004).

A característica da vestimenta do samba de roda era livre, e com o tempo é que foi se padronizando com as saias rodadas nas mulheres e as roupas mais padronizadas dos homens. O samba do Mendengó acontecia (acontece, só que não com a mesma frequência) nas celebrações das missas na igreja, principalmente no festejo do padroeiro da comunidade de Barra, São Sebastião, no mês de Janeiro. Nas rezas dos terços nas casas da comunidade e também junto ao reizado (SÃO SOJÉ, 2021).

Tanto Carmo quanto Bezinha são lideranças vivas do samba do mendengó no quilombo de Barra, ambos reforçam que o Mendengó é o samba da resistência, que conta o dia a dia do povo do quilombo, suas vivências e a dos seus ancestrais. Bezinha disse “não ter preço levar a frente o que os seus ancestrais deixaram”. Como exemplo, o manejo com a mandioca que por muito tempo foi um dos principais alimentos para a sobrevivência da comunidade. Ela conta que se aproveitava tudo da mandioca e que a farinha e a goma inspiraram até na criação de um samba de roda:

Não mexe com esse nego,  
que esse nego foi meu pai quem criou  
Ele veste camisa de meia  
Ceroula preta  
Chapéu de vapor  
Ê seu bêju ta bom de virar  
Ê seu bêju tabom de virar.  
(Samba do Beiju cantado por Bezinha)

As letras do samba de roda são cantadas em português, ainda que tenham um ou outro dialeto de origem africana, já o conteúdo e a forma variam de acordo com cada região, em Barra, a vida cotidiana (o modo de vida) é presente nas rodas de samba. É comum a todos os “estilos” de samba de roda, no entanto, que os textos sejam em grande parte improvisados e

oriundos de ditos e canções populares. Antigas expressões cantigas e contos se mesclam com acontecimentos cotidianos, e, sobretudo, com acontecimentos imediatos da performance. Por essa razão, uma única melodia pode ter texto variados, bem como um mesmo tema pode ser entoado de diversas formas. Algumas canções tratam de assuntos locais, relatando fatos contemporâneos ou históricos segundo Graeff (2015).

Como dito a cima, essas manifestações da tradição da cultura e da religiosidade do quilombo fazem parte direta ou indiretamente da formação do indivíduo que cresce e se desenvolve no quilombo de Barra através do seu modo de vida. Esses são os elementos que nos ajudaram a identificar como a identidade desses sujeitos é cotidianamente construída com o auxílio dessa memória coletiva e através da preservação da cultura da comunidade por meio da educação escolar e não escolar do grupo.

Tanto a religiosidade, o artesanato e o samba do mendengó estão conectados no modo de vida do quilombo, de tal forma que é quase impossível separá-los até mesmo na pesquisa. Observamos que a educação é o principal transporte dessa mistura, a escola é o espaço físico de apoio, as educadoras (es) são as intermediárias (os) do processo de simbiose existente entre a religião, o artesano e o samba do mensengó/bendengó.

## 4 CONCLUSÃO

As discussões realizadas no campo da memória quilombola até o presente momento surgem como uma necessidade de compreendermos/interpretarmos/resinificarmos a memória coletiva e histórica da população negra do Brasil e do mundo, a fim de construir análises epistemológicas, acadêmicas e sociais que auxiliem na construção de abordagens racionais capazes de ajudar no processo contínuo de transformação da sociedade como um todo e nas particularidades que competem às questões sociais da população negra.

A proposição desta dissertação foi abrir possibilidades para pensarmos a memória enquanto categoria ontológica do ser social e a educação do quilombo de Barra em Rio de Contas-BA a partir de análises que partem das reflexões do Orí (da cabeça), do corpo e da ancestralidade que se materializam no modo de vida e nas relações de trabalho pertencentes a essa população, a essa classe social; neste sentido, foi necessário pensar a memória coletiva do grupo em uma perspectiva materialista por meio das narrativas dos entrevistados e entrevistadas que se desenvolveram com expectativas de reconstrução da dignidade do passado e das memórias que foram silenciadas desses descendentes de escravizados do Alto do Sertão da Ressaca.

Objetivou-se demonstrar ao longo da primeira seção como a memória histórica e coletiva do quilombo de Barra contribuiu na luta pelo reconhecimento do território pelo Estado Brasileiro e na construção da identidade do “ser” quilombola, através de uma abordagem histórica que nos possibilitou compreender como cada etapa deste processo foi desenvolvida, considerando todos os tipos de memória que foram coletados, através das entrevistas, bibliografias, pesquisas e documentos do Arquivo Municipal de Rio de Contas.

Assim, partindo dessas pesquisas foi possível narrar o naufrágio do navio negreiro dos descendentes do quilombo, sendo essa a principal memória coletiva que caracteriza o “início” da cidade de Rio de Contas e da comunidade de Barra e a ocupação do território riocontense pelos primeiros colonizadores no século XVII, como também analisar as principais memórias (sociais, históricas) que marcaram a população de Barra e que alteraram seu modo de vida, a exemplo da construção da barragem Luís Vieira, projeto do Estado Federal que escancarou os conflitos de cor e de classe existentes naquele território.

Dentro dos dados coletados da memória histórica da cidade de Rio de Contas, constatamos a relação de poder entre as classes existentes entre o povoado de Mato Grosso e o quilombo de Barra, além do racismo escancarado que necessita de embates e enfrentamentos cotidianos. Os preconceitos e as discriminações enfrentados pelas

comunidades interferem no acesso a melhores condições de trabalho, a uma melhor educação, a uma melhor qualidade de transporte público, à saúde, que os proporcionariam melhores condições de vida. Partindo das observações materialistas, o marcador social que aponta para esses problemas sociais existentes entre Rio de Contas, os distritos de moradores brancos e o quilombo ainda é a referência colonial do negro na exploração das relações de trabalho, um dos fatos históricos responsáveis pela divisão de classes em nosso país, e que em sua constituição, mesmo após a libertação da escravatura, por vivermos em um mundo capitalista, desfavorece a população negra.

Com a conquista do título das terras no quilombo ser quilombola perpassa pela memória identitária de lavrador e ao mesmo tempo pela identidade quilombola que permanece em constante construção. Evidenciamos que a identidade de lavrador passou a dividir espaço, na elaboração positiva da identidade social junto à identidade étnica-política de quilombola após as políticas públicas de reconhecimento e redistribuição pelo Governo Federal, e, que, se outrora, identificar-se como quilombola era ser estigmatizado nas relações cotidianas, hoje existe um outro lugar de pertencimento e reconhecimento à essa identificação, o lugar de garantia de direitos e de quebra de barreiras históricas, econômicas e sociais para essa e outras comunidades remanescentes.

Na segunda e última seção relatamos as memórias em torno do desenvolvimento do trabalho educativo e da educação no quilombo de Barra, e a partir de análises de documentos históricos e das narrativas das professoras (es) identificamos as contribuições do trabalho educativo nas lutas pelas conquistas alcançadas no quilombo, e, como essa educação ajudou/ajuda no processo de apropriação e identificação do ser quilombola.

Questões importantes presentes na memória coletiva do grupo a respeito de como a comunidade conquistou à acessibilidade a educação, quais foram às primeiras professoras a ensinarem no quilombo e como elas (eles) conseguiram construir a escola municipal Izidro Joaquim da Silva foram levantadas e nos orientou a observarmos as práticas pedagógicas escolares e não escolares presentes na escola e fora dela, como a relação de simbiose existente entre a educação e a religiosidade, o artesanato na escola e em geral no modo de vida da comunidade, e o samba de roda característico e próprio do quilombo, o Bendengó (ou Mendengó).

Por fim, destacamos como a educação no quilombo foi e é basilar para a conquista de direitos da comunidade e para auxiliar na construção da identidade quilombola. Todas essas manifestações da tradição cultural, religiosa, social do quilombo são presentes na educação, assim como a educação é parte fundamental na vida de todos (as) do quilombo para essa

“identidade” que é cotidianamente reconstruída e resignificada através da memória coletiva e histórica da população, de antes, e depois do quilombo remanescer.

Desta maneira, sabemos dos nossos limites neste trabalho, temos consciência que a ciência como um todo e qualquer proposta teórica deve permanecer aberta à críticas, possibilidades, e em constante construção, entretanto, nos esforçamos para revisitar e registrar a memória do quilombo de Barra, trazendo para o espaço acadêmico as memórias/histórias dessa comunidade que foram subalternizadas e silenciadas, na intenção de promover diálogos, discussões e análises que contribuam na garantia e manutenção de direitos dessa população, no combate ao racismo institucional/social, na análise das complexidades que envolvem o sujeito quilombola na realidade material e concreta dessa classe que existe e resiste na sociedade capitalista, para que assim, a partir dessas compreensões, possamos refletir, reivindicar, lutar, e traçar novas metas e possibilidades para nossos interesses coletivos, assim como, entender um pouco mais sobre nós mesmos.

Se auto afirmar/identificar quilombola, nordestino, é acordar todos os dias e ao olhar no espelho encarar a herança de um passado violento que perdura e que em nossa sociedade tem classe e tem cor. A escolha do negro como mão de obra escrava abriu uma ferida social nas pessoas pretas que até então não se curou e não sabemos quando irá se curar. O modo de vida dos moradores e das professoras (es) de Barra e a forma como expressam, enaltecem, preservam suas memórias e histórias é a forma mais potente que a comunidade encontrou de “resistir”, de forma concreta, passando a frente o legado de luta, vitórias e derrotas para os seus.

A educação pertencente ao modo de vida peculiar do quilombo exerceu papel fundamental na conquista por direitos e na preservação da cultura da comunidade, percebemos isso quando analisamos as memórias que aqui foram evocadas por nossos sujeitos de pesquisa. Mesmo o quilombo passando por tantos conflitos eles não desistiram de educar as gerações que são responsáveis por levar a frente o legado de luta desses trabalhadores (as). O trabalho, o modo de vida próprio dessas pessoas, as lutas, a cultura e a educação foram algumas das atividades que sustentaram a produção da existência dessa comunidade, bem como a transição do entendimento das pessoas que vivem no quilombo da barra da comunidade de negros (como eram chamados) para quilombo remanescente. É também através dela que os moradores (as), alunos (as) da comunidade vão construindo sua identidade cotidianamente.

O trabalho da memória e da educação (escolar e não-escolar) foram de grande importância na luta do povo quilombola da Barra, tanto no esforço de professoras e

professores que passaram pelo quilombo por ensinar o conhecimento sistematizado escolar (esforço esse prejudicado pela histórica ausência de políticas educacionais que atendessem às pessoas na área rural, especialmente o povo negro remanescente de Quilombo), quanto pela apropriação/ressignificação das tradições culturais, como o samba do Mendegó, na luta pela conquista do território e o difícil enfrentamento ao racismo estrutural no Brasil que sintetiza a opressão étnica e de classe do povo negro nesse país.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Gilberto Orácio. As benzedoras do Rio de Contas e os desafios às ciências sociais. **Revista Nures**, n13 – Núcleo de Estudos Religião e Sociedade – Pontifícia Universidade Católica – SP ISSN 1981-156X – Set/Dez de 2009.
- ALMEIDA, Ceila Sales D. **Feminismo negro**: a luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Cristina Grobério Pazó. 2016. 114f. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) Faculdade de Direito de Vitória - Vitória, 2016.
- ALMEIDA, Sandro Henrique de V. **O conceito de memória da obra de Vigotski**. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mitsuko Aparecida Makino Antunes. 2018. 177f. Dissertação. (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo, 2004.
- ALENCAR, Cristina Maria M. Trabalho, educação e cultura camponesa em elementos de modos de vida contra-hegemônicos. *In*: ALVES, Ana Elizabeth Santos; TIRIBA, Lia. **Cios da terra: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo**. Uberlândia: Navegando, 2022.
- ANSARA, Soraia; DANTAS, Bruna Suruagy do A. Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva. **Athenea Digital**, 15(1), 207-223, mar. 2015.
- ARAKAWA, Maria de Lourdes Pinto e. **As minas do Rio de Contas**. Salvador: Autora, 2006.
- BENEDICTIS, Nerêida Maria Santos Mafra. **Memória e geografia social de mulheres de Rio de Contas – Bahia**: a participação feminina no processo de organização de uma sociedade. Orientadora: Profa. Dra. Rita Radl Philipp. 2016. 232f. Tese de Doutorado (Memória, Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2016.
- BELUZO, Maira Ferreira; TONIOSSO, José Pedro. O mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, v.2 (1), p.196-209. 2015.
- CAPINAN, Ubiraneila. **O quilombo que remanesce**: estudo de caso acerca dos impactos da política pública de certificação e de titulação do território sobre a identidade étnica dos quilombos remanescentes Barra e Bananal em Rio de Contas, Bahia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2009.
- CARDOSO, Cássia Eugênia Reis S. **O processo de construção identitária da comunidade quilombola da Barra – Rio de Contas / Bahia**. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lídia Cardel. 2009. 205f. Dissertação. (Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB Vitória da Conquista, 2014.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Orientadora: Profa. Dra. Cecília Maria Bacellar Sardenberg. 2012. 383f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2012.

CIAVATTA, Maria. A cultura Material Escolar em Trabalho e Educação. A Memória Fotográfica de Sua Transformação. **Revista Educ. e Filos.** vol. 23, n.46, p.37-42, jul/dez. 2009.

COSTA, Antonio Marcos; RODRIQUEZ, Joventina Firmina; NASCIMENTO, José Mateus. As “categorias da memória” e “memória da educação profissional” nas concepções de Jaques Le Goff, Maurice Halbwachs e Maria Ciavatta. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, Brasil, v.29, n.1, p.59-75, jan/abr. 2020.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade da discriminação da raça e gênero. **Revista Estudos Feministas**, nº1, p.1-16. Salvador. 2002.

CRUZ, Salete Aparecida D. **Identidades cambiantes nas comunidades quilombolas de Rio de Contas, no alto do sertão baiano**. Orientadora: Profa. Dra. Claude Lépine. 2011. 237f. Tese de Doutorado (Ciências Sociais – Júlio Mesquita Filho), Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DORING, Khatarina. Dona Nicinha de Santo Amaro e Dona Zelita de Saubara: matriarcas negras do Recôncavo baiano. *In*: SANTANNA, Marilda. **As Bambas do Samba: Mulher e Poder na Roda**. EDUFBA, Salvador, 2016.

DUARTE, Newton. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: a dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 71, Julho/00.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. *In*: PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. 7ed. São Paulo: Contexto, p.199-228, 2004.

FILHO, Argemiro Ribeiro de Souza; VASCONCELOS, Albertina L. Bananal: Trabalho e vivência em uma comunidade de negros. **Politeia: Hist. E Soc.**; Vitória da Conquista, v.1, n.1, p.247-268, 2001.

FLORESTAN, Fernandes. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982.

GRAEFF, Nina. **Os ritmos da roda: tradição e transformação no samba de roda**. 1. ed.. Salvador: EDUFBA, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

IPHAN. **Samba de roda do recôncavo**, Bahia, 2004

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho**: Trânsitos Culturais, Comércio e Cores nos Sertões da América Portuguesa. Século XVIII. EdUESB, Vitória da Conquista, 2012.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Espanã Editories, S.A, Madrid, 2002.

LEMOS, Marly Edny S. **O artesanato como alternativa de trabalho e renda**: subsídios para avaliação do programa estadual de desenvolvimento do artesanato no município de Aquiraz-Ce. Orientação: Prof. Dr. José Almir Farias. 2011. 111f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará – UFCE, Fortaleza, 2011.

LIMA, Aline Cardoso. **A voz que quer ser ouvida e precisa ser escrita**: memórias afetivas de mulheres negras “sozinhas” morarodas da cidade de São Francisco – MG (1979- 2010). Orientadora: Cláudia de Jesus Maia. 2019. 190f. Dissertação (Pós-graduação em História) – Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Minas Gerais, 2019.

MARTINS, Lígia Márcia. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica. 2011. 250f. Tese. (Concurso Público Para Obtenção de Título de Livre-Docente em Psicologia da Educação Junto ao Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista) Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho- UNESP. Bauru, 2011.

MARTINS; Marco Antonio Matos; MESSEDER, Marcos Luciano Lopes. Arraiais de Rio de Contas: uma comunidade de cor. **Caderno CRH**. Suplemento, p. 36-49. Salvador. 1991.

MARX, Karl; ENGELS; Fredrich. **A ideologia alemã**. Lisboa: Presença, 1932.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. O método da economia. In: MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. S[ao Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELLO, Fábio M.; SANTOS, Marisa O. Memórias sobre trabalho e educação em casas de farinha. In: ALVES, Ana Elizabeth Santos; TIRIBA, Lia. **Cios da Terra**: Sobre Trabalho, Cultura, Produção de Saberes e Educação do Campo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

MELO, Roseli Rodrigues D; SALES, Sheila Cristina Furtado. Relação educação popular. In: ALVES, Ana Elizabeth Santos; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (Org.). **Lugares e sujeitos da pesquisa em história, educação e cultura**. São Carlos: Pedro e João, 2006.

MIRANDA, Juliana Coelho. **Arraiais negros do Rio de Contas (Chapada Diamantina Bahia)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia- Relatório Parcial de Bolsa de Aperfeiçoamento do CNPQ). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2009.

MOREIRA, Núbia Regina. **A organização das feministas negras no brasil**. 2. ed. EdUESB, 2018.

NASCIMENTO, Maria Beatriz d. O quilombo como sistema alternativo. *In*: RATTTS, Alex (Org.). **Uma História Feita Por Mãos Negras**: Beatriz Nascimento. ZAHAR. São Paulo, 2021.

NASCIMENTO, Maria Beatriz d. Escravismo, fugas e quilombos. *In*: RATTTS, Alex (Org.). **Uma História Feita Por Mãos Negras**: Beatriz Nascimento. São Paulo: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Maria Beatriz d. Movimento negro e cultura. *In*: RATTTS, Alex (Org.). **Uma História Feita Por Mãos Negras**: Beatriz Nascimento. São Paulo: Zahar, 2021.

NETTO, José P. **Introdução aos estudos do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

**ÔRÍ**. Direção de Raquel Gerber. Brasil: Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda, 1989, vídeo (131 min), colorido. Relançado em 2009, em formato digital. Disponível em: Prime Vídeo. Acesso em: 30 de Mar. de 2023.

PALMARES. Fundação Nacional. **Tabela das comunidades quilombolas**. disponível em: [http://www.palmares.gov.br/wpcontent/uploads/2016/01/TABELA\\_CRQs\\_COMPLETAAtu alizada-31-12-2015.pdf](http://www.palmares.gov.br/wpcontent/uploads/2016/01/TABELA_CRQs_COMPLETAAtu alizada-31-12-2015.pdf). Acesso em 07.abr.2023.

PAU-FERRO, Carlos Landulfo D. S. **Samba do “bendengó”**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BiLL2OZmh3k>. Acesso em 13.Julho.23.

PEREIRA, Carlos José D. C. Rio de Contas o parque artesanal do sertão. *In*: PEREIRA, Carlos José da Costa. **Artesanato e Arte Popular Bahia**. Progresso, 1957, Salvador.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Ed: Contexto, São Paulo, 2007.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15. 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212. 1992.

RATTTS, Alex. **Uma história feita por mãos negras**: beatriz nascimento. São Paulo: Zahar, 2021.

REIS, Rodrigo Ferreira. **Beatriz Nascimento**: quilombo como simbologia da diáspora. Encontro Estadual de História: Usos do Passado Ética e Negacionismos, Santa Catarina ISSN 2316-1035, Ago, 2022.

REIS, Rodrigo Ferreira. **Ôrí e memória**: o pensamento de Beatriz Nascimento. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano XIII, NºXXIII, abril/2020.

ROCHA, Renata Trindade. Rio de Contas. *In*: ROCHA, Renata, Trindade. **Sobrados e coretos: breve história de dez municípios do interior da Bahia e suas bandas contempladas pelo projeto domingueiras**. Bahia: Coleção Apoio, 2005.

SÃO JOSÉ, Géssica Maria S. **Mulher quilombola**: trajetória e memórias de Bezinha. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2021.

SANTOS, Alexandre d. Jesus. **Memória e ontologia do ser social**: contribuições a uma teoria marxista da memória. Orientador: Prof. Dr. Claudio Eduardo Felix dos Santos. 2021. 273f. Tese (Doutorado em Memória, Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2021.

SANTOS, Cláudio Eduardo F. **Relativismo e escolanovismo na formação do educador**: uma análise histórico-crítica da licenciatura em educação do campo. Orientadora: Profª. Drª. Celi Nelza Zülke TaffarelTese. 2011. 268f. (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2011.

SANTOS, Maíra. **A falta de voz quilombola no canto brasileiro**: as consequências da desvalorização da terra quilombola pelo Estado brasileiro. Independent Study Project School for International Training Brasil: Cultura, Desenvolvimento e Justiça Social. Rio de Contas, Maio 2005.

SERPA, D. **Lugar de preto x lugar de branco**. Soweto à Brasileira. Marie Clarie, nº 49, Rio de Janeiro, p.80-85, abril de 1995.

SILVA, Leonice de J. **Etnicidade e cura entre benzedeiros quilombolas de Rio de Contas-Ba**. Orientadora: Profª Drª Raquel Souza. 2017. 119f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Jequié, 2017.

SOARES, Cécilia Moreira. **Mulher negra na bahia no século XIX**. Orientador: João José Reis. 1994. 126f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, 1994.

SOUSA, Maria Aparecida Silva. **A conquista do sertão da resseca**: povoamento e posse de terras no interior da Bahia. EdUESB, Vitória da Conquista, 2001.

SOUZAS, Raquel. (Re)existência “Margarida” – mulher negra quilombola: identidade, religiosidade e o poder de cura na Chapada da Diamantina – BA. ODEERE: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB**. ISSN: 2525-4715 – Ano 2019, Vol. 4, n.7, Jan/Jun de 2019.

TRAVESSO, Enzo. **Melancolia de esquerda**: marxismo, história e memória. Ed. Âyiné, Belo Horizonte, 2017.

TIRIBA, Lia. **Modo(s) de vida e modos de produção da existência humana**: ensaio teórico-metodológico. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v.13, n.2, p.407-419, ago. 2021.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara B. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **R. Educ. Públ.** Cuiabá, v. 24, n. 56, p. 405-428, maio/ago. 2015.

TIRIBA, Lia; SOUZA, William Kennedy do A. Culturas do trabalho, educação e produção da existência: entre quilombolas, castanheiros e seringueiros. **Revista da ABET**, v. 19, n. 2, Jul/Dez. 2020.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, v.3, n.6, Rio de Janeiro. 1990.

VIANA, Elane Marcia; SANTOS, Cláudio Eduardo F. política de formação de professores leigos na ditadura civil-militar e a memória de educadores no sertão da Bahia (1967 – 1983). **Tempos Históricos**. Vol. 22. 2º Sem. p. 659-678. 2018.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, EdUERJ, 1995

## ANEXO A

### Entrevistas Carmo e Bezinha

#### **5 de abril de 2023 Carmo Joaquim da Silva (principal líder do quilombo e presidente da associação dos moradores):**

Começou com o DNOCS, quando o DNOCS chegou ficamos felizes porque prometeu muita coisa, uma vitória pra nós, nós ia ser vitorioso [...] O DNOCS prometeu escola de primeiro grau até a 8º série, prometeu o mini posto com médico 2 vezes por semana, enfermeiras de segunda a sexta, morando na comunidade, prometeu uma agrovila pra gente ficar na zona rural! Pronto! Aí todo mundo entregou o documento, eram 10 escrituras na região, nos anos 70, a nossa tinha sido entregada a poucos dias (de sua família), era tudo feito a mão, não poderia tomar 1 pinga de chuva, me lembro que fui correndo atrás com 1 sacola de pão, atrás da escritura da minha família.

Eu levei a situação pro jornal da tarde, para Margarete (moça que trabalhava no jornal) lá no caminho das árvores, eu não sabia escrever, ia falando e ela ia escrevendo, ia e voltava quase todo dia [...] iai, quando eu chegava o DNOCS estava atrás de mim, o DNOCS contra mim, os órgãos do Estado contra mim, não sei como eles não me mataram! Pense aí, no tempo na ditadura! Não morri pelas graças de DEUS! Aí alguém me orientou: tu não passa no meio da rua não que fulano tá morrendo de raiva de tu, o engenheiro, ele vai jogar o carro em cima de tu e dizer que foi tu quem pulou na frente dele, ele vai te matar ou te machucar, e eu fiquei atento, não passava em qualquer lugar [...] eu ia muito em Dona Célia e pro colégio, é o lugar que eu ia.

E aí começamos a luta, mas demorou, ainda era Memorial Zumbi ainda e Pró-Memória, o Pró-Memória nos acompanhava, o pró memória é do Governo Federal Clara Alvin, ela é viva, ela vinha uma vez por mês pra reunir com a gente, ela era do governo mas estava contra o governo, ela era muito amiga do Padre Carlos, Padre Carlos ia acompanhar a gente até um certo tempo, depois parou de ir porque brigou com o engenheiro, e ele falou que se ele fosse lá que ele ia avançar na cabeça do engenheiro com aquela injustiça, aí ele não foi mais, colocou professor Genivaldo para representar a igreja, o bispo não quis nos ajudar, mas, mesmo assim o Padre Carlos encarou [...] aí conseguimos com a visita dessa entidade negra de Salvador [...].

Qual a dificuldade, só tinha um telefone aqui de Chiquinho Nogueira que funcionava pra todo mundo, aí ligaram e mandaram me chamar. Aí eles vieram em um sábado pra conversar, aí eles conversaram aqui com o pessoal da associação, que tinha aqui associação dos pretos e associação dos brancos na cidade, os clubes, no domingo foram pra lá e ficaram o dia todo, iai nós fez as manifestações, depois fomos visitar Mato Grosso, que eles queriam conhecer a história, porque Mato Grosso é diferente de nós, toda vida Mato Grosso foi diferente de nós, população branca e tinha mais coisa do que nós, aí nós fomos pra lá, e a noite eles tinham que voltar pra Salvador, e eu fui com eles de carona, pra casa de minha irmã... aí, começamos o entrosamento com a UNIJOROCAN e a Fundação Palmares, Gilberto foi um dos criadores, e foi o Movimento Negro quem pediu a criação da fundação, porque não podia um Estado Negro que não tivesse uma entidade negra, aí Sarney foi e extinguiu tudo! É direita, aí veio pra acabar com tudo, fechou o pró-memória, fechou Memorial Zumbi, que os funcionários também era do Governo Federal né [...] mas aí resistiram, aí pronto! Aí fiquei por lá, eles queriam me ajudar, queria que eu formasse pra trabalhar em Salvador pra ficar lá, mas eu não fui, consegui um serviço por aqui e fiquei por aqui mesmo, pra ajudar meus irmãos [...], minha irmã trabalhou com eles lá, ficou um tempão até adoecer [...] e a Associação se tornou

Associação em 87, logo quando eu formei, foi uma mulher da SUDENE, aí eu contei a situação nossa, aí ela falou assim: por que vocês não criam uma Associação aí eu falei: não dona nois não sabe o que é isso não, nois não sabe criar, aí ela falou, pede Sayonara pra ajudar, aí Sayonara disse que ajudava, ela era estagiária do Pró-Memória [...] aí no dia 16 de agosto de 1986 convoquei umas pessoas pra escrever uma ata e depois dona Lili corrigiu.

E aí começamos, mas continuamos a luta, fomos ser titulados em 1999, conseguimos mandar uma carta para o Ministério Público pra conseguir a titulação, mas o DNOCS continuava com projeto pra gente, pra Barra (RIACHO DAS PEDRAS E BANANAL JÁ HAVIAM SIDO AFETADOS DRASTICAMENTE COM A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM) e o DNOCS falava assim pra nois: vocês vão continuar aí, vão virar peixe [...] e aí, no dia 03 de março de 1987 nois fizemos uma reunião grande, porque nossa Associação era pequena, era só da Barra, o Bananal não estava incluído, tinha 2 pessoas do Bananal em 1999, Evaristo e Joscelino que tinha entrado, Riacho das Pedra não tinha ninguém, aí eu fui chamando o povo, que a gente ia fazer o reconhecimento de tudo, aí eu chamei Vivi Trindade para lavrar essa Ata, fomos pra Igreja e fizemos o pedido pra mandar pro Ministério Público, pra gente ser reconhecido e titulado, apressado pra expulsar o DNOCS, aí a Fundação Palmares visitou a gente, mandou uma pessoa, aí já tinha telefone no Mato Grosso, aí todo dia 1h da tarde tinha de ir pra Mato Grosso receber a ligação, aí marcava o dia pra conversar, aí mandou o INCRA, o serviço, mas o INCRA não fez o serviço direito, porque o INCRA que titula, aí o INCRA chegou 1h da tarde e instalou, já tinha energia, 1999 já tinha energia, aí dei um quarto lá em casa pra eles ficar, aí instalou uns aparelhos na praça, fez um marco, aí quando foi 2h da manhã me chama que já tinha terminado o trabalho, eu falei não [...] a Fundação Palmares me ligou e perguntou: Carmo, como foi? Aí eu falei: terminou no mesmo dia, foi 12h de serviço, “e eles foram no território?” não eles ficou só aqui na praça, não foram em lugar nenhum, ta mal feito, aí eles mandou o INTERBA, nesse tempo era o INTERBA, hoje é o CDA, aí o INTERBA veio com 5 engenheiros, aí nois se espalhou, ficamos 5 dias, começamos no Riacho das Pedras, aí eles fizeram tudo direitinho, eles dormia aqui, nós não tinha dinheiro pra pousada não.

Aí Dr Dulce Maria segunda presidente da Fundação Palmares marcou pro dia 18 de dezembro, mas não teve avião pra ela sair de Brasília, e a estrada pra Barra estava atolando demais por conta da chuva, e as moças da Fundação Palmares já estavam aqui, ficaram lá em casa quase 1 semana, aí [...] eu queria com uma missa, conversei com a diocese, chamou um Padre que era amigo meu Jacks de Rio do Pires, ele era Francês e ficava lá em casa quando fazia Missão, aí [...] não deu certo dia 18 de dezembro, só deu certo dia 22 de dezembro de 1999, aí fizemos a missa de posse e assinamos o documento oficial, aí doutora Dulce pediu: vocês têm que registrar isso o mais rápido possível Carmo, se não o DNOCS revoga isso aí e nós teremos de fazer tudo de novo [...] mas eles não mexeram não.

Aí eu vim pra Rio de Cotas mas o cartório não sabia registrar título comunitário, só título particular, aí eu fui no cartório de imóvel e foi uma confusão, queriam me mandar pra Salvador, aí eu falei: Salvador não, a mesma coisa que faz lá aqui também pode fazer, eu peço informação em Salvador, aí registramos! Dia 26 de dezembro oficializou, eles não mexeu, o DNOCS... e eles tinha arrumado um lugar pra nois ir pra lá pra Bom Jesus da Lapa, aí Padre Carlos falou: vou pesquisar onde é esse Sítio do Mato, lá não tem água, e uns queria ir e outros não, aí Padre Carlos falou: cêis num vai não, ceis encara aí que o trator não passa por cima de vocês não.

### **Entrevista Carmo concedida em 04 de outubro 2023:**

Ser quilombola é ser a resistência [...] primeiro tem que ter a resistência, porque quem não resistiu não chegou a ser quilombola [...] para ser quilombola resistimos todo esse

sofrimento toda essa discriminação desde do/ da descoberta, quando os bandeirantes chegaram, quando segregaram os negros, foi muito sofrido para os nossos antepassados, a gente não sabe dizer se foi Antônio, José, Maria só sabemos que isso existiu, mas estava ali escondido em uma região depois chega um grupo que obriga você trabalhar como escravo de umas pessoas diferentes de você e depois você não ter direito nem de repousar, de pernoitar uma noite naquela vila que você trabalha porque você é inferior aquele povo se você ficar, você suja, você mancha, foi muito sofrido para nosso povo está em Mato Grosso trabalhando o dia todo em horário escravista é um horário duro de sol a sol, de claridade a claridade, quando se enxerga trabalha e quem, e quem é errado no outro dia ainda tem o castigo da noite, então subia e descia todo dia 8 km de serra para lá e para cá e tinha que dormir na senzala para não acontecer de sujar a raça branca [...], a segregação foi ai, para não sujar a raça, para não ter uma mancha na raça, o branco era puro e o negro era impuro, não tinha alma, era um animal de trabalho, animal de carga, trabalhava a troco de roupa e comida.

**Entrevista Carmo concedida em 04 de outubro de 2023:**

Conceição que foi minha professora fazia parte dos movimentos populares, das rezas, do samba, da encomendação das almas. Tanto que ela casou e passava semana santa lá em casa. As professoras faziam a festa junina, fazia dia 07 de setembro. Tinha o recreio que se ensina o samba de roda, até a própria catequese que não tinha a catequese na igreja, então as próprias professoras nos ensinava. Toda quinta-feira ia até 10 horas a catequize, depois tinha as lições, cartilha de infância Brasileira.

**Entrevista Bezinha ex-professora do quilombo, 24 de outubro de 2023:**

Ensinar pra mim foi aprender, ensinar pra mim foi uma casa que eu tinha com meus meninos, eu amo de coração, um aprendizado, uma coisa boa, vivência, e aprendi muito com eles, eu aprendi muito, no carinho, uma coisa gostosa de criança pequena, pra mim foi um grande presente que Deus e São Sebastião me deu [...] já falando de Barra e do Sapé, no Sapé eu ensinei crianças e adultos, além disso, nois fazia o culto porque lá não tinha, celebrava novena de Natal e a Sacra, levei o Padre lá, ele celebrou uma missa, fiz muito movimento lá, ia para o gerais e Rio da Cacha, acabei ficando uma pessoa amada por lá, no Sapé eu levava merenda na cabeça daqui de Rio de Contas, chegava lá em casa na Barra eu descansava, no outro dia eu ia, quando dava, quando não dava eu dormia no Caiambola, 03 dias eu acabava de chegar no Sapé, levava na cabeça, e hoje eu agradeço a Deus, é por isso que hoje eu estou andando, [...] quando eu chegava lá eu fazia merenda, além de levar na cabeça, dava todo mundo, eu dava o prato, eu ensinava quarenta alunos durante o dia, e 35 a noite, todo mundo me agradecia e falava: Deus te ajuda dona Izabê! Deus te ajuda! todo dia eu recebia esse Deus te ajuda.

Eu não sei ficar sem criança, se eu pudesse eu tinha uma ONG para as crianças estar comigo o tempo todo para eu estar cuidando. Se você for pensar você aprende mais do que ensina, porque ali é o tudo é isso aí, reconhecimento ensinar. Os meninos me ajudava, caçava lenha pra cozinhar a comida [...].

**ANEXO B**  
**Fotografias da pesquisa de campo e documentos do APMRC**

**Figura 10 - Arquivo Municipal de Rio de Contas, Abril, 2023**



**Figura 11. Carmo Joaquim da Silva em frente a sua casa no Quilombo, registro tirado pela pesquisadora na pesquisa de campo dia 05 de Abril, 2023.**



Figura 12 - Jornal A Tarde, 1999.

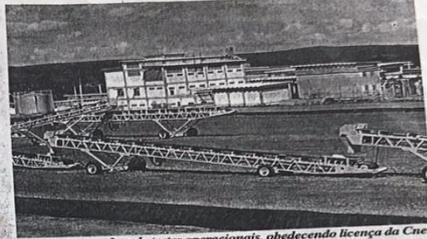
**Gestante**

Mais um convênio, assinado este ano, contempla a gestante castelense e atende uma antiga reivindicação, conforme observou o gerente de Produção. Segundo ele, a Casa da Gestante procederá a atenção à parturiente. "Vamos doar todo o material necessário para a casa, além de uma ambulância moderna, com capacidade para UTI móvel, avaliada em R\$ 70 mil".

Até mesmo a Casa de Anísio Teixeira entrou nos planos da indústria que, em parceria com a prefeitura e a Fundação Banco do Brasil, fará a doação de equipamentos de informática e acervo bibliográfico. "Existem outras contrapartidas, como a construção de barragem para captação de águas claras. Além de atender ao projeto, essa água também atenderá à comunidade em

possibilita uma produção melhor de concentrado, além de a extração ser mais fácil e mais barata. "O investimento no Ceará seria em torno de R\$ 120 milhões, enquanto aqui foram in-

da esperada, em 34 áreas. "É um alinhamento norte/sul, cortando os municípios de Lagoa Real e Castelié, sendo que as mais distantes estão a 30 Km uma das outras", explicou.



A INB está em fase de testes operacionais, obedecendo licença da Cnen

## Remanescentes de quilombo recebem títulos de domínio

As 74 famílias remanescentes do quilombo conhecido como Arraiais Negros, em Rio de Contas, vão receber, na quarta-feira, do governo federal, o título de domínio da terra ocupada por seus antepassados desde a escravidão. Essa será a segunda comunidade formada por descendentes de escravos a ter reconhecimento oficial de propriedade que o presidente Fernando Henrique Cardoso editou, em 27 de outubro, medida provisória que deu à Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, a responsabilidade de conceder os títulos aos quilombolas.

A fundação, criada em 1988, no ano do centenário da abolição da escravatura, trabalha na identificação dessas áreas desmuniadas, onde vivem aproximadamente 80 mil brasileiros. A primeira a ter o título de reconhecimento de domínio após a medida provisória foi Curiaú, no Amapá - a próxima deve ser Mangal, na Bahia. Quilombola era o nome dado aos escravos

refugiados nos quilombos, palavra que, no dialeto africano de origem, significa capital, povoamento, união.

### Processo

Realizado com o apoio do Exército e dos governos estaduais, o trabalho até a concessão dos títulos é longo e complexo, envolvendo antropólogos, agrônomos e historiadores, entre outros profissionais pós-graduados. São feitas pesquisas sobre a história e a tradição oral das comunidades, além de levantamentos em cartórios de documentos sobre as terras ocupadas. A partir daí emite-se um laudo. A área é emarcada.

Durante o processo, são consultados o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Secretaria de Patrimônio da União, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária (Incra) e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Paralelamente, são implantados projetos culturais e de desenvolvimento sustentado, seguindo a vocação das comunidades. Em Arraiais Negros, foi encontrada uma produção de artesanato de alta qualidade, que poderá ser destinada à exportação. A partir da titulação, os quilombolas passam a ter direito a créditos governamentais e a capacitação nas áreas de meio ambiente, de produção agrícola e até de informática. Convênio entre a Fundação Palmares e os programas Universidade Solidária e Alfabetização Solidária permite a essas populações, também, o acesso à educação formal.

A presidente da Fundação Cultural Palmares, Dulce Maria Pereira, ressaltou que, com a iniciativa do governo, os quilombolas deixam de estar vulneráveis a invasões de suas terras. Elas passam a ser consideradas territórios culturais, o que fortalece a preservação das tradições dos moradores.

Jornal - A Tarde Municípios - 28/12/1999

Figura 13 - Ofício enviado ao gerente do DNOCS em 1998, registro encontrado no APMRC

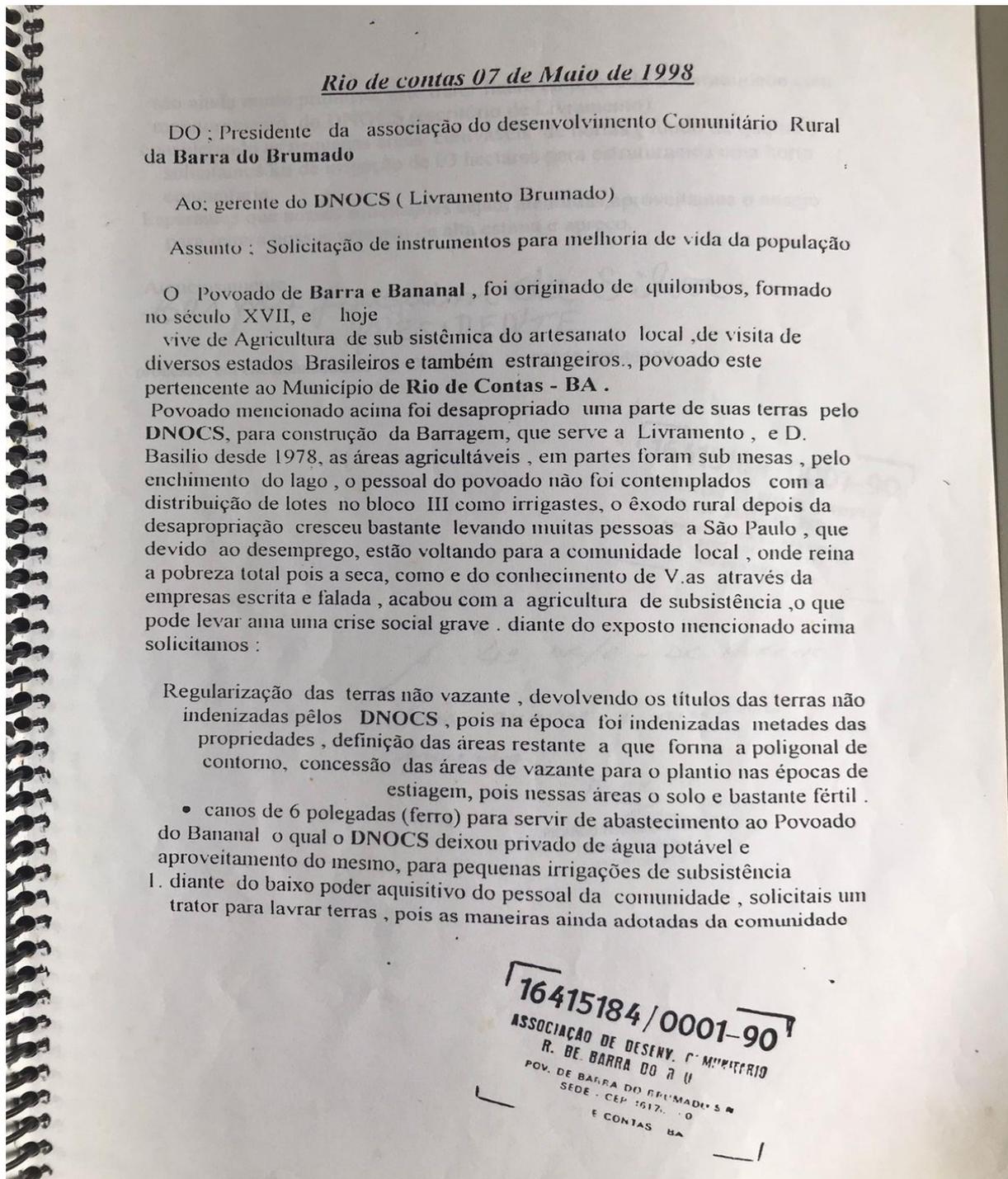


Figura 14. Recibos da Comissão de Acompanhamento do DNOCS, 1987, documento encontrado no Arquivo Municipal de Rio de Contas, Abril, 2023.

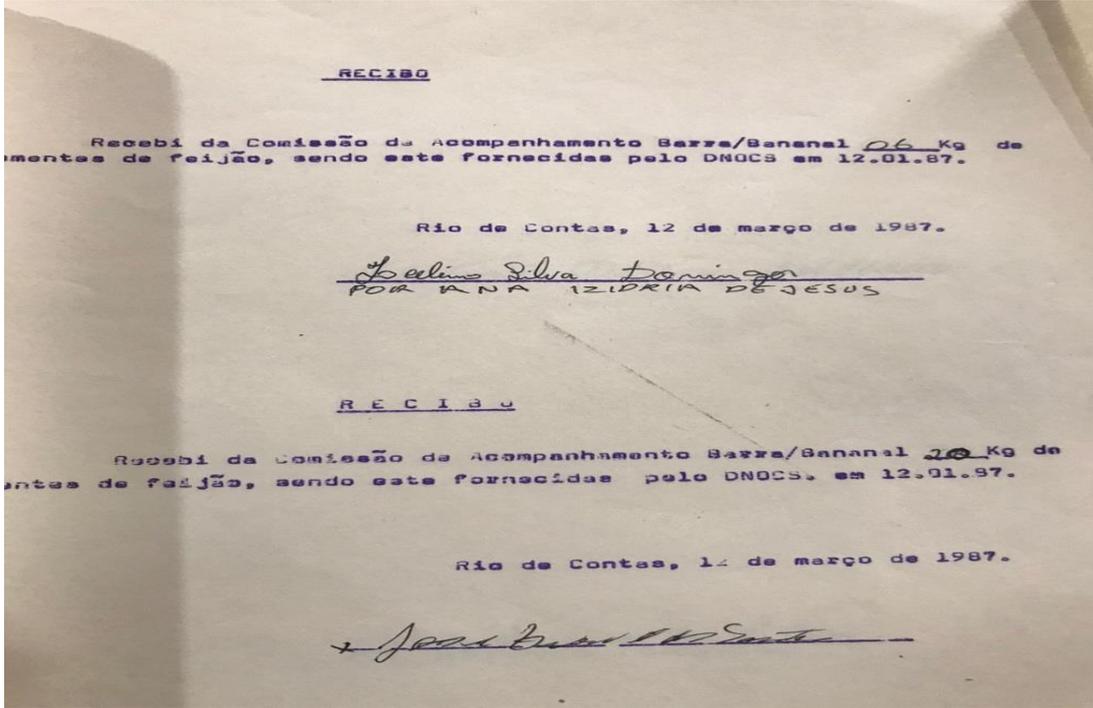


Figura 15 - Ata de reunião, Março, 2003, documento encontrado na Associação dos Moradores, Abril, 2023.

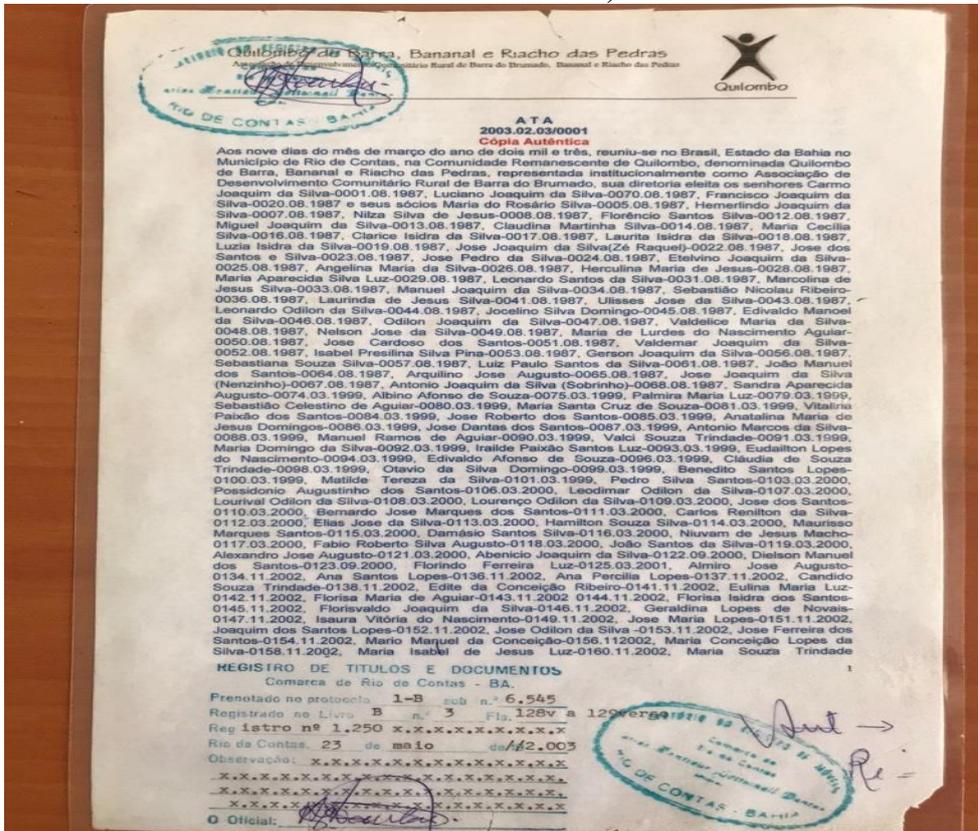


Figura 16 - Ata de reunião, Março, 2003, documento encontrado na Associação dos Moradores, Abril, 2023.

Quilombo de Barra, Bananal e Riacho das Pedras  
Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural de Barra do Bramadé, Bananal e Riacho das Pedras



0163.11.2002, Rosalia Maria de Jesus-0164.11.2002, Sebastiana Santos Lopes-0165.11.2002, Terezinha Maria de Aguiar-0166.11.2002, Valdeci Maria da Silva-0167.11.2002, Valdete de Jesus Santos-0168.11.2002, Helita Domingos Neves-0169.11.2002, Manuel Ramos de Aguiar-0170.11.2002, Paulo José Augusto-0171.11.2002, Damiano Sant'Ana de Souza-0173.11.2002, Isabel Vicência de Oliveira-0174.11.2002, José Batista dos Santos-0178.11.2002, José Agostinho dos Santos-0179.11/2002, José Afonso de Souza-0180.11.2002, Juraci Silva Santos-0181.11.2002, Mariano de Jesus Santos-0182.11.2002, Odílio Agostinho dos Santos-0184.11/2002, 0185.11.2002, Pedro José dos Santos-0186.11/2002 e Sinval Joaquim da Silva-0188.11.2002, para mudar a estrutura administrativa da associação assim como o seu estatuto e eleger sua nova administração depois de três meses de discussões e a criação dos Conselhos Comunitários resolveram que sua estrutura ficara composta de três membros no Conselho Curador como segue: o Conselho Comunitário da Barra, Conselho Comunitário do Bananal, e o Conselho Comunitário do Riacho das Pedras, sete membros na Diretoria Executiva como segue: Luciano Joaquim da Silva, Coordenador Geral, Juliana Maria dos Santos Coordenador Administrativo, Lindaura Tereza da Silva Coordenador Financeiro, Edmundo Ramos Albuquerque Coordenador Jurídico, Leonardo Odilon da Silva Coordenador Técnico da Barra, Manuel Ramos de Aguiar, Coordenador Técnico do Bananal, Otavio da Silva Domingos Coordenador Técnico do Riacho das Pedras, e três membros no Conselho Fiscal como segue, Maria Aparecida Lopes Presidente eleito por sorteio, Isabel Presilina Silva Pina membro, Eudalton Lopes Nascimento membro, e seus suplentes que serão indicados pelos Conselhos Comunitários caso seja necessário, ficando acertado que o (Eudalton Lopes Nascimento) será o Presidente em 2004 e (Isabel Presilina Silva Pina) o Presidente em 2005 todos os sócios e toda comunidade presente referendaram por unanimidade a nova Administração e o novo Estatuto que será assinado por todos os membros da nova Administração eleita e registrado em cartório junto com esta ATA no prazo Máximo de trinta dias, e por nada mais terem a tratar, assinam e deliberam encerrar a reunião, Eu Carmo Joaquim da Silva lavrei a presente ata que vai transcrita e assinada por mim e pelos demais componentes deste (assinados), Carmo Joaquim da Silva, Jose Roberto dos Santos, Sandra Aparecida Augusto, Jose Cardoso dos Santos, Otavio da Silva Domingos, Valci Souza Trindade, Amilton Souza Silva, Orlando Santos Domingos, Alessandro Silva Augusto, Jose Joaquim da Silva, Maria do Rosário da Silva, Abencio Joaquim da Silva, Francisco Joaquim da Silva, Nilza de Jesus Silva, Nelson Jose da Silva, Jose dos Santos, Jose Joaquim da Silva, Fabio Roberto Silva Augusto, Leonardo Odilon da Silva, Carlos Renilton da Silva, Odilon Joaquim da Silva, Bernardo Jose Marques dos Santos, Hemerlindo Joaquim da Silva, Luis Paulo Santos da Silva, Manuel Joaquim da Silva, Leodimar Joaquim da Silva, Lourival Odilon da Silva, Maria de Lurdes do Nascimento Aguiar, Maria Santa Cruz de Souza, Maurilia Marques dos Santos, Paulo Jose Augusto, Antonio Marcos Silva, Valdeci Maria da Silva, Benedito Santos Lopes, Maria Conceição Lopes da Silva, Floriza Maria de Aguiar, Maria Aparecida Lopes da Silva, Damásio Santos da Silva e Sebastiana Santos Lopes. ERA que se continha na presente ATA para aqui se digitado em seguida. Eu Carmo Joaquim da Silva Presidente do Conselho Comunitário da Barra digitei e apresentei copia autentica, subcrevi e assino.

Rio de Contas-Ba, 09 de março de 2003.


  
**Carmo Joaquim da Silva**  
 Carmo Joaquim da Silva  
 Conselho Comunitário da Barra  
 Presidente

2



RECONHEÇO ESTE INSTRUMENTO PÚBLICO OU SUA  
 PRA EM NOME DO ESTABELECIMENTO PÚBLICO LÁDA(S)  
 POR ESTA N.º 003304 SINAL  
 PÚBLICO. N.º 003304  
 Rio de Contas - BA 09.03.03

IONE GOMES ARAUJO PIRES  
 Tabelão

"REGISTRADO"

Figura 17 - Documento Fundação Palmares.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

**Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**2ª VIA**

**CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Barra, Bañanal e Riacho das Pedras**, localizadas no município de Rio de Contas, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 003, Registro n.º 281, fl. 87, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES QUILOMBOS.**

Declarante(s): Processo n.º 01420.000054/1998-92  
 Relatório Técnico emitido pelo Antropólogo  
 Marcos Luciano Lopes Messeder

Eu, **Alexandro Reis**, (Ass.),....., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **01 de abril de 2015.**

O referido é verdade e dou fé.

**José Hilton Santos Almeida**  
 Presidente  
 Fundação Cultural Palmares - FCP

SGAN Quadra 601 Norte – Lote L – Ed. ATP – Brasília/DF  
 CEP: 70830-010 Fone: (61) 3424 0101 site: www.palmares.gov.br

Figura 18 - SERPA, 1995, Jornal Soweto à Brasileira

SOWETO À BRASILEIRA

# LUGAR DE PRETO LUGAR DE BRANCO

No "país da democracia racial", três vilarejos criaram seu próprio apartheid. Lá, brancos e negros não se misturam, mal se toleram e apresentam diferenças gritantes de padrão de vida. Preconceito no Brasil? Existe, sim.



Olívia tem 11 anos e é negra. Negra como sua mãe, como seus colegas de classe e todos os habitantes do pequeno povoado onde ela mora: Barra, ao sul da Chapada Dia-

mantina, na Bahia. Uma minúscula vila onde as ruas são de terra batida, a luz é de lampião e o transporte mais sofisticado ainda é o carro de boi. Às vezes, Olívia vai colher café para o proprietário de uma fazenda localizada nas imediações da vila vizinha, chamada Mato Grosso — um lugar

onde passam carros, as pessoas tomam banho quente e até vêem televisão. Um lugar onde todos são brancos, incluindo o dono da fazenda para quem ela às vezes trabalha.

Na última vez em que foi lá, um grupo de moradores, adul-

tos e crianças, se juntou para vê-la passar. Em coro, as pessoas gritaram: "Ei, urubu", "ei, negra". Olívia não respondeu e se afastou. Diz que não acha certo os brancos fazerem isso com ela, já que sua mãe ensinou que todas as pessoas são iguais.

Todas as pessoas são iguais.

**EM MATO GROSSO, O POVOADO BRANCO, A ENERGIA ELÉTRICA CHEGOU HÁ 12 ANOS E HOJE EXISTE ATÉ ANTENA PARABÓLICA; OS POVOADOS NEGROS CONTINUAM À BASE DE LÂMPIÕES.**

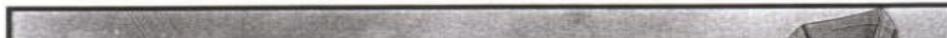


Figura 19 - Ata da solicitação da construção da escola de Barra pelo vereador Athanasio José, Arquivo Público Municipal de Rio de Contas, 1948.

1º Ato de 25/02/1948

Atanásio José dos Santos  
 Rosalvo Augusto Aires  
 Inácio Alencar  
 Ludoro Alves da Silva  
 Feliciano Ribeiro do Espírito Santo  
 P. Athanasio José dos Santos

Ata numero um da primeira sessão ordinária da Câmara Municipal de Rio de Contas - Estado da Bahia, em vinte e cinco de fevereiro de mil novecentos e quarenta e oito.

Presidência do Sr. Elvís Alencar;  
 1º Secretário: Athanasio Santos  
 2º Secretário: Sr. P. Sant'Ana

A hora designada - quatorze horas, no Paço Municipal e sala respectiva, feita a chamada pelo Sr. 1º Secretário, verificou-se a presença dos Srs. Vereadores: Athanasio Santos; Elvís Alencar; Feliciano do Espírito Santo; Inácio Alencar; João Alencar; P. Sant'Ana; Rosalvo Aires e Ludoro Alves - (8 Vereadores); pelo que foi pelo Sr. Presidente declarado aberta a sessão; - O Sr. 2º Secretário leu as atas das sessões especiais anteriores, que foram em discussão, e, que, sem ela, foram aprovadas. O Sr. Presidente mandou o Sr. Secretário ler o expediente que consta o seguinte: Ofícios dos Srs. Álvaro Santos, Agente Postal Telegrafico da Cidade, Prof. Gerson Grisio da Silva, Inspetor de Imprensa da 24ª circunscrição

Figura 20 - Documento da Secretária de Finanças, solicitação da construção da hidrelétrica de Rio de Contas Bahia pelo vereador Athanasio José, 1953.

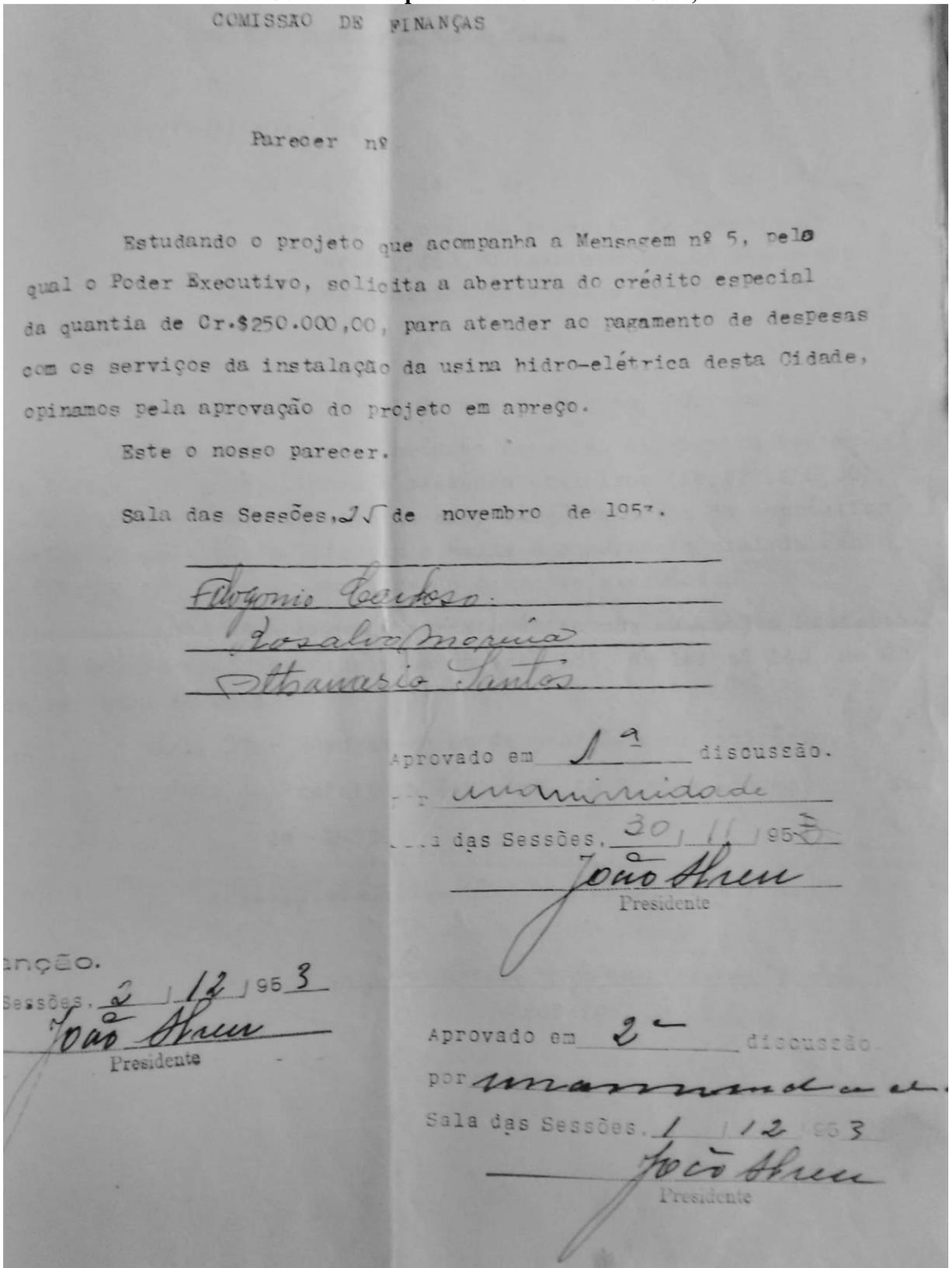


Figura 21 - Escola Municipal de Barra do Brumado, pesquisa de campo, G ssica Maria, 2023.



**Figura 22 - Loja de Artesanato no Quilombo de Barra, pesquisa de Campo, G ssica Maria, 2023.**



**Figura 23 - Igreja de São Sebastião localizada no centro do quilombo, pesquisa de campo,  
Géssica Maria, 2023**



**Figura 24 - Cemitério, Barra, Abril, 2023.**



## APÊNDICE A

### **Perguntas norteadoras para a pesquisa:**

- 1- Como surgiu o quilombo de Barra?
- 2- Como era o quilombo antes da construção da barragem Luis Vireira (atual Açude do Brumado)?
- 3- Como ficou o quilombo depois da construção da barragem Luis Vireira (atual Açude do Brumado)?
- 4- Quais foram/são as principais dificuldades que vocês enfrentaram durante o tempo na relação entre o quilombo de Barra e o povoado de Mato Grosso?
- 5- Como vocês se identificavam antes da conquista do título de quilombo remanescente? Como vocês passaram a se identificar depois da conquista do título? O que é ser quilombola para vocês?
- 6- Quais foram as primeiras professoras (es) a darem aula no quilombo?
- 7- Quem foi responsável pela construção da Escola Municipal do quilombo?
- 8- Qual é a religião da comunidade? Qual a relação entre educação e religiosidade?
- 9- Como foi para vocês professores receberem alunos (as) que tinham sido afetados (as) pela construção da barragem? E os pais e as mães desses alunos, também estudavam?
- 10- Por que vocês sentiram a necessidade de criarem uma Associação de Moradores Quilombolas?
- 11- Quais as principais manifestações culturais do quilombo de Barra? Qual a relação do artesanato com o cotidiano de vocês, moradores (as) e professores (as) do quilombo? Como surgiu o samba do mendengó/bendengó?